

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE AQUIDAUANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS- PPGCULT

AIMÊ BARBOSA MARTINS BAST

PRIMAVERA NAS REDES: CONEXÕES E LUTAS NO SUL GLOBAL FEMINISTA
EM #NIUNAMENOS, #UNVIOLADORENTUCAMINO E #ELENÃO



AQUIDAUANA – MS

2023

AIMÊ BARBOSA MARTINS BAST

**PRIMAVERA NAS REDES: CONEXÕES E LUTAS NO SUL GLOBAL FEMINISTA
EM #NIUNAMENOS, #UNVIOLADORENTUCAMINO E #ELENÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Mestre em Estudos Culturais.

Orientador: Prof. Dr. Fábio da Silva Sousa

Linha de Pesquisa: Sujeitos e Linguagens

AQUIDAUANA – MS

2023

AIMÊ BARBOSA MARTINS BAST

**PRIMAVERA NAS REDES: CONEXÕES E LUTAS NO SUL GLOBAL FEMINISTA
EM #NIUNAMENOS, #UNVIOLADORENTUCAMINO E #ELENÃO**

BANCA DE DEFESA DA DISSERTAÇÃO

Prof. Dr. Fábio da Silva Sousa
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(UFMS/PPGCult/CPAq)

Profa. Dra. Patrícia Zaczuk Bassinello
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(UFMS/PPGCult/CPAq)

Profa. Dra. Silvana Colombelli Parra Sanches
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
IFMS/NA

Profa. Dra. Rejane Aparecida Rodrigues Candado
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMS/CPNA

DEDICATÓRIA

Em memória do meu amado avô Jayme Borges Martins Filho, grande incentivador, entusiasta e revisor cuidadoso dos meus escritos, que tanta falta me fez nesta jornada.

AGRADECIMENTOS

A trajetória acadêmica é perpassada por um misto de sentimentos que vão da solidão do processo de escrita à celebração dos resultados junto aos pares e a comunidade acadêmica. Assim, não poderia deixar de iniciar estes agradecimentos com muito afeto a todas e todos que de alguma forma estiveram presentes neste processo de pesquisa e aos que compreenderam as minhas ausências no período.

Ao meu orientador, professor Fábio da Silva Sousa, agradeço por compartilharmos juntos as desconstruções desta pesquisa e a paciência em me guiar até a etapa final deste projeto. Minha gratidão, respeito e sincera amizade pelo comprometimento e dedicação com que você se dedicou à tarefa de me orientar.

À professora Rejane Candado, por apontar caminhos durante a qualificação, sem os quais eu teria chegado com muito mais dificuldades na reta final, e pela leitura atenta e afetuosa da versão final da dissertação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus Aquidauana, pelos ricos ensinamentos que de forma ousada me conduziram na direção da descolonização dos saberes. Aos colegas pela oportunidade de aprender sempre mais a cada troca.

À minha família, especialmente na figura da minha avó materna Carminda Pereira, pelo apoio incondicional nas minhas escolhas de vida e por ser minha principal rede de apoio.

Às minhas queridas irmãs de movimento que fizeram ou fazem parte do Coletivo Elas Podem - agora formalmente constituído como Associação - com quem eu tenho um imenso prazer em caminhar ao lado e aprender mais sobre as pluralidades que envolvem o *ser mulher* em cada experiência vivenciada com vocês.

À Mayara Dempsey, agradeço a amizade e a parceria na trajetória acadêmica, que inclui madrugadas de críticas, estudos e argumentações. Sigamos conectadas e ecoando através das palavras.

ATÉ QUE SEJAMOS LIVRES

Rios me atravessam,
montanhas perfuram o meu corpo
e a geografia deste país
vai tomando forma em mim,
fazendo-me lagos, fendas e recôncavos,
terra onde semear o amor
que está me abrindo como um sulco,
enchendo-me de vontade de viver
para vê-lo livre, belo, plenos de sorrisos.
Quero explodir de amor
e que minhas lascas acabem com os opressores
cantar com vozes que arrebenhem meus poros
e o meu canto se contagie;
que todos adoeçamos de amor,
de desejos de justiça,
que todos empunhemos o coração
sem medo de que não resista
porque um coração tão grande como o nosso
resiste às mais cruéis torturas
e nada aplaca o seu amor devastador
e de latejo em latejo
ele vai crescendo,
mais forte,
mais forte,
mais forte,
ensurdecendo o inimigo
que o ouve brotar de todas as paredes
vai vindo como se aproxima
com o impulso de uma maré gigante
a cada manhã em que o povo se levanta
para trabalhar em terras que não lhe pertencem,
em cada alarido dos pais que perderam os seus filhos,
em cada mão que se une a outra mão que sofre.
Porque a força desse amor
irá envolvendo tudo
e nada restará
até que não se afogue o clamor de nosso povo
e gritos de gozo e de vitória
irrompam nas montanhas,
inundem os rios,
estremeçam os galhos das árvores.
Aí então
iremos despertar os nossos mortos
com a vida que eles nos legaram
e todos juntos cantaremos
enquanto concertos de pássaros
repetem nossa mensagem
por todos os confins da América.

BAST, Aimê Barbosa Martins. **Primavera nas Redes: conexões e lutas no sul global Feminista em #NiUnaMenos, #UnVioladorEnTuCamino e #EleNão**. 2023. 133f. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais). Campus de Aquidauana, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2023.

RESUMO

O uso da internet e das ferramentas digitais elevou a outro patamar a ação de movimentos sociais - agora fortemente engajados em pautas identitárias - e tornou-se a principal ferramenta de mobilização política. Esta dissertação explora a contribuição dos feminismos transnacionais a partir de uma perspectiva decolonial para o espaço público globalizado: uma crítica interseccional à modernidade, expondo a violência com que o corpo-território das mulheres estão submetidas nas mãos do imperialismo e do neoliberalismo. Considerando esses aspectos, a literatura selecionada objetivou estabelecer a relevância de três eixos temáticos: a) feminismo; b) tecnologias de informação e comunicação, e; c) teorias do Sul Global. O levantamento dos dados discursivos dos três maiores movimentos digitais da América Latina permitiu expor uma narrativa muito específica vertendo em inúmeras informações que podem ser refletidas à luz dos Estudos Culturais. Assim, a dissertação, divide-se em três capítulos: o Capítulo 1 discute a evolução do pensamento feminista, as trajetórias do movimento na América Latina e o impacto das tecnologias para o ativismo feminista. No Capítulo 2 são explanadas as relações visíveis e ocultas entre a colonialidade, gênero e democracia, bem como o papel dos feminismos dentro e fora do Estado, em diálogo com a sociedade civil e organismos internacionais para fundamentar a produção de uma agenda política para o Sul Global Feminista que permita avanços nas relações de gênero em espaços públicos e privados. Por fim, o Capítulo 3 abarca o aporte das tecnologias de informação e comunicação no processo de questionamento da identidade feminista, a massificação do feminismo no âmbito da América Latina e o despertar da consciência política a partir do ano de 2015, utilizando como lócus de atuação e reflexão os movimentos #NiUnaMenos, #UnVioladorEnTuCamino e #EleNão. Em conclusão, o gênero e suas interseções compõem os caracteres que constituem o sujeito pós-colonial feminino, online e offline, no contexto latino-americano, assim toda a episteme feminista levando em consideração essa constituição, deve e luta contra um patriarcado originário a fim de proteger não somente suas existências, mas na intenção de um dia quebrar com essa estrutura. Essa intenção remete ao conceito de redes de esperança de Castells, sendo a internet (redes sociais) o palco dessa subversão. Por conseguinte, se podemos traçar um panorama dos movimentos digitais da América Latina, esses diriam que os movimentos trazem uma narrativa de subversão, de negação, de uma apropriação coletiva de uma espécie de poder que é historicamente negado às mulheres e aos corpos femininos, que é um grito que saiu das redes, ganhou as ruas e performou corpos-*corpus*.

Palavras-chave: Sul Global; Feminismos; Movimentos Sociais; Ativismo; Redes Sociais.

BAST, Aimê Barbosa Martins. **Spring on Social Networks: Connections and Struggles in the Feminist Global South in #NiUuaMenos, #UnVioladorEnTuCamino and #EleNão.** 2023. 133f. Master's Dissertation (Master's Degree in Cultural Studies). Aquidauana Campus, Federal University of Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2023.

ABSTRACT

The use of the internet and digital tools raised the action of social movements to another level - now strongly engaged in identity agendas - and became the main tool for political mobilization. This dissertation explores the contribution of transnational feminisms from a decolonial perspective to the globalized public space, providing an intersectional critique of modernity and exposing the violence women's body-territories face under imperialism and neoliberalism. The literature review is organized into three thematic axes: feminism, information and communication technologies (ICT), and theories of the Global South. And the survey of the discursive data of the three largest digital movements in Latin America allowed to expose a very specific narrative pouring in innumerable information that can be reflected in the light of Cultural Studies. The dissertation is divided into three chapters. Chapter 1 discusses the evolution of feminist thought, the impact of technology on feminist activism, and the trajectory of feminist movements in Latin America. Chapter 2 explores the relationships between coloniality, gender, and democracy and the role of feminisms in establishing a political agenda for the Feminist Global South. Finally, Chapter 3 analyzes the contribution of information and communication technologies to the process of questioning feminist identity, the popularization of feminism in the Latin American context, and the awakening of political consciousness through the movements #NiUnaMenos, #UnVioladorEnTuCamino, and #EleNão. In conclusion, race, gender and the internet are characters that constitute the postcolonial female subject in the Latin American context, so the entire feminist episteme, taking this constitution into account, must and fight against an original patriarchy in order to protect not only its stocks, but with the intention of one day breaking with this structure, this intention refers to Castells' concept of hope's networks, with the internet (social networks) being the stage of this subversion. Therefore, if we can draw a panorama of the digital movements in Latin America, it would be that the movements bring a narrative of subversion, of denial, of a collective appropriation of a kind of power that is historically denied to women and the intersections that cross them, which is mostly a didactic cry for a situation that should no longer occur or be accepted, and that left the networks, took to the streets and performed bodies-corpus.

Keywords: Global South; Feminisms; Social Movements; Activism; Social Networks.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Página do Facebook Ni Una Menos.....	80
Figura 2 – Página do Twitter Ni Una Menos.....	81
Figura 3 – Grafo com a rede de coocorrências das hashtags do #NiUnaMenos.....	85
Figura 4 – Classificação Hierárquica Descendente do movimento #NiUnaMenos.....	87
Figura 5 – Tweet da página Ni Una Menos – 27/06/2016.....	88
Figura 6 – Post da página Ni Una Menos do Facebook – 27/05/2016.....	89
Figura 7 – Post da página Ni Una Menos do Facebook – 4/06/2015.....	90
Figura 8 – Nuvem de palavras do Movimento #NiUnaMenos.....	90
Figura 9 – Nuvem de palavras com a análise de similitude do #NiUnaMenos.....	91
Figura 10 – Vídeo aéreo da manifestação do Un Violador En Tu Camino – 4/10/2019.....	93
Figura 11 – O mapa de manifestações da performance Un Violador En Tu Camino.....	94
Figura 12 – Página do coletivo <i>Las Tesis</i> no Facebook.....	96
Figura 13 – Postagem do coletivo <i>Las Tesis</i> com vídeo de encenação.....	96
Figura 14 – Explicação de trechos da coreografia de Un Violador En Tu Camino.....	97
Figura 15 – Rede de coocorrências das hashtags do #UnVioladorEnTuCamino.....	98
Figura 16 –Classificação Hierárquica Descendente do #UnVioladorEnTuCamino.....	99
Figura 17 – Nuvem de palavras do Movimento #UnVioladorEnTuCamino.....	100
Figura 18 – Post do Facebook do coletivo <i>Las Tesis</i> – 21/11/2019.....	100
Figura 19 – Post do Facebook do jornalista <i>Ciro Gómez</i> – 30/11/2019.....	101
Figura 20 – Nuvem de palavras com a análise de similitude do #UnVioladorEnTuCamino.....	101
Figura 21 –Página Mulheres Unidas Contra Bolsonaro no Facebook.....	103
Figura 22 –Indicando o hackeamento do grupo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro....	104
Figura 23 – Meme criado previamente a manifestação do dia 29/09/2018.....	105
Figura 24 – Cartaz do #EleNão de Militão Queiroz – 13/09/2018.....	107
Figura 25 – Grafo com a rede de coocorrências das hashtag do #EleNão.....	109
Figura 26 – Tweets do Midia Ninja associando o #EleNão a #MariellePresente.....	109
Figura 27 – Post do MUCB associando o #EleNão a #MariellePresente.....	110
Figura 28 – Classificação Hierárquica Descendente do Movimento #EleNão.....	110
Figura 29 – Tweets do Midia NINJA com a foto de Angela Davis.....	112

Figura 30 – Nuvem de palavras do Movimento #EleNão.....	113
Figura 31 – Postagem do grupo MUCB no Facebook.....	114
Figura 32 – Nuvem de palavras com a análise de similitude do Movimento #EleNão..	115
Figura 33 – Resumo do Índice Nacional de Violência machista na Argentina.....	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – A binarização dos espaços públicos e privados na modernidade.....	57
Quadro 2 – Caracterização do movimento #NiUnaMenos.....	85
Quadro 3 – Caracterização do movimento #UnVioladorEnTuCamino.....	96
Quadro 4 – Caracterização do movimento #EleNão.....	109

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
API	<i>Application Programming Interface</i>
CHD	Classificação Hierárquica Descendente
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FSM	Fórum Social Mundial
IPU	<i>Inter-Parliamentary Union</i>
LABIC	Laboratório de Estudos sobre Informação, Redes e Cibercultura
MIMs	Mecanismos Institucionais de Mulheres
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento Sem Terra
MUCB	Mulheres Unidas Contra Bolsonaro
NMS	Novos Movimentos Sociais
NP	Nuvem de Palavras
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPMs	Organismos de Políticas para as Mulheres
PT	Partido dos Trabalhadores
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SPM	Secretaria de Políticas para Mulheres
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – IDENTIDADES, CORPOS-TERRITÓRIOS E REDES CONECTADAS ENTRE SI.....	21
1.1 (DES)CONSTRUINDO SUJEITOS E IDENTIDADES FEMINISTAS.....	21
1.2 O CAMPO SITUADO NO BRASIL E AMÉRICA LATINA.....	26
1.3 MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDE.....	32
1.3.1 Caminhos teóricos e emancipatórios para os movimentos latino-americanos..	38
1.4 O APORTE DAS TICS PARA O ATIVISMO FEMINISTA.....	42
CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS DO SUL GLOBAL FEMINISTA.....	53
2.1 A HERANÇA COLONIAL DOS SUJEITOS E NO ESPAÇO PÚBLICO.....	53
2.2 O EXERCÍCIO DE PENSAR NOVAS DEMOCRACIAS E A DESPATRIARCALIZAÇÃO DO ESTADO.....	57
2.2.1 A sub-representação feminina no cenário político brasileiro.....	61
2.2.2 Os mecanismos institucionais de mulheres.....	66
2.3 DEPOIS DA PRIMAVERA FEMINISTA VEM O VERÃO? O AVANÇO DO NEOCONSERVADORISMO NO CONTINENTE.....	70
2.3.1 O pós-junho de 2013 no Brasil.....	75
CAPÍTULO 3 - BANDEIRAS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DE AGENDAS: TRAJETÓRIAS DA PRIMAVERA FEMINISTA.....	78
3.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	78
3.2 TRAJETÓRIA DE TRÊS MOVIMENTOS FEMINISTAS DA AMÉRICA LATINA.....	80
3.2.1 #NiUnaMenos.....	80
3.2.2 #UnVioladorEnTuCamino	92
3.2.3 #EleNão.....	103
3.3 CONEXÃO, REDES E A LUTA DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS DA AMÉRICA LATINA.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	126

INTRODUÇÃO

A exclusão de mulheres e demais grupos étnicos dos espaços públicos ainda é uma realidade dentro da democracia ocidental, apesar dos avanços das legislações no sentido de reduzir esse problema nos últimos anos. É longe de ser ao acaso que tornou possível o homem europeu burguês tornar-se o agente político da esfera pública: as relações entre Estado, Modernidade e Patriarcado atravessam com violência os espaços, os corpos e seus saberes; e se uma lógica colonial ainda se mantém não é sem a resistência dos movimentos de mulheres e demais sujeitos que vivenciam a precariedade¹, os quais buscam articular-se contra as opressões de gênero, classe, raça, sexualidade e outras.

A fragmentação do tecido social latino-americano se mantém através do projeto imperialista em sua fase neocolonial que exacerba a desigualdade social nos territórios e abre espaços para lideranças autoritárias e violentas se imporem. Desse modo, fatores como crise de representatividade, baixa confiança nas instituições e pouca educação política acentuaram a crescente polarização e ascensão da extrema direita no continente, numa aliança entre fundamentalismos religiosos e o neoliberalismo², que já vem ocorrendo em uma escala global e salienta a percepção de fragilidade da democracia representativa.

O uso da internet e de ferramentas digitais elevou a outro patamar a ação de movimentos sociais - agora fortemente engajados em pautas identitárias - e tornou-se a principal ferramenta de mobilização política. O compartilhamento quase instantâneo de pautas, indignações e imagens permitiu aos movimentos alcançarem rapidamente espaços até então inimagináveis - o que se traduz nas ruas e até mesmo nas eleições, favorecendo a emergência de novos atores sociais e políticos³ nesse cenário.

As mulheres, claramente, se beneficiaram muito do desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), no sentido de ampliar o alcance das suas vozes e promover mudanças culturais significativas na sociedade. Ao construir seu próprio território nas redes, estabelecendo as próprias regras, elas disputam o espaço virtual com o Patriarcado,

¹ De acordo com Butler (2019), a precariedade é uma condição compartilhada pela vida humana que se relaciona ao grau de exposição do sujeito a contextos que negam a garantia de sua sobrevivência. "A nossa precariedade depende em grande medida da organização das relações econômicas e sociais, da presença ou ausência de infraestruturas e de instituições sociais e políticas de apoio" (BUTLER, 2019, p.80).

² O uso do conceito está cada vez mais genérico em nossa época. Para o marxismo, o neoliberalismo é uma estratégia política que surgiu na década de 1970 visando reforçar uma hegemonia de classe do mercado financeiro e expandi-lo globalmente, marcando uma nova fase de capitalismo. Essa teoria político-econômica tem dois pontos chave: a liberdade individual garantida pelo livre mercado e o Estado mínimo (HARVEY, 2008).

³ De acordo com Touraine (1994), um ator social, individual ou coletivo, é aquele que age com vistas à transformação de uma ordem, enquanto atores políticos são aqueles que ocupam espaços institucionais e intervêm na configuração de agendas de governo.

e desafiam os saberes e dispositivos tecnológicos que tem como agente e usuário o sujeito universal hegemônico⁴.

No entanto, as relações entre a internet e democracia são tensionadas constantemente, pois ao mesmo tempo que uma nova esfera pública se consolida no espaço virtual por meio de ferramentas de participação cidadã e ativismo político, também produz um paradoxo: a despolitização e a fragilização da democracia.

Quando nos atentamos aos movimentos de mulheres das últimas décadas, a contribuição das autoras feministas do Sul Global se mostrou essencial em orientar a agenda dos “novos feminismos”. A partir dos anos 2000, esses movimentos se estenderam tanto verticalmente dentro da esfera política, quanto horizontalmente, engajando-se transversalmente em várias pautas sociais. O ponto central aqui é a contribuição que os feminismos transnacionais a partir de uma perspectiva decolonial trazem para o espaço público globalizado: uma crítica interseccional à modernidade, expondo a violência com que o corpo-território das mulheres racializadas estão submetidas nas mãos do imperialismo⁵ e do neoliberalismo.

Contudo, é importante pontuar que a luta das mulheres por mais direitos e pela democracia é ancestral e em constante construção em nosso continente. Durante as décadas de 1970 e 1980, elas atuaram ativamente contra a opressão das ditaduras militares em países como Chile, Argentina e Brasil. No contexto brasileiro, a participação do movimento no chamado “lobby do batom” foi responsável por diversos avanços em matéria de igualdade de gênero na Carta Magna de 1988, os quais serão abordados no capítulo dois.

Quando falamos em democracia, a participação das mulheres cis e trans⁶, tanto na formulação de agendas quanto na ocupação das esferas representativas é condição essencial para avançarmos as nossas reivindicações para dentro da política institucional. Desde já nos chama a atenção o resultado das eleições de 2020 e 2022: não houve aumento expressivo no número de mulheres eleitas, mas a diversidade fez-se notar. Mulheres negras, periféricas,

⁴ Refere-se ao sujeito individual e sua identidade, ao mesmo tempo unificada e única, centrada na imagem do Homem racional do Iluminismo (HALL, 1997).

⁵ Imperialismo, colonialismo ou eurocentrismo conformam um conjunto de (re)formulações de pensadores de(s)coloniais que procuram captar as diferentes dinâmicas reprodutivas das lógicas coloniais e imperiais contemporâneas em diferentes âmbitos - políticos, econômicos, culturais e epistemológicos (BALLESTRIN, 2013) e fomentam a ideia de uma modernidade ocidental travestida de universalidade.

⁶ Os termos dizem respeito às identidades de gênero, ou seja, a maneira como uma pessoa identifica-se. O indivíduo cisgênero identifica-se com seu sexo de nascimento (macho ou fêmea, masculino ou feminino), já aqueles em dissonância entre o sexo anatômico e a identidade de gênero são os transgêneros, como transexuais e travestis.

lésbicas, trans, mandatas coletivas⁷ passaram a ocupar os espaços políticos e trouxeram consigo as suas histórias de luta coletiva e afirmação de identidades, mesmo diante de um momento histórico, no qual as agendas políticas vêm sendo disputadas por grupos neoconservadores que rejeitam os avanços produzidos pelos movimentos de mulheres e LGBTQIA+.

Entretanto, um ponto que merece ser destacado é que nem toda mulher eleita representa ou tem compromisso com as demandas de movimentos de mulheres, o que pode dificultar a articulação destas nas pautas progressistas. Um exemplo claro é a atuação da ministra Damares Alves, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que de 2018 a 2022 instrumentalizou a secretaria por meio de um viés religioso, que reforça estereótipos de gênero e dificulta o acesso aos direitos sexuais e reprodutivos já conquistados e legitimados, entre outras problemáticas advindas da ideologia conservadora brasileira.

A eleição de mulheres diversas adquiriu um resultado simbólico de resistência que confirma o agravamento da desigualdade social no país e abriu o caminho para uma mudança de projeto político confirmada nas urnas em 2022, com a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva e a consequente “freada” do projeto fascista bolsonarista, que apesar da derrota nas urnas se mantém fortemente engajado nos canais de comunicação ligados à extrema direita. Apesar da coalizão eleitoral partidária entre partidos de esquerda e centro, chamada de frente ampla, o constante tensionamento com as políticas neoliberais vigentes no país tem se mostrado um entrave para o governo redirecionar a agenda política do país de volta para o campo progressista.

A potência coletiva e horizontal do feminismo latino-americano se conecta a memória de lutas ancestrais – principalmente dos feminismos indígenas e comunitários – contra a opressão colonial patriarcal, ressignificando conceitos e estruturas que podem ser verificadas nos novos ativismos nas ruas, nas redes e no impacto na política institucional. Aqui, o foco é compreender a narrativa construída por esses movimentos que transbordam das redes para as ruas, sua capacidade de mobilização, campos discursivos de ação, redes de afinidades, linguagens e agenciamento para dentro do Estado.

⁷ Em tese, o mandato coletivo consiste na divisão de um mandato parlamentar entre várias pessoas, sem hierarquia e com as decisões ocorrendo em colegiado. Apesar da resolução do ano passado, a candidatura continua a ser registrada no nome de uma única pessoa. O deslocamento do termo para o feminino mandatas coletivas é uma forma de apropriar o termo para demarcar a presença feminina na política. Ao menos 213 chapas coletivas concorreram ao Legislativo no pleito de 2022. Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/04/candidaturas-coletivas-eleitas-eleicoes-2022.htm>

O que será apresentado nestas páginas é a importância de que vozes de mulheres historicamente subalternizadas ocupem espaços na nova esfera pública conectada, discutindo novas possibilidades de reflexão e ação dos movimentos feministas em rede a partir do Sul Global, bem como a importância de fortalecer a democracia representativa no Brasil para que uma agenda política feminista possa avançar de fato. Não há como compreender o funcionamento das redes sem de fato estar nelas e é por isso que a minha trajetória enquanto acadêmica e pesquisadora está interconectada com as dinâmicas e processos que serão aqui investigados.

Partindo do meu espaço enquanto acadêmica, a perspectiva feminista sobre o conhecimento questiona as pretensões de neutralidade, objetividade e universalidade da ciência moderna ocidental a partir do olhar de gênero, assim, só é possível conseguir alguma objetividade a partir de uma forma situada e localizada (HARAWAY, 1995). Apresentar o meu lugar a partir das intersecções importa, pois quem eu sou enquanto mulher só pode ser entendido em termos relacionais a partir dos marcadores que me constituem e revelam a multiplicidade das reivindicações feministas em campos de saberes que contestam distintas formas de subordinação social que nos constituem enquanto mulher.

Neste sentido, me situar explica como esse lugar interfere em todas as etapas do processo de pesquisa, desde a escolha da temática, como ele é analisado, minha interação com os sujeitos de pesquisa, entendendo de forma reflexiva como a pesquisa afeta a relação sujeita-pesquisadora e sujeita-pesquisada. Eu, enquanto mulher cis, branca, heterossexual, de classe média fui confrontada com saberes e experiências de mulheres que são atravessadas por outras opressões e precisei buscar e me aprofundar em leituras fora dos cânones tradicionais, bem como desenvolver a empatia e a escuta ativa como método para descolonização de uma visão de mundo enviesada pelo pensamento moderno ocidental, a fim de elaborar os tensionamentos produzidos na academia e no movimento de mulheres. As experiências proporcionadas pela participação enquanto pesquisadora integrante do Grupo de Pesquisa do CNPq, Laboratório Interdisciplinar de Estudos Culturais (LindeCult) foram de grande importância para as reflexões que me acompanharam durante a trajetória da pesquisa, cujos resultados se apresentam nas páginas a seguir.

O meu espaço enquanto militante que participa e constrói o ativismo feminista online se dá, principalmente, através do coletivo feminista Elas Podem, cofundado por mim junto a um grupo de mulheres em janeiro de 2020, em Campo Grande – MS, que sentia a necessidade de maior mobilização em torno das pautas feministas no espaço público da cidade, governada há anos por um grupo tradicional e conservador. A partir de um Manifesto escrito por nós,

lançamos a hashtag #ElasPodem e criamos uma página no Facebook e Instagram para divulgar nossas ações e nos conectar com mais sujeitas e atrizes sociais interessadas em promover o movimento.

O nosso objetivo, desde a gênese do coletivo, foi promover o debate sobre os papéis sociais de gênero nos espaços públicos e privados, questionando as ausências, criando espaços de escuta de forma a alcançar o maior número de mulheres (sejam elas cis ou trans), para que todas pensemos em novas maneiras de construir relações e ocupar os espaços em nossa sociedade, influenciando meninas e mulheres a estarem onde elas quiserem.

Devido ao distanciamento social imposto pela pandemia do Covid-19, limitamos as ações presenciais e concentramos os esforços em compartilhar conhecimento e informação por meio das mídias sociais, utilizando-se de várias ferramentas que se complementam, como *Instagram*, *Podcast*, *Newsletter* via *e-mail*, grupo de estudos feministas *online*, dentre outras. Vale ressaltar que nossa atuação não se limita à região de origem, afinal as características das redes digitais permitem uma atuação local e global e a conexão com pessoas de toda a parte do Brasil – e até do mundo - que se identificam com nossas bandeiras, participam das atividades e colaboram para a realização das ações.

Pautas como a representatividade feminina nos espaços políticos e combate às diversas formas de violência de gênero estiveram presentes desde o início do movimento e em razão disso, em agosto de 2020, o Elas Podem recebeu o convite para participar da Campanha Nacional Vote em Mulheres (#VemVoteEmMulheres), organizada pelas atrizes sociais Elas no Poder, Vamos Juntas, Vote Nelas e Engajamundo, em colaboração com mais de 30 coletivos de mulheres em todo Brasil, a fim de conscientizar a importância do voto em mulheres, dar visibilidade às candidaturas de suas integrantes e denunciar a violência política de gênero sofrida pelas mulheres nesse processo.

Nos anos de 2021 e 2022 a temática da pobreza menstrual foi o destaque das nossas ações que se ampliaram em múltiplas frentes: arrecadação e distribuição de absorventes descartáveis; ações educativas em escolas e comunidades vulneráveis; mobilização popular pela aprovação do projeto de Lei 6.662/2021, do município de Campo Grande – MS, que prevê a distribuição gratuita de absorventes para todas as estudantes de baixa renda da rede municipal de ensino; e, incidência política junto ao governo estadual para redução dos tributos incidentes nos absorventes.

A pobreza menstrual é um tema transdisciplinar que relaciona, além de autocuidado e saúde, também direitos humanos e promoção de igualdade entre gêneros, principalmente, porque a falta de acesso aos bens materiais necessários para higiene pessoal impacta

negativamente na vida das pessoas com útero em idade escolar e no cotidiano de trabalho das que são adultas.

A necessidade de captação de recursos para o desenvolvimento dos projetos fez o Elas Podem se tornar uma associação sem fins lucrativos no início de 2023, já que a institucionalização se mostrou o único caminho possível para o recebimento de recursos públicos, firmar convênios e parcerias público-privadas. Esse formato em rede nos permite atuar em duas frentes, como instituição e movimento social, a depender da estratégia necessária no momento. Porém, mesmo com a formalização de um núcleo duro, a essência ativista do movimento não se perdeu e continua expandindo sua rede para além de um controle burocrático estatal, seguindo uma trajetória semelhante à identificada por Alvarez (2014) em seus estudos sobre os movimentos sociais latino-americanos.

Voltando ao tema da pesquisa, a literatura selecionada objetivou compreender as relações entre gênero, colonialidade e política na América Latina, a partir de três eixos temáticos: a) feminismo; b) tecnologias de informação e comunicação, e; c) teorias do Sul Global. A não-disciplinaridade dos Estudos Culturais permitiu uma análise multidisciplinar, sem a qual não seria possível compreender isoladamente a complexidade dos fenômenos que aqui se apresentarão e que se articulam em áreas como comunicação, cultura, sociologia e ciência política. Ressalto que é característico do campo dos Estudos Culturais o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento buscando intersecções entre métodos, teorias e práticas culturais a fim de entender a cultura enquanto projeto político mediado por diversos sujeitos e atores que promovem as mudanças sociais contemporâneas.

O primeiro capítulo divide-se em quatro partes que discutem a evolução do pensamento feminista, as trajetórias do movimento na América Latina e o impacto das TICs para o ativismo feminista. Iniciamos com as definições de identidade a partir das (des)construções das teóricas feministas (HALL, 2006; HARAWAY, 2009; BUTLER, 2018; LUGONES, 2014, 2020) e os campos de ação dos feminismos latino-americanos, seguidos pela análise do fenômeno organizacional das redes e as incidências destas nas políticas públicas (ALVAREZ, 2014; SCHERER-WARREN, 2008, 2010). A discussão continua com o pensamento de Manuel Castells (2003, 2017, 2018, 2020) e o seu conceito de sociedade em rede, para o qual o movimento social também precisa ser compreendido a partir das perspectivas de comunicação e tecnologia. As reflexões de Judith Butler (2019) sobre a aliança entre corpos diversos por uma vida menos precária complementam o pensamento de Castells sobre o impacto da nova esfera pública que emerge das redes na democracia contemporânea.

Ao mesmo tempo que as condições materiais e políticas interferem na produção da tecnologia, o caráter autônomo das redes permite que a tecnologia seja uma ferramenta de transformação da cultura e de seus produtos. A perspectiva de cultura aqui é entendida como constitutiva da subjetividade, da própria identidade e da pessoa como uma atriz ou um ator inserido na sociedade; por conseguinte, de todos os aspectos da vida social que requerem um significado e mediação de tudo que nos interpela. A partir de uma perspectiva política e cultural é feito um diálogo com os estudos de Jesús Martín-Barbero (1997, 2014, 2021) para entender as redes enquanto mediadoras da cultura e formadoras de identidades coletivas. Contribuem para o debate com um olhar de gênero para as tecnologias de informação e comunicação os textos de Natansohn (2013); Miguel e Boix (2013).

No segundo capítulo são explanadas as relações visíveis e ocultas entre a colonialidade, gênero e democracia (QUIJANO, 2010; SEGATO, 2021, 2022; BALLESTRIN, 2013), relacionando as teorias do Sul Global com os feminismos emergentes na América Latina. O patriarcalismo presente na estrutura do Estado implica na ausência de mulheres nos espaços de poder e em práticas violentas para aquelas que ali se adentram. O papel dos feminismos dentro e fora do Estado, em diálogo com a sociedade civil e organismos internacionais é evidenciado por autoras como Avelar e Rangel (2019); Biroli (2019); e Matos e Paradis (2014), no que diz respeito a produção de uma agenda para o Sul Global Feminista que permita avanços nas relações de gênero em espaços públicos e privados.

Em que pese a necessidade de estabelecer um marco temporal para a observação dos fenômenos aqui dissertados, o terceiro capítulo abarca sobre o aporte das tecnologias de informação e comunicação (TICs) no processo de questionamento da identidade feminista, a massificação do feminismo no âmbito da América Latina e o despertar da consciência política a partir do ano de 2015 - fenômeno que ficou conhecido como “Primavera Feminista”. O objetivo deste capítulo em específico foi levantar dados discursivos dos três maiores movimentos digitais da América Latina, vertendo em inúmeras informações que podem ser refletidas à luz dos Estudos Culturais, utilizando como lócus de atuação e reflexão os movimentos #NiUnaMenos, #UnVioladorEnTuCamino e #EleNão; pensar suas narrativas e as possíveis trajetórias e obstáculos para institucionalização dessas pautas, a despeito de como a opressão patriarcal e colonialista dentro e fora dos espaços de poder, produz novas maneiras de imaginar e exercer a política, especialmente no contexto brasileiro.

O procedimento metodológico da pesquisa se organiza primeiramente, a partir da Análise de Conteúdo (AC), formulada por Bardin (2004), que se compreende fundamentalmente em três procedimentos: codificação ou coleta dos dados, categorização e

inferência; permitindo de tal modo, o estudo tanto de forma qualitativa quanto quantitativa. Os movimentos sociais utilizam as hashtags como forma de recusar uma espécie de hierarquização, uma recusa do poder estabelecido e a produção abundante de narrativas online compartilhadas faz parte dessa luta contra o poder. Por isso, para cada movimento serão coletadas informações de duas redes sociais, o *Facebook* e o *Twitter*, por intermédio das hashtags principais (#NiUnaMenos, #UnVioladorEnTuCamino e #EleNão), que serão usadas como buscadores e delimitador das coletas. Com base nos pressupostos de Recuero, Zago e Bastos (2014), a caracterização de alguns padrões com base na frequência com que aparecem permite a formação de mapas que sintetizam e representam de forma visual as principais características das narrativas dos movimentos estudados.

Para a inferência, ou análise, contemplou-se os questionamentos de Scherer-Warren (2011) em relação aos níveis estratégicos das redes de movimentos sociais observados pela autora: organizativo das bases; articulatório ou de mediação; mobilizatório e movimentalista. Outros referenciais como Redes de indignação e esperança de Castells (2017); Corpos em aliança e a política das ruas de Judith Butler (2018); Novas teorias dos movimentos sociais de Maria da Glória Gohn (2008) foram mobilizadas para apresentar os movimentos e discutir os dados.

CAPÍTULO 1 – IDENTIDADES, CORPOS-TERRITÓRIOS E REDES CONECTADAS ENTRE SI

1.1 (DES) CONSTRUINDO SUJEITOS E IDENTIDADES FEMINISTAS

A questão do sujeito e da identidade são centrais nas teorias sociais e políticas modernas (e pós-modernas), e, como não podia deixar de ser, é motivo de intensos debates dentro das teorias feministas desde a sua concepção; seja na busca de um sujeito que represente a pluralidade dos anseios feministas, seja nos seus deslocamentos ou mesmo sob a ideia de “morte” do sujeito universal - o Homem racional fruto do Iluminismo.

A compreensão de como se constitui a subjetividade, a identidade e o sujeito passam pelo reconhecimento de significados e de representações dentro de uma dimensão cultural, os quais encontram-se marcados por relações de poder (HALL, 1997). As fronteiras entre o espaço físico e o espaço psíquico tornam-se translúcidas pois as condições simbólicas se objetivam materialmente nas nossas condutas, ações sociais e práticas, e em como agimos no âmbito das instituições e da sociedade.

As principais mudanças nos conceitos de sujeito e identidade são abordadas por Hall (2006) em cinco descentramentos decisivos dentro do pensamento moderno ocidental: o primeiro se refere à crítica marxista ao sujeito universal, livre, autônomo e racional do pensamento liberal, deslocando-o da essência de indivíduo singular, situando-o no centro de estruturas e processos sociais. Em seguida, a descoberta do inconsciente por Freud derruba o sujeito da razão e a ideia de uma identidade fixa e unificada, ao demonstrar que a identidade se forma com base em processos psíquicos e simbólicos, a partir do olhar do “outro”.

Nem o terceiro, nem o quarto descentramento examinados por Hall (2006) - que se referem à virada linguística de Saussure e demais filósofos dos estudos de linguagem e ao poder disciplinar de Michel Foucault, - denunciaram que a universalidade do sujeito é masculina, cabendo a Simone de Beauvoir a crítica feminista antiessencialista. A autora foi uma das primeiras a questionar o sujeito universal e neutro na sua obra “O Segundo Sexo” (1949): “O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (BEAUVOIR, 2014, p.10). Essa percepção trouxe à tona a necessidade de uma nova categoria de análise que culminou na emergência dos estudos de gênero.

E aqui se encontra o quinto descentramento proposto por Hall (2006): o feminismo enquanto teoria crítica e movimento social que permitiu incluir questões de gênero e sexualidade na constituição dos sujeitos. Segundo o autor, o movimento feminista que emerge

durante os anos sessenta expõe a fragilidade da divisão público/privada, politiza aspectos da esfera privada como a família, a sexualidade e a divisão sexual do trabalho, além de substituir a noção de sujeito moderno/universal pela questão da diferença sexual.

Desde que Simone de Beauvoir disse a emblemática frase “não se nasce mulher, torna-se uma”, a categoria mulher tem sido foco da crítica. A gênese do conceito de gênero enquanto construção social e cultural do masculino e feminino dentro de relações de poder significou uma virada epistemológica no que até então era considerado estudos de mulheres, história das mulheres, literatura de mulheres. A crítica de Joan Scott (1999) ao essencialismo e aos binarismos é fundamental ao questionar as categorias unitárias e universais e desnaturalizar os conceitos de homem e mulher, situando-os dentro de um contexto histórico. Portanto, falar de gênero não é a mesma coisa que falar de mulher, pois a desconstrução do sujeito masculino universal vem acompanhada da crítica ao sujeito mulher, e com ela, a desconstrução do sujeito feminista.

Há um consenso de diferentes autoras e vertentes a respeito de que é preciso reconstruir esse sujeito para além dos significados impostos pelo patriarcado e pelo iluminismo. Entretanto, é nessa mesma reconstrução que se situam as diferenças enquanto questões teóricas, metodológicas e políticas. O que vem a ser mulher? E de qual mulher estamos falando? Em 1985, o artigo da bióloga, filósofa e escritora Donna Haraway, intitulado *Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX*, descreve a crise identitária do movimento feminista, considerando especialmente a influências das novas tecnologias. O texto é considerado polêmico ao propor uma postura feminista crítica capaz de refletir sobre a influência da ciência e da tecnologia do final do século XX sobre as relações sociais, dando origem ao movimento ciberfeminismo.

Um dos pontos levantados por Haraway (2009) é o questionamento da “categoria mulher” enquanto sujeito biológico essencializante. Para a autora, tanto os feminismos socialistas quanto os radicais interpretaram a categoria mulher a partir do que seria considerado comum a todas elas, por meio de uma “política da identidade”. Haraway sugere uma ruptura com essa política para dar lugar a uma “política de afinidades” capaz de considerar as diferenças entre as mulheres, dialogando assim com a interseccionalidade muito antes da nomeação e amplo uso deste conceito a partir dos estudos feministas da década de 90.

Na necessidade de criar mitos e metáforas em que ser mulher ou ser homem tenha significados novos ou permita não ser forçosamente um ou outro está o potencial libertador do ciborgue. O ciborgue é, conforme Haraway (2009), um organismo cibernético, um híbrido de

máquina e organismo, uma criatura da realidade social e da ficção. Como complementa Miguel e Boix (2013, p.46), “o ciborgue nos sugere a possibilidade de um novo sujeito ontológico e político que supere os binarismos que subjazem à lógica da dominação”.

A construção da identidade parte de um processo individual assim como coletivo, singular assim como social e cultural, contextualizado assim como descontextualizado, dependendo de onde cada pessoa parte e da oportunidade de desconstrução de um pensamento unitário e instituído. Portanto, a experiência coletiva de construir ou reconstruir a identidade feminina se encontra alinhada à feminista ciborgue de Haraway (2009), onde corpos e dispositivos podem ser desmontados e reconstruídos negando a identidade da mulher conforme definida pela ideologia patriarcal.

As tentativas das feministas para construir um sujeito político feminista universal, buscando uma base comum entre as mulheres, foram alvo de críticas de feministas negras, feministas latino-americanas, feministas lésbicas e demais vertentes que se encontravam fora do contexto eurocêntrico. A denúncia era que a unidade entre as mulheres também é excludente, opressora e dominante. Coloca-se em questão, portanto, as discussões sobre identidade, não só como um problema político; mas também um problema teórico que marcou os debates da chamada terceira onda feminista, a qual buscou questionar a identidade feminina que foi socialmente construída, relacionando as interseccionalidades presentes no próprio movimento.

Neste momento, o conceito de Interseccionalidade se desenvolve como uma ferramenta teórica e metodológica para compreender múltiplas opressões e localizar o sujeito a partir das suas experiências multirreferenciadas. A feminista negra Kimberly Crenshaw sistematiza o termo da seguinte forma:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p.177).

A autora chama a atenção para a invisibilidade interseccional, que acontece quando as questões de algumas mulheres não são vistas como problema de gênero por não fazerem parte do universo feminista branco hegemônico, e a leitura da raça, que por si só não visibiliza outras discriminações. Somente analisando as interações entre os marcadores sociais da diferença se torna possível construir estratégias para o enfrentamento desse paradigma.

A crítica pós-estruturalista e o feminismo pós-estruturalista evidenciaram o apagamento das especificidades de sujeitos e identidades (de gênero, de classe, de raça, de etnia e de orientação sexual etc.) para além daquelas do homem branco, heterossexual e detentor de propriedades que se pretendia universal. Por isso, autoras como Joan Scott e Judith Butler questionam categorias unitárias e universais e tornam históricos conceitos que são normalmente tratados como naturais, como, por exemplo, “homem” e “mulher”.

Para Judith Butler, “a insistência sobre a coerência e unidade da categoria mulheres rejeitou efetivamente a multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das ‘mulheres’” (2003, p.31). A categoria “mulheres”, torna-se normativa e excludente na medida em que busca criar uma unidade em torno do que é ser mulher e estabelece um padrão normativo entre sexo, gênero e desejo - a exemplo da heterossexualidade compulsória - e apaga diferenças dentro de cada gênero, como classe e raça.

De acordo com Butler, a desconstrução do sujeito “mulher” não anula a ação política feminista, pelo contrário: propõe libertação de seu caráter fixo e normativo, que mantém e reproduz opressões. O sujeito do feminismo pós-estruturalista passa a ser compreendido sempre como algo contingente, construído discursivamente em contextos políticos específicos, a partir de articulações, alianças, coalizões:

Não será precisamente a insistência prematura no objetivo de unidade a causa da fragmentação cada vez maior e mais acirrada das fileiras? Certas formas aceitas de fragmentação podem facilitar a ação, e isso exatamente porque a 'unidade' da categoria mulheres não é nem pressuposta nem desejada. [...] Sem a pressuposição ou o objetivo da 'unidade', sempre instituído no nível conceitual, unidades provisórias podem emergir no contexto de ações concretas que tenham outras propostas que não a articulação de identidade (BUTLER, 2018, p.32).

Se na fase inicial do feminismo, a biologia feminina era a base fundamental para se explicar a origem da opressão feminina e reivindicar um espaço exclusivo da atuação política devido à sua experiência diferenciada, as lutas políticas contemporâneas devem pressupor a existência de conflitos e antagonismos entre sujeitos múltiplos e contraditórias, marcados por um conjunto de condições como sexo, raça, etnia, classe, idade e sexualidade. Aqui, a ideia de conflito adquire um valor positivo para a prática política - se tal se pretende democrática: ao contrário do significado convencional atribuído pelo pensamento positivista, liberal e dicotômico, o conflito cria abertura para o constante questionamento do fazer teórico e prático, possibilitando articulações, alianças e coalizões, como propõe Butler (2018; 2019).

As teorias feministas latino-americanas têm reorientado os estudos de gênero a partir de uma perspectiva decolonial provocando um deslocamento de abordagens sobre raça,

gênero e sexualidade enquanto categorias homogêneas, dicotômicas e hierárquicas operando na modernidade. Neste sentido, o pensamento de María Lugones é fundamental para elaborar os significados de homem/mulher dentro do pensamento ocidental moderno. Para a autora, os colonizados se tornaram sujeitos em um contexto de imposição do sistema moderno/colonial de gênero. Ou seja:

Eu compreendo a hierarquia dicotômica entre humano e não humano como a dicotomia central da modernidade colonial. [...] Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas - como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens (LUGONES, 2014, p. 936).

Deste ponto de vista, o dimorfismo sexual torna-se a base para o pensamento binário do gênero ao interpretar os/as colonizados/as - machos ou fêmeas - a partir da compreensão normativa de “homem”, o ser humano por excelência; ou da inversão humana de homens - as “mulheres”. A colonialidade de gênero se torna indispensável para o capitalismo ao desumanizar pessoas, permitindo a exploração dos corpos, violações sexuais e controle de reprodução, especialmente nos corpos marcados como fêmeas bestiais.

Através do cruzamento de dois marcos teóricos: colonialidade do poder e a interseccionalidade entre raça, classe, gênero e sexualidade, Lugones (2020) elabora o conceito de colonialidade de gênero, de forma a não apreender essas categorias separadamente, pois desta forma elegem um sujeito homogêneo como objeto de análise. Por exemplo: na categoria “mulher”, a norma são as mulheres brancas; na categoria “negro”, entende-se sujeitos homens negros e heterossexuais; e assim por diante. A invisibilidade de experiências da mulher negra, mesmo nas lutas travadas em nome das mulheres, é uma evidência da homogeneização categorial e a intersecção destas nos mostra não a presença, mas a ausência das mulheres negras (LUGONES, 2014).

Marcar a sexualidade feminina como maligna era uma das justificativas para os abusos da missão civilizatória instrumentada pelo cristianismo, mas a compreensão do gênero vai além dos termos de acesso sexual às mulheres. Em diálogo com Aníbal Quijano, Lugones (2020) defende que a imposição de um sistema de gênero binário foi tão constitutiva da colonialidade do poder quanto esta última foi constitutiva de um sistema moderno de gênero, que é não somente hierárquico, mas racialmente diferenciado e heteronormativo. Para a autora:

Se o capitalismo global eurocêntrico só reconheceu o dimorfismo sexual entre homens e mulheres brancos/as burgueses/as, não pode ser verdade que a divisão sexual seja baseada na biologia. As correções substanciais e cosméticas sobre o

biológico deixam claro que o “gênero” vem antes dos traços “biológicos” e os preenche de significado (LUGONES, 2020, p.70).

Assim sendo, tanto a raça quanto o gênero são ficções poderosas e interdependentes que constituem o sujeito pós-colonial feminino no contexto latino-americano (LUGONES, 2014). O não humano feminino colonizado não foi somente racializado, mas também reinventado pela missão civilizatória como mulher por meio dos códigos de gênero ocidentais. Por isso, Lugones vê o gênero como imposição da modernidade/colonialidade.

Outras evidências que de o gênero e a divisão sexual que organiza as relações sociais são socialmente construídos e foram introduzidos pelos colonizadores, são apresentadas por Lugones (2020) em menção à trabalhos de autoras como a nigeriana Oyèrónké Oyewùmi, que investiga a sociedade Iorubá, e dos estudos de Paula Gunn Allen sobre as comunidades tribais de nativo-americanos. Esses trabalhos afirmam a existência de matriarcados, reconhecimento da homossexualidade e de um “terceiro gênero”, bem como de sociedades sem gênero institucionalizado antes da colonização ocidental, porém opto por não trazer essas análises em profundidade no escopo deste trabalho.

Marcado por uma subjetividade ativa que resiste a múltiplas opressões e a existência colonizada, a formação do sujeito volta-se para dentro dos espaços fraturados, construindo significados e relações sociais diferentes dos hegemônicos. Descolonizar o gênero implica na construção subjetiva de uma noção de agenciamento que permita às mulheres resistirem na intersecção das opressões sem sucumbir a elas.

A não-tradução dos saberes constituídos na ferida colonial por uma lente gendrada⁸ e racializada torna possível elaborar modos de ser, saber e poder descolonizados que move uma “nova sujeita de uma nova geopolítica feminista” (LUGONES, 2014, p.951). A potência desse pensamento é o que a autora denomina de feminismo descolonial, no qual as sujeitas que lá se situam possuem o direito geopolítico e corpo-político de enunciação epistêmica.

1.2 O CAMPO SITUADO NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

Para facilitar o entendimento da construção histórica do feminismo, usa-se como ferramenta a divisão em “ondas”, o que num primeiro momento pode passar a falsa ideia de

⁸ Isso significa que também somos marcadas por especificidades de gênero que nos delimitam. Um ser gendrado é aquele que está enraizada na dinâmica social e cultural relacionada à experiência sexual e aos valores, regras e configurações associadas a essa experiência. Nas palavras de Lugones (2014, p.940): “a colonialidade do saber, por exemplo, é gendrada e que sem entender seu caráter gendrado não se entende a colonialidade do saber. Mas quero aqui me adiantar dizendo que não existe des-colonialidade sem descolonialidade de gênero. Então, a imposição colonial moderna de um sistema de gênero opressivo, racialmente diferenciado, hierárquico, permeado pela lógica moderna da dicotomização, não pode ser caracterizada como circulação de poder que organiza a esfera doméstica, como oposta ao domínio público da autoridade”.

um grande movimento homogêneo. Entretanto, os eventos que se sucedem da luta por direitos das mulheres diferem de acordo com a região geopolítica, e em geral, não há uma temporalidade exata que os separa entre si ao redor do mundo. Assim sendo, o uso do termo “onda” neste trabalho se dá apenas para fins didáticos, numa tentativa de inserção dos debates em torno dos conceitos de sujeito e identidade em um contexto global. Porém, no contexto latino-americano, um melhor entendimento da movimentação do feminismo pode ser apreendido através do conceito dos campos discursivos de ação de Alvarez (2014, p. 18-19):

Os campos discursivos de ação são muito mais do que meros aglomerados de organizações voltadas para uma determinada problemática; eles abarcam uma vasta gama de atoras/es individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais e políticos [...] Como conjuntos de ideias, pressupostos, temas e interpretações, os discursos feministas constituem um universo de significados que se traduzem ou se (re)constroem ao fluir ao longo de diversas teias político-comunicativas, norteadas pelas estratégias e identidades das atoras/es que se coligam nesse campo.

As especificidades da região são mais um motivo pelo qual a divisão do movimento em “ondas” precisa ser revista a partir de uma leitura descolonial, pois esses processos - colonização e permanência da desigualdade social - trouxeram contribuições específicas para a formação das identidades latino-americanas e para a prática política de sujeitos individuais e coletivos. Para Alvarez (2014), os campos discursivos se expandem para além da sociedade civil e constituem em si mesmos, espaços de tensionamentos, onde os poderes são negociados e disputados, nos quais a cidadania, os direitos e a identidade são construídas e exercidas, e não só demandadas.

De acordo com a narrativa hegemônica do feminismo, que parte da perspectiva de lutas das mulheres brancas e burguesas, a primeira onda pleiteou, quase que exclusivamente, o direito político das mulheres enquanto cidadãs, tomando para si valores do Iluminismo, tais como direitos, igualdade, liberdade, democracia, a despeito do apagamento das especificidades de gênero, de classe, de raça, entre outras. Porém, esse discurso desconsidera diversas mulheres e organizações de mulheres que desde muito antes lutaram por defender seus territórios e povo.

Podemos vislumbrar esse apagamento por meio do famoso discurso de Sojourner Truth – escravizada liberta, ativista abolicionista e defensora dos direitos das mulheres – proferido em 1851 na Women’s Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, denunciava a situação: E eu não sou uma mulher?

Esse homem aí há pouco disse que as mulheres precisam de ajuda para subir às carruagens e levantadas sobre as poças, e de me cederem os melhores lugares ... e não sou eu uma mulher? Olhem para mim! Olhem para os meus braços! (ela arregaçou a manga direita da camisa) ... Eu lavrei, plantei e colhi para os celeiros e nenhum homem podia ajudar-me – e não sou eu uma mulher? Eu posso trabalhar

tanto quanto qualquer homem (quando eu puder fazê-lo) e ser chicoteada também – e não sou eu uma mulher? Eu dei à luz cinco crianças e vi todas serem vendidas para a escravidão e quando chorei a minha dor de mãe, ninguém senão Jesus ouviu – e não sou eu uma mulher? (HOOKS, 2020, p.115).

Dentro do contexto latino-americano, emergindo nos anos 1970 e 1980, Alvarez (2014) observa um primeiro momento de “centramento” e construção do “feminismo no singular”; onde feministas de "segunda onda" estavam necessariamente ligadas à oposição de esquerda aos governos militares que dominaram a região. Os discursos e práticas de resistência articulados por feministas e organizações de mulheres nesse período tinham o objetivo político de combater a invisibilidade das mulheres enquanto sujeitos de direitos, denunciando a opressão estrutural, de modo que o conceito de violência foi deslocado da esfera privada para a pública, implicando num direito formal à medida em que foram se estabelecendo os processos de redemocratização.

Apesar do vínculo ideológico partidário, essas mesmas feministas proclamavam autonomia em relação aos partidos e organizações de esquerda por conta do machismo enraizado nesses espaços, o que possibilitou a tradução de questões tidas como privadas em assuntos políticos: “o pessoal é político” tornou-se o eixo discursivo norteador dos feminismos desde esse primeiro momento em diante. Já no final dos anos 70, emergem reflexões sobre a subordinação da mulher e a sua relação com o racismo, a partir de algumas mulheres militantes articuladas no interior do movimento negro, a exemplo da filósofa Lélia Gonzalez:

Nossos parceiros do movimento reproduzem as práticas sexistas do patriarcado dominante e tentam nos excluir da esfera de decisão do movimento. E é justamente por esse motivo que buscamos o movimento de mulheres, a teoria e a prática feministas, acreditando poder encontrar ali uma solidariedade tão cara à questão racial: a irmandade. Contudo, o que realmente encontramos são as práticas de exclusão e dominação racistas [...]. Portanto, não é difícil entender que nossa alternativa, em termos de movimento de mulheres, foi nos organizarmos como grupos étnicos. E, na medida em que lutamos em duas frentes, estamos contribuindo para o avanço dos movimentos étnicos e do movimento de mulheres (e vice-versa, obviamente) (GONZALEZ, 2020, p. 194).

O segundo campo se formou à medida em que ocorreram os processos de redemocratização no final dos anos 80 e início dos anos 90, e o movimento feminista percebeu a necessidade de articular propostas que garantissem direitos e melhorassem a qualidade de vida das mulheres. Por isso, ativistas feministas passaram a circular mais amplamente nos partidos, adentrando na burocracia estatal, nas universidades e organismos internacionais como a ONU.

O gênero foi um dos discursos definidores do campo nesse segundo momento, chamado de “mainstreamed”, ou “transversalizado” (ALVAREZ, 2014), servindo para

desenvolver mecanismos institucionais de políticas públicas para mulheres, articulando as agendas do movimento com as de outros atores políticos, nacionais e internacionais, visando desenvolvimento, democratização e bem-estar social.

Destaque nesse período para a Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres, da ONU, em Beijing, em 1995, que mobilizou milhares de ativistas dos direitos das mulheres na América Latina e no mundo. As normas e os acordos internacionais construídos nesses encontros intergovernamentais favoreceram o desenvolvimento de políticas em nível regional e mundial, criando redes transnacionais de ativismo e fortaleceram vínculos pré-existentes para além das fronteiras nacionais (ALVAREZ, 2014). Esse contexto provocou uma intensa onda de formalização em movimentos de mulheres latino-americanas durante os anos 1990 que até então atuavam de forma autônoma e a inserção de feministas especialistas em gênero nos espaços institucionais.

Assim como no Brasil, muitos outros países da região latino-americana, podemos dizer que esses setores mais “ONGizados”⁹ do feminismo se consolidaram e tornaram-se dominantes, quando não hegemônicos, dentro do campo feminista, enquanto Coletivos e expressões feministas menos estruturadas ou autônomas que se posicionaram de forma crítica às políticas desenvolvimentistas foram silenciados politicamente ao terem negado o seu acesso direto a debates sobre políticas de gênero.

A instrumentalização de gênero nas políticas públicas resultou num processo de despolitização da agenda devido ao privilégio conferido a aspectos técnicos em detrimento de uma práxis política capaz de analisar as relações de poder que perpassam essas mesmas políticas públicas. Como consequência, as desigualdades já existentes dentro do campo feminista se exacerbaram e outras novas surgiram, conforme Alvarez (2014).

A autora também destaca que o Partido dos Trabalhadores (PT) e os movimentos populares que constituíam sua base, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o movimento estudantil, foram atores fundamentais no campo feminista no Brasil nos anos 1980 e 1990, “mas raramente reconhecido enquanto tal e situado claramente para além da sociedade civil”

⁹ Há dois lados desse processo chamado de ONGização, que pode ser um perigo aos movimentos sociais, visto que a ONGização é a substituição do trabalho militante por tarefas profissionais confiadas a uma ONG. Segundo Alvarez (2014), a ONGização resultou na promoção ativa e sanção oficial do Neoliberalismo nas práticas organizacionais específicas entre organizações feministas e outros setores da sociedade. No entanto, foi a promoção de práticas mais retoricamente contidas, politicamente cooperativas e tecnicamente aptas pelos Estados e organizações intergovernamentais que deu início ao “boom das ONGs” da década de 1990 na América Latina. E mais especificamente a ONGização dos movimentos feministas se dá pela vertente da necessidade de um processo de institucionalização, e profissionalização dessas organizações, derivada da demanda por conhecimento especializado sobre mulheres e gênero (ALVAREZ, 1999).

(ALVAREZ, 2014, p.27), pois diversas ativistas que se identificavam como feministas vinham desses movimentos e disseminaram os discursos para dentro desses enquanto se articulavam politicamente.

O terceiro e atual momento é chamado por Alvarez (2014) de *sidestreaming*, no qual os discursos e as práticas feministas se multiplicam horizontalmente entre os mais diversos setores da sociedade civil. No início dos anos 2000, a região latino-americana vivenciou um levante contra o neoliberalismo, promovido especialmente por aqueles movimentos autônomos que foram marginalizados na década anterior. Uma das estratégias utilizadas pelas feministas são os núcleos auto-organizados das mulheres que buscam construir o sujeito político do feminismo no interior de outros movimentos, ao levar pautas específicas como a feminização da pobreza, a descriminalização do aborto, o combate à violência, por exemplo. A ampliação das mobilizações sociais e políticas no campo feminista aconteceram horizontal e verticalmente e desdobram-se em ações conjuntas que de “volta às ruas”, articuladas a pautas de justiça social, lutas nacionais e globais.

A dinâmica entre os movimentos feministas com o Estado se intensifica nesse momento, caracterizando um “feminismo estatal participativo” (MATOS, 2010; MATOS E PARADIS, 2014), através das articulações de feministas atuantes nos mais diversos espaços para promover a discussão de políticas públicas com a pluralidade de sujeitos e atores coletivos que disputam a hegemonia do campo e, a implementação de Organismos de Políticas para Mulheres; a exemplo das bem sucedidas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres de 2004, 2007, e 2011, realizadas primeiramente em nível municipal e estadual. Sobre essa forma de participação política, detalharemos mais no capítulo dois sob a ótica da despatriarcalização do Estado e das instituições.

Há também outras teias e discursos articuladores que caracterizam o atual momento, para além da multiplicação, provocando o descentramento desses feminismos plurais. As teorias queer, o transfeminismo e outros debates trazidos pelas trabalhadoras do sexo, mulheres trans, lésbicas, e bissexuais questionam os binarismos de gênero, a heteronormatividade¹⁰ e a categoria “mulher”, trazendo a centralidade da política do corpo para tornar visíveis as opressões do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado. Se a internet já era importante no campo feminista latino-americano desde meados dos anos 1990,

¹⁰ A cultura impõe práticas entendidas como femininas ou masculina, práticas essas chamadas de performatividade por Butler (2018), nesse sentido, esses comportamentos impostos, dá-se o nome de heteronormatividade. Dessa maneira a identidade não descreve a realidade, é imposta, a heteronormatividade, diz respeito ao comportamento e a forma de organizar a vida das pessoas segundo o modelo heterossexual, mantendo uma linearidade entre o sexo e gênero.

as redes sociais ocupam hoje um papel de destaque, especialmente na popularização dos feminismos, na multiplicação e fragmentação de identidades, e na articulação de campos autônomos ou mais precarizados.

Para Marlise Matos, “a ampliação da base das mobilizações sociais e políticas, sobretudo dentro de um novo enquadramento ou moldura transnacional e global, além de uma moldura ressignificada nacionalmente de forte ativismo feminista online” (2014, pg. 95), constituem o que a autora considera ser uma “quarta onda” de mobilização, que emerge principalmente na América Latina, pois conta com grande aporte teórico das feministas do Sul Global que fomentam a crítica ao feminismo eurocêntrico, alinhado ao neoliberalismo e à colonialidade de poderes e saberes. Há aqui um levante em duas frentes que se complementam: uma orgânica, que prioriza o movimento das ruas e a organização em rede; e outra teórica, que engloba os estudos de gênero, sexualidade e raça, a partir da ótica decolonial.

Assim, de acordo com Lugones (2014), os feminismos de mulheres indígenas e comunitárias, bem como o feminismo negro, dos sem-terra e outros, reescrevem suas narrativas históricas na América Latina de forma crítica às narrativas hegemônicas e traduzem os seus discursos articuladores através de uma gramática descolonial que enuncia outras cosmovisões, implicando não só em diferenças culturais ou distintas perspectivas sobre signos culturais, mas também em diferenças ontológicas, de maneira que os sujeitos subalternizados construam identidades coletivas e se reconheçam mutuamente como sujeitos de direitos.

Mesmo que os feminismos latino-americanos sejam heterogêneos quanto às identidades, campos de ação e estratégias perante o Estado, essas construções em cada país se deram a partir de diálogos transnacionais que compõem uma trajetória compartilhada entre os feminismos, ainda que na diversidade. A forte crítica ao neoliberalismo e os processos de aliança com outros movimentos sociais, no contexto de emergência dos movimentos antiglobalização e da construção do Fórum Social Mundial (FSM), resgatou a ação feminista de rua, criativa e subversiva, transformando o ambiente do debate e a ação coletiva, permitindo articulações verticais, horizontais e circulares para suas pautas.

É este caminho que cria possibilidades para a formação de outros campos discursivos de ação, e talvez, configurar um quarto momento nessa trajetória, no qual feministas das mais variadas vertentes e localizações geopolíticas forjar coalizões entre mundos e ontologias radicalmente diferentes sem reduzi-los a equivalências.

1.3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDE

O sujeito político é aquele que põe em prática a sua cidadania e age em prol da transformação social. Esse sujeito pode ser individual ou coletivo, o qual se forma em torno de uma identidade e se articula com outros sujeitos e/ou agentes externos – governo, ONGs, universidades, associações, entre outros. Então, longe de serem passivos nesse processo de mediação política, os sujeitos políticos estão em constante mobilização e conexão, no sentido de lutar pelas demandas de uma coletividade.

A formação da sociedade em rede e o fortalecimento das pautas identitárias em reação à globalização hegemônica mudaram a forma de fazer política dos movimentos sociais e impulsionaram novas construções e desconstruções coletivas (CASTELLS, 2018; GOHN, 2002, 2008). Os novos movimentos sociais se distanciam da tradição marxista, se tornando cada vez mais heterogêneos e complexos, ao dirigirem suas ações contra um adversário propriamente social e não como uma ação política contra o Estado, convergindo em alianças e coalizões que substituem o componente revolucionário por alternativas outras de sociedade.

Os antigos e novos movimentos sociais, assim como as ONGs, utilizam-se das redes de diferentes formas, mas a partir do conceito de “sociedade em rede” de Castells (2020) foi possível estabelecer ferramentas metodológicas sobre o cenário e a constituição dos movimentos sociais contemporâneos, pautados na observância dos processos de comunicação e informação articulados pelas ações sociais numa sociedade globalizada, dentro de um contexto econômico e sociocultural.

Conforme explica Castells (2020), a linguagem universal das mídias sociais permite desenvolver a produção, o trabalho, a política e a cultura dentro dessa organização em rede. As estruturas sociais da sociedade em rede são construídas como sistemas abertos, flexíveis e em movimento:

[...] manifestada sob várias formas conforme a diversidade de culturas e instituições em todo o planeta. Esta nova estrutura social está associada ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo, historicamente moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção, no final do século XX (CASTELLS, 2020, p. 72).

Castells (2018, p.125) define a ação coletiva a partir de três características: 1) a identidade que “refere-se à autodefinição do movimento, sobre o que ele é, e em nome de quem se pronuncia”; 2) o adversário, que se refere “ao principal inimigo do movimento social, conforme expressamente declarado pelo próprio movimento”; e 3) a meta

social/projeto, que “refere-se à visão do movimento sobre o tipo de ordem ou organização social que almeja no horizonte histórico da ação coletiva que promove”.

Em atualização dessa perspectiva, Castells (2017) aborda uma série de características comuns ao que denominamos de movimentos sociais em rede, característicos da sociedade em rede e da estrutura social da era de informação. Todavia, é importante enfatizar que surgem em diferentes contextos políticos, econômicos, sociais e culturais, convergindo em dois fatores principais: o desenvolvimento de uma comunicação autônoma e horizontal; e a crise global de legitimidade política.

Para o autor, “a internet fornece a plataforma de comunicação organizacional para traduzir a cultura da liberdade na prática da autonomia” (CASTELLS, 2017, p.220), que permite os sujeitos definirem suas ações segundo seus próprios valores e interesses, independente das instituições, bem como eclodir, fundir-se ou dissolver outros movimentos por essa mesma lógica. O significado de autonomia nesse campo é diferente do conceito clássico que se refere às lutas emancipatórias contra as estruturas de poder e deve ser entendido como o poder de ação dos atores sociais em determinados espaços - especialmente a internet - livre do controle do poder institucional.

Os movimentos sociais em rede são definidos pela conexão de atores sociais que buscam difundir informações, angariar adeptos e estabelecer estratégias de ação conjunta através de múltiplas formas de conexão, que incluem redes sociais on-line e offline, assim como redes preexistentes e outras formadas durante as ações do movimento. “A horizontalidade das redes favorece a cooperação e a solidariedade, ao mesmo tempo que reduz a necessidade de liderança formal” (CASTELLS, 2017, p.21).

O autor afirma que o uso das redes de comunicação sem fio, como celulares e tablets, se mostrou essencial, pois permitem o compartilhamento de mensagens e imagens instantaneamente, replicáveis do local para o global e vice-versa, ampliando o alcance das pautas, oferecendo uma plataforma de discussão, convocando à ação, coordenando e organizando os protestos.

As mobilizações “iniciam nas redes sociais na internet, mas se tornam um movimento ao ocupar o espaço urbano” (CASTELLS, 2017, p.211). De fato, precisam abrir um novo espaço público que seja visível na vida social já que na maioria das vezes o espaço público não é algo dado como público, então as ruas também estão sendo objetos de disputa, (re)criando uma relação entre os corpos e os ambientes materiais, que também são parte da ação coletiva:

Esse híbrido de cibernética e espaço urbano constitui um terceiro espaço, a que dou o nome de espaço da autonomia, porque só se pode garantir autonomia pela capacidade de se organizar no espaço livre das redes de comunicação; mas, ao mesmo tempo, ela pode ser exercida como força transformadora, desafiando a ordem institucional disciplinar, ao reclamar o espaço da cidade para seus cidadãos (CASTELLS, 2017, p.211).

Para aprofundar o debate sobre o novo espaço público é necessário refletir a partir do pensamento de Butler (2019) sobre o espaço de aparição necessário para a realização da ação política. Em diálogo com Hanna Arendt na obra “A condição humana”, a autora aponta que a filósofa, ao analisar a polis grega e o foro romano, construiu seu pensamento sobre o tema a partir de uma diferenciação entre os domínios privados e públicos baseada no conceito de gênero, deixando a esfera política para os homens e o trabalho reprodutivo para as mulheres, além de pensar este espaço a partir da perspectiva da polis grega sobre o que a política deve ser. Por conseguinte:

Uma das razões pelas quais a esfera do político não pode ser definida pela concepção clássica de polis é que esta concepção nos despoja da possibilidade de ter e usar uma linguagem para aquelas formas de agência e resistência assumidas pelos despossuídos. Aqueles que se encontram em posições de exposição radical à violência, sem contar com proteções políticas básicas sob a forma de lei, não estão por este motivo situados ‘fora’ do político ou despojados de toda e qualquer forma de agência (BUTLER, 2019, p.89).

Tal espaço possibilita que os corpos que agem politicamente não ajam sozinhos, e estejam dentro das disputas políticas e não à margem delas. Assim, ao examinar as reuniões, vigílias, assembleias públicas e ocupações como forma de reconfiguração do espaço público e mobilização política, Butler propõe repensar a própria política como espaço de construção do comum, afinal, “a política não se define por tomar lugar exclusivamente na esfera pública, distinta da esfera privada, mas atravessa essas linhas repetidas vezes” (BUTLER, 2019, p.80).

Segundo a autora, não há democracia sem liberdade para que corpos que se expressem além de essencialismos e binarismos de gênero, por exemplo, possam aparecer como quiserem e exigir formas menos precárias de existência. Por precariedade, Butler (2019) entende uma condição induzida por violência a grupos vulneráveis ou a ausência de políticas públicas, inerente ao capitalismo e às políticas liberais e neoliberais, que cada vez mais retira direitos – previdenciários, trabalhistas, de moradia – e acesso a serviços públicos como escolas e saneamento básico.

Para Butler, todos temos níveis de precariedade, sentida principalmente pelos mais pobres, porém, além de questões econômicas, está relacionada a outras formas de diferenciação social, como por exemplo, raça e gênero. De certo modo, todos estão expostos

“à insegurança devastadora e ao senso de um futuro mutilado”, como através da violência e da perda de direitos. A precariedade se estabelece, ainda conforme Butler (2019, p.65), “como uma condição social e econômica, e não uma identidade – na verdade ela atravessa essas categorias e produz alianças potentes entre aqueles que não reconhecem que pertencem uns aos outros”.

Entretanto, a aliança entre os corpos não é igualdade radical, mas a exigência de uma vida possível de ser vivida que envolva os direitos básicos da autodeterminação e o reconhecimento público de direitos. A performance, seja pela presença visível, palavras faladas ou ações coordenadas de silêncio, é o meio de corporificar experiências minoritárias e produzir intervenções nas estruturas políticas. Por meio da aliança, grupos minoritários corporificam modos de vida francamente opostos às soluções gestadas no âmbito do controle hegemônico. Não se trata de algo a ser instituído, e sim praticado. Produzir esse conjunto de condições é o próprio objetivo da ação política das ruas, fora das instituições previamente configuradas (BUTLER, 2019).

Utilizando o exemplo das manifestações da Primavera Árabe, a autora considera que somente quando os corpos que se organizam e dormem na praça, expondo necessidades que deveriam supostamente permanecer privadas, são transformados em imagens e discursos pela mídia, conseguem pressionar e se tornar um assunto crucial da política, de modo que seja possível estender o espaço e o tempo do evento ao ponto de trazer mudanças práticas. Nas palavras de Butler (2019, p.101): “as cenas das ruas se tornam politicamente potentes apenas quando – e se – temos uma versão visível e audível da cena comunicada ao vivo ou em tempo imediato, de modo que a mídia não apenas reporta a cena, mas é parte da cena e da ação”.

Outra reflexão importante da autora se desdobra sobre o que significa aparecer na política contemporânea e se atualmente é possível aparecer para alguém - visual e auditivamente – sem a mídia. Muitas vezes isso requer a construção de espaços em que corpos invisíveis se tornem públicos, onde seja possível transpor uma cena para diferentes tempos e espaços simultâneos. Um dos caminhos, mas que não é suficiente, é buscar a “mídia marginal”, que produz conteúdos contra hegemônicos a partir de outras narrativas, outros significados e outras formas de construir a diferença.

Outro caminho ponderado por Butler (2019) é a importância de que tais corpos expostos na rua carreguem telefones celulares e repassem mensagens e imagens, por mais que devemos levar em consideração que apenas metade da população mundial tem acesso à internet, pois, quando eles são atacados, o ataque envolve de algum modo a câmera. São significativas sobretudo as imagens de violenta repressão por parte da polícia ou de vândalos,

não apenas pelo caráter viral da difusão das mensagens em si, mas porque a mensagem se conecta com receptores múltiplos e inespecíficos através das emoções e sustentam a indignação daquele que reivindicam o direito de se expressar sem sofrer a coerção exercida pelo Estado e/ou a censura política.

Mesmo que esses movimentos sejam, em sua grande maioria, não-violentos, a arbitrariedade e a impunidade da violência policial abrem o caminho, em muitos casos, para a reação violenta de grupos pequenos e determinados, prontos a confrontar o sistema. A violência proporciona à mídia imagens de sofrimento e preocupação, o que pode ser uma tática desvantajosa para aqueles que estão na ação, afinal, logo políticos e formadores de opinião posicionam-se de modo a deslegitimar o movimento, tirando o foco da crítica que este faz. Para Castells (2017) a questão da violência é determinante para a sobrevivência dos movimentos, já que estes só têm chance de promover a mudança social se sua prática e seu discurso gerarem consenso na maior parte da sociedade.

A partir de coleta de dados de participantes das bases dos movimentos *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos, e da Primavera Árabe, no Oriente Médio, Castells (2017) verificou um senso comum entre eles de que só a partir desse engajamento passaram a saber o que ocorria com o país, o que nos diz muito sobre a desconfiança dos cidadãos para com as instituições e a mídia. O autor atesta:

Em todos os casos, os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na internet e em assembleias locais para o debate coletivo e as tomadas de decisão (CASTELLS, 2017, p.19).

Mais que atingir um resultado, os movimentos dão ênfase ao processo de aprendizagem que ocorre durante a participação nas ações empreendidas, tais como formações cidadãs e demais ações pedagógicas de conhecimento e tomada de consciência. O objetivo principal é qualificar os participantes para atuar, primeiramente, dentro do próprio movimento, de tal modo que, “quanto mais as ideias são geradas de dentro do movimento, com base na experiência dos participantes, mais representativo, entusiástico e esperançoso ele será”, afirma Castells (2017, p.31).

Em relação à participação política, a possibilidade de difundir informação a custos mínimos, o funcionamento colaborativo em rede associado à inteligência coletiva, tudo isso favoreceria, teoricamente, um ambiente comunicacional mais favorável ao desenvolvimento da igualdade de direitos e oportunidades entre todos e todas. Conforme avalia Castells (2003, p.165),

ao nivelar relativamente o terreno da manipulação simbólica, e ao ampliar as fontes de comunicação, a internet contribui de fato para a democratização, conectando as pessoas em contato numa ágora pública, para expressar suas inquietações e partilhar suas esperanças.

A internet certamente não cumpre a função de transformação social ou de reforma da democracia, mas provoca mudanças no processo de participação política, em função das condições da “cultura da virtualidade real” (CASTELLS, 2020, p.455), que por suas próprias características de diferenciação e estratificação social permite a formação de bolhas e realidades paralelas como a intensificação das chamadas *fake news* nos últimos anos.

Apesar de não estar no escopo deste trabalho é uma dimensão que merece um olhar apurado no contexto das pesquisas de comunicação e política, devido ao seu potencial de fragilizar o processo político como um todo, já que os meios digitais também favorecem o agrupamento de indivíduos contrários à inclusão e à diversidade, em nome de uma moral conservadora que, sob a justificativa de “liberdade de expressão” assumem práticas violentas com intuito de coagir ou intimidar sujeitos políticos que afirmam suas identidades e assumem compromisso com a pauta progressista. Assim, o reforço da participação política com a internet é uma possibilidade que se intensifica e continua em aberto devido a condições específicas de apropriação e acesso a este meio.

Dentro da dimensão política e organizativa da internet, construir significados na mente das pessoas é uma fonte de poder mais decisiva e estável sobre os comportamentos e as opiniões cidadãs formadas a partir de ambientes comunicacionais, de troca e interação entre sujeitos. Afinal, a mudança nas comunicações afeta diretamente as construções de significado e, portanto, as relações de poder (CASTELLS, 2017). A internet passou a ser apropriada para o exercício de cidadania, participação democrática e efetivação política durante os últimos anos, expondo sentimento de revolta, configurados por uma séria crise de representação política, bem como a necessidade de ocupar o espaço público das cidades em função de um “revigorar” democrático.

Para compreender a crise de legitimidade política, Castells (2017) traz dois fatores principais que levam à desconfiança das instituições democráticas e da classe política: a corrupção impune, e, um vácuo entre os anseios da população e o funcionamento do Estado. Afinal, quando falamos em democracia partimos do pressuposto de que há a garantia dos direitos de cidadãos e cidadãs, representatividade política e implementação de políticas públicas para que esses direitos se transformem em ações concretas, visando a justiça social.

Partindo do princípio que é necessário haver democracia para que os movimentos de fato existam, e por conseguinte, possam recorrer a formas alternativas de manifestação direta

de suas carências, a interação entre movimentos sociais e instituições políticas torna-se fundamental para que os primeiros sejam agentes de transformação social. Por isso, fortalecer a democracia é essencial para criar espaços na esfera pública que promovam o funcionamento dos coletivos, movimentos e grupos.

Castells destaca que a característica de autorreflexão dos movimentos funciona como uma via de mão dupla nesse processo: “Questionam-se permanentemente como movimento, e seus participantes como indivíduos, sobre o que são, o que desejam e o que pretendem realizar, que tipo de democracia e sociedade estão almejando” (2017, p.214); e diante da realidade atual, onde os processos democráticos formais não atendem as expectativas de diversos grupos minoritários, o espaço público se torna locus privilegiado para uma série de experiências que inserem novas pautas e corpos dentro do campo democrático.

Esse campo, embora fértil, produz tensionamentos entre os governantes em relação aos representados, pois, a influência direta dos movimentos sociais sobre a política e os programas de governo depende amplamente de sua contribuição para agendas preestabelecidas dos atores políticos, havendo pouco espaço para uma interação positiva direta capaz de promover uma reforma política significativa do modelo liberal.

1.3.1 Abordagens teóricas e caminhos emancipatórios para os movimentos latino-americanos

De modo geral, as mobilizações populares da América Latina têm raízes profundas que encontram o colonialismo e, posteriormente, o autoritarismo dos Estados-Nação. Para estabelecer um marco de análise teórico, esta pesquisa cita os principais eixos-temáticos das abordagens a partir do novo milênio.

De acordo com Scherer-Warren (2008) os movimentos sociais nascem a partir de necessidades materiais, histórica e espacialmente localizadas, que se transformam em demandas simbólicas a partir do sentido coletivo atribuído a essa carência e da possibilidade de identificação subjetiva em torno dela. A ação coletiva acontece quando os sujeitos traduzem essas demandas em pautas em comum, reivindicando uma política de cidadania que promova transformações sociais.

Scherer-Warren, assim como Castells (2020), também utiliza dos conceitos de Touraine (1987) para pensar a ação coletiva. A medida em que se observam os seguintes elementos: a) a identidade coletiva ou identificação em torno de uma causa comum; b) a

definição de uma situação de conflito e de seus adversários; e, c) um projeto ou utopia de mudança; há “a passagem de um movimento meramente reivindicativo para um movimento social propriamente dito” (2008, p.508).

As abordagens sobre os novos movimentos sociais passaram a ter enfoque culturalista e identitário - a exemplo dos trabalhos de Touraine (2005); Melucci (2001) - ou institucionais, como Tarrow (1994; 2005) e Tilly (1995), com as teorias de mobilização de recursos e dos processos políticos; no entanto; ambas referenciadas em princípios da modernidade ocidental, ainda que buscassem redefinir o sujeito universal (SCHERER-WARREN, 2008).

Como resultado da globalização novos sujeitos e demandas entram em cena. A categoria do sujeito como constituidor dos sentidos e da ação dos movimentos sociais está intimamente ligada à ideia do agir transformacional que compõe a concepção dos novos movimentos sociais. Para Gohn (2002, p.122):

O sujeito dos NMS é um coletivo difuso, não hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos a partir da fundamentação de suas ações em valores tradicionais, solidários, comunitários (GOHN, 2002, p.122).

A passagem das interpretações sobre os movimentos sociais das teorias de classe para enfoques culturalistas e identitários dos Novos Movimentos Sociais (NMS), deixou em segundo plano o problema das desigualdades sociais e as raízes históricas dos processos de colonização na América Latina. Ainda que os trabalhos de Castells (2020) aproximem o diálogo entre teorias da modernidade e pós-modernas através das possibilidades da sociedade em rede, ela por si só, não foi capaz de interpretar a realidade concreta de sujeitos historicamente subalternizados que demandam uma política emancipatória. A relevância desses elementos é resgatada nas teorias pós-coloniais e decoloniais, pensadas do Sul para o Sul.

Gohn (2008b) afirma que a discussão sobre os movimentos sociais na contemporaneidade insere-se num campo mais amplo, o da crise da modernidade e a emergência de novas formas de produção de saberes que questionam a racionalidade científica como a única legítima. A perspectiva decolonial parte do lugar do sujeito colonizado criando significados outros para a superação dos legados históricos opressores. Da ressignificação dos processos de colonização da América Latina, advém outras dimensões da realidade social, igualmente produtoras de saberes e culturas que estão presentes no campo das experiências adquiridas dentro de lutas e movimentos sociais, que serão a base na elaboração de projetos de transformação social.

A releitura da história cria condições para que grupos subalternos construam identidades culturais e reconheçam-se como sujeitos de direitos. A identidade política não é única ou pré-construída apenas porque tem uma etnia, um gênero ou uma idade. Ela se constrói num campo de disputas e tensionamentos que variam em contextos e conjunturas distintas, e, mudam de acordo com a aprendizagem e tomada de consciência nesses espaços.

Ao observarmos a atual conjuntura dos movimentos sociais latino-americanos, se destacam aqueles com perspectiva antiglobalização que lutam por reconhecimento, e rompem as barreiras das nações, articulando redes temáticas transnacionais. Para Boaventura de Sousa Santos (2012, p.266):

o potencial contra hegemônico de qualquer movimento social reside na sua capacidade de articulação com outros movimentos, com suas formas de organização e objetivos, dado que não há uma prática social ou um sujeito coletivo privilegiado em abstrato para conferir sentido e direção à história, o trabalho de tradução é decisivo para definir, em concreto, em cada momento e contexto histórico, quais as constelações de práticas com maior potencial contra-hegemônico.

As novas gramáticas que o trabalho de tradução tem produzido na interpretação dos movimentos sociais latino-americanos priorizam temas-chave como territórios, rede, mobilização social e equidade, como analisa Gohn (2008a, 2008b). O território passou a ser uma das categorias mais utilizadas para explicar as ações localizadas. À medida em que o processo de globalização transforma os territórios em espaços geográficos mundialmente organizável dentro da lógica neoliberal, os movimentos ligados à territorialidade, como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos e camponeses e outros, procuram estabelecer bases territoriais fortemente vinculadas ao pertencimento de seus povos e etnias, aliadas a defesa de direitos e novas racionalidades de produção.

Em relação à mobilização social, refere-se aqui à participação de cidadãos nas políticas públicas, num espaço possível de construção histórica em que o termo movimento aparece como resultado de uma ação, e não como seu sujeito principal. A ação coletiva busca intervir diretamente na realidade através da mobilização e engajamento de pessoas, ativistas e demais agentes sociopolíticos, em busca de soluções de problemas ao invés do conflito. Trata-se de um processo político e cultural presente em todas as formas de organização das ações coletivas, que perpassa a dimensão política das mobilizações clássicas.

Gohn observa que “há uma engenharia do social, um modo processual de organizar a ação coletiva, fundamentado em modernas técnicas da comunicação” (2008a, p.449), onde as novas tecnologias, especialmente a internet, facilitam a difusão de narrativas e discursos pelos sujeitos - nós das redes. Mas para Scherer-Warren (2008, p.514) ”são os vínculos sociais e pessoais e sua capacidade de gerar mensagens de conexão, mobilização e empoderamento”

que constituem de fato o principal elemento mobilizador de uma rede de movimento social, ainda que essas utilizem as TICs para alcançar “impacto midiático, visibilidade numa esfera pública ampliada, desenvolver estratégias políticas e propostas programáticas em torno de suas necessidades e de sua noção de direitos”.

As análises contemporâneas sobre o tema da desigualdade social na América Latina, deslocam-se da ênfase econômica para a ênfase nas diferenças sociais e culturais, substituindo a categoria *exclusão* como objeto de estudo pela categoria *equidade*, que busca reconhecer igualmente o direito de cada um nas suas diferenciações. De acordo com Gohn (2008b, p.70) a equidade passa a ser entendida como “um princípio que rege funções redistributivas, compensatórias, consideradas históricas e socialmente justas”.

Por fim, destacam-se as redes de movimentos sociais, (não confundir com movimentos em rede, apesar destes comporem as redes de movimento, estas com sentido mais amplo), como categoria que:

congregam organizações civis de base, mediadores políticos oriundos de organizações articuladoras, movimentos sociais populares propriamente ditos e a participação e contribuição de outras lideranças políticas e intelectuais no trabalho de tradução entre os diversos saberes e ideários comuns (SCHERER-WARREN, 2010, p.26).

As articulações das redes de movimentos sociais orientam-se por vínculos sociais comunitários e/ou por redes temáticas que unem grupos identitários e, possibilitam nesse contexto, a transposição de fronteiras territoriais, articulando as ações locais de forma transnacional. Gohn (2008a, p.442) ressalta o ganho dos movimentos com a transnacionalidade “a ênfase está nas redes que constroem e nos projetos sociais que se inserem; os fóruns que realizam são seus momentos principais de visibilidade, e se constituem como grupos de pressão junto aos organismos e instituições de cúpula internacionais”.

Em relação ao protagonismo civil nas ações coletivas, apesar de “ativistas ou mobilizadores” serem novos sujeitos em destaque nessa cena, nem os movimentos sociais ou o associativismo deixaram de ter importância. O que há de fato são atuações em frentes diferenciadas e permanentemente tensionadas, em estratégias que transitam entre o campo do conflito e o campo da cooperação, nos quais a solidariedade entre os sujeitos se dá ou de forma orgânica, a partir da experiência compartilhada no caso dos movimentos; ou de forma instrumental nas organizações cívicas, criadas para atingir metas que resolvam problemas sociais através de políticas públicas (GOHN, 2008a). A autora reconhece que ambas as formas coexistem e entrecruzam-se em redes temáticas e projetos pontuais.

Se há uma tendência para a institucionalização de coletivos e movimentos autônomos, isso se dá menos em questão de uma evolução no sentido de “progresso” do que de uma exigência atual de formalização desses atores para que possam receber verbas governamentais e firmar convênios com o setor público. Porém, o movimento não acaba se em algum momento vira uma associação ou cria formas institucionais no seu interior para viabilizar suas ações. Essas relações, de acordo com Gohn (2008a, p.451), “transitam num cenário contraditório, ora articuladas como uma organização, ora como movimento social propriamente dito”. Por conseguinte, é a rede interna que ele cria que possibilita unir diferentes formatos de se apresentar na realidade. A formação de parcerias institucionais cria novos espaços de governança para o crescimento da participação cidadã e demonstra o aprofundamento da autonomia relativa da sociedade civil organizada perante o Estado.

Por fim, as redes de movimentos sociais na América Latina vêm criando espaços de participação entre grupos sociais distintos, privilegiando a abertura ao pluralismo democrático - tais como a democracia participativa e deliberativa, assim como formas de resistência comunais, a fim de construir novos significados simbólicos e plataformas políticas para as lutas. Essa dinâmica exige um modo de se relacionar onde haja uma escuta recíproca, reconhecimento e solidariedade para com as vivências dos sujeitos coletivos; e, horizontalidade nos compartilhamentos, onde os conflitos são enfrentados e coletivamente retrabalhados. Dessa forma, Scherer-Warren (2008) acredita que o movimento poderá estar caminhando para um processo de emancipação coletiva mais abrangente e profunda na América Latina.

1.4 O APORTE DAS TICS PARA O ATIVISMO FEMINISTA

O desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) possibilitou a criação de novos espaços de participação política fora do controle de instituições tradicionais e com a possibilidade de produzir outros discursos que não aqueles vinculados à cultura de massa global (ESCOSTEGUY, 2010), especialmente em razão dos dispositivos sem fio conectados à internet. Para além de tecnologias, máquinas e aplicativos, o que nos interessa são as relações e estruturas sociais que são modificadas pelas TICs, a cultura e o ambiente que é criado a partir de suas conexões, enquanto um espaço de tensão política, hegemonia e resistência.

Segundo Lèvy (2010), uma nova dimensão chamada de ciberespaço emerge com a digitalização do simbólico e sua circulação através da rede mundial de computadores e de

tantos outros mecanismos tecnológicos que vão interagindo com as dimensões preexistentes e gerando novas lógicas e formas de relação cultural. Para o autor, as relações sociais e a produção humana – seja material, simbólica ou intelectual – que se articulam no ciberespaço, se mantêm nos espaços offline e se articulam por meio de comunidades virtuais. Todos esses elementos se imprimem na chamada cibercultura, que tem como germe uma cultura mais interativa, mais coletiva, mais participativa. É um espaço de construção de solidariedade como mecanismo de religamento social.

O ciberespaço passa a se constituir em importante território da esfera social, a ágora eletrônica contemporânea. Sendo, na Antiguidade Clássica, a praça principal da polis grega, a ágora é tomada aqui como o espaço das interações (virtuais) na esfera pública, dos debates políticos, da convivência e da visibilidade, sendo, assim, o espaço da cidadania que possibilita dar visibilidade aos fatos da vida privada, tratar fatos e fenômenos da esfera pública e sobretudo redimensionar a esfera social. Por seu descentramento e atopia, como já referido, enseja diluir as concentrações de poder e ampliar a participação dos atores sociais e a projeção dos diversos segmentos.

Na perspectiva dos Estudos Culturais, a cibercultura é também um espaço de consumo, pois existem condições materiais necessárias para a participação ou exclusão dos sujeitos - é preciso ter acesso pelo menos a um dispositivo de conexão como computador, celular ou tablet - e os altos custos de produção da tecnologia acabam sendo repassados de alguma forma aos usuários, seja na obtenção de dados pessoais ou de publicidade. Ou seja, todo tipo de produção cultural é uma mercadoria em potencial na economia globalizada do ciberespaço. De acordo com Castells (2020, p.414):

Como a cultura é mediada e determinada pela comunicação, as próprias culturas, isto é, nossos sistemas de crenças e códigos historicamente produzidos são transformados de maneira fundamental pelo novo sistema tecnológico e o serão ainda mais com o passar do tempo.

Isso significa que as condições materiais, as práticas, crenças e comportamentos que existem no mundo material migram para o ciberespaço, de modo que os discursos e representações presentes na cibercultura replicam os preconceitos sociais de um certo contexto. Contudo, se trata de um processo dinâmico, no qual a mediação da tecnologia implica transformações contínuas na produção de significados culturais.

O desenvolvimento de redes horizontais de comunicação permite que as pessoas se apropriem e construam novas formas de comunicar, produzindo e distribuindo conteúdo em diversos formatos, a exemplo de *Facebook*, *WhatsApp*, *Youtube*, *podcasts*, *wikis* e tantos outros que formam comunidades virtuais diversificadas e difusas. Por ser um espaço aberto,

permite que muitos indivíduos e grupos com interesses em comum se conectem e produzam informações, saberes, valores que não se limitam à rede, mas permitem transformações no mundo físico.

Na articulação entre cultura, comunicação e política, as experiências sociais dos sujeitos são protagonistas na análise dos meios e mediações de Jesús Martín-Barbero (1997). Essas experiências com o uso dos meios tecnológicos de comunicação são marcadas por processos de consumo, recepção e usos sociais dos bens simbólicos no cotidiano, afinal a própria existência das TICs depende de mediações culturais produzidas por sociedades humanas, nas quais a produção de sentidos depende dos usos que lhe são dados. Segundo o autor:

O consumo não é apenas reprodução de forças, mas também produção de sentidos: lugar de uma luta que não se restringe à posse dos objetos, pois passa ainda mais decisivamente pelos usos que lhes dão forma social e nos quais se inscrevem demandas e dispositivos de ação provenientes de diversas competências culturais (MARTIN-BARBERO, 1997, p.90).

A partir da perspectiva do descentramento e da diáspora, a comunicação deixa de ser confundida com o movimento de uma mensagem que circula entre um emissor e um receptor, afinal a própria natureza comunicativa da cultura permite que o receptor também seja um produtor de significados (MARTIN-BARBERO, 1997). Isso significa que os meios não se limitam somente a veicular e reproduzir informações externas para uma audiência passiva; o processo de mediação depende da interação social, da bagagem cultural e da tecnicidade – parte constitutiva dos novos modos de produzir conhecimento – que envolvem o sujeito receptor e que vão configurar a interpretação da mensagem recebida.

Quando as instituições sociais falham de algum modo no exercício de suas funções políticas, sociais e culturais, os meios acabam funcionando como agentes culturais que se articulam politicamente em todas as esferas, mediando a construção de identidades e reconstituição de atores sociais. A exemplo da esfera política, os meios digitais passaram de intermediários à principal ferramenta na configuração de discursos e ações, na fiscalização dos governos e das instituições, e no diálogo entre Estado e sociedade civil. Assim, os meios promovem um outro tipo de relacionamento com a audiência: não há mais o receptor indiferente ou passivo, mas um sujeito com potente capacidade de ação e produção de significados, sem desconsiderar aqui as influências do mercado e os interesses do Estado nesse processo.

Em análise da contribuição dos pesquisadores brasileiros à competência de leitura do receptor e na inserção dela nas práticas cotidianas, no contexto latino-americano, Martín-

Barbero (2021) destaca a atenção dos movimentos sociais do Brasil em apropriar-se da criatividade comunicativa das culturas populares como meios estratégicos para a luta política e cultural, à frente da maioria dos sindicatos e movimentos de outros países da América Latina que resistiam a essas práticas.

Em tempos de globalização e descentramento cultural, as TICs não podem ser entendidas apenas em “termos da dimensão tecnológica, mas também no horizonte epistemológico a partir do qual os novos sentidos de comunicar se tornam visíveis, tanto no sentido de preservar os as tradições culturais regionais como para adaptá-las às demandas modernas” (MARTIN-BARBERO, 2021, p.141). Se por um lado as TICs abriram espaço e oportunizaram a fala a diversos grupos sociais subalternizados ou com baixa representação midiática, ela própria não está separada do contexto histórico e social que a constitui, por isso não é possível desvinculá-la das relações de poder da modernidade, pois as questões de classe, gênero e língua são componentes que estruturam exclusões e barreiras digitais, especialmente em países do Sul Global.

O autor está ciente do forte teor contraditório nesses processos: de um lado está o determinismo tecnológico e o pessimismo cultural das abordagens teóricas sobre os efeitos da globalização no aumento da pobreza e desigualdade no continente; de outro, “o potencial estratégico já representado pelas redes digitais que tecem a integração sociocultural do espaço latino-americano” (MARTÍN-BARBERO, 2014, p.30) com a mobilização dos meios comunitários de comunicação e a experimentação artística. Ainda de acordo com Martín-Barbero (2014), a capacidade das TICs em potencializar a participação democrática e a defesa de direitos sociopolíticos e culturais, por intermédio de redes e alianças, preencheu a densidade simbólica da política que havia sido esvaziada nos últimos anos, promovendo o retorno da categoria a centralidade dos debates no contexto latino-americano.

No campo do conhecimento, as tecnologias de informação e comunicação contribuem para a emergência de outras cosmovisões, que segundo Martín-Barbero (2014, p.25), “conduz a um forte apagamento das fronteiras entre razão e imaginação, saber e informação, natureza e artifício, arte e ciência, saber especialista e experiência profana”, e um novo formato de produção, “permitindo aos indivíduos e às coletividades inserir suas culturas cotidianas orais, sonoras e visuais nas novas linguagens e escrituras” (p.26). Porém, o autor ressalta que é preciso destacar as desigualdades sociais implicadas nesse processo a fim de não o reduzir a posições multiculturalistas.

As diferenças no que diz respeito ao acesso às tecnologias e mídias digitais, um problema econômico e social, interferem na cultura e na produção de saberes desses

ambientes, pois conseqüentemente grupos sociais se encontram sub-representados em projetos de conhecimento coletivo, participação em desenvolvimento de softwares, bem como na política de distribuição de redes digitais e infraestrutura que correspondem a sua produção. Portanto, um projeto de inclusão digital que busca soluções para o contexto latino-americano deve se preocupar tanto com critérios materiais quanto em romper barreiras subjetivas geradas pela hegemonia globalizadora do mercado, e assim, configurar um novo ambiente comunicacional.

Ao trazer o recorte de gênero para a discussão das TICs, Graciela Natansohn (2013) nos diz que a comunicação colaborativa em rede é favorável à igualdade de gênero na medida em que se difunde em prol dos objetivos dos movimentos de mulheres. E para isso, exige-se o compromisso com superação da “brecha digital de gênero” (CASTAÑO, 2008; ALONSO, 2007; WACJMAN, 2006 *apud* NATANSOHN, 2013, p.16), que não se refere somente às dificuldades econômicas de acesso à rede, mas também à falta de conteúdos úteis às mulheres e aos obstáculos que elas enfrentam para se inserirem em áreas estratégicas de formação, pesquisa e no emprego das TICs devido a hegemonia masculina nesse contexto.

Desde a maciça incorporação das mulheres ao mercado de trabalho na década de 60, elas sempre desempenharam funções que empregam tecnologias e comunicação - desde telefones e máquinas de escrever, chegando aos smartphones e notebooks - entretanto, em trabalhos menos qualificados que percebem uma menor remuneração, a exemplo de secretárias e recepcionistas. Ainda persiste na contemporaneidade uma falsa crença de viés neoliberal de que com o desenvolvimento das TICs e a evolução do teletrabalho, as mulheres não teriam mais que escolher entre maternidade e trabalho, pois poderiam realizá-lo a partir da esfera privada.

Miguel e Boix (2013) argumentam que, em certa medida, esse modelo contribui para manter a mulher fora do espaço público, afinal não houve uma real mudança na divisão sexual do trabalho, ou seja, as múltiplas jornadas continuam acontecendo: ao mesmo tempo em que se conecta ao mercado de trabalho assalariado, as mulheres continuam atendendo as demandas da casa, de suas famílias e filhos, sempre em disponibilidade para o serviço dos outros. Essa invisibilidade corrobora com o imaginário social da supermulher que se mantém no cerne da divisão sexual do trabalho, e em virtude disso, os homens não assumem novos papéis e identidades que permitam às mulheres experimentarem uma mudança efetiva em relação à igualdade de gênero.

A epistemologia feminista entende que o gênero opera sobre a construção da ciência e da tecnologia criando hierarquias nas quais qualidades consideradas “femininas” são

obstáculos ao pensamento racional/objetivo, que é branco e masculino. Isso significa que os papéis e estereótipos de gênero compõem uma dimensão subjetiva que fomenta as diferenças entre homens e mulheres no acesso e na apropriação da tecnologia na medida em que cria um “habitus tecnológico binário, hierárquico e altamente desfavorável às meninas” (NATANSOHN, 2013, p.17). Não por acaso, as mulheres encontram-se sub-representadas nas comunidades epistêmicas que constroem e legitimam o conhecimento, e é por causa dessa dupla exclusão do feminino que não basta simplesmente inserir mulheres dentro das universidades para fazer ciência se ela não for desenhada para isso. Somente com a autoridade estabelecida dentro da área de atuação que é possível dar visibilidade para os vieses de gênero dentro dos saberes e das instituições.

Para Donna Haraway (1995), uma ciência feminista, crítica e objetiva, deve ser composta por saberes localizados e corporificados, que escapam a uma visão binária de mundo, e são apoiados na possibilidade de redes de conexão e compartilhamento de epistemologias. Nos saberes localizados, o objeto do conhecimento não é fixo, passivo ou “coisificado” pela lógica colonial capitalista, de modo que é preciso situá-lo como agente na produção do conhecimento a fim de abrir espaço a novas possibilidades. Nas palavras da autora:

Precisamos também buscar a perspectiva daqueles pontos de vista, que nunca podem ser conhecidos de antemão, que prometem alguma coisa extraordinária, isto é, conhecimento potente para a construção de mundos menos organizados por eixos de dominação (HARAWAY, 1995, p.24).

Para Natansohn (2013), enquanto a cultura dos espaços de produção científica e tecnológica for resistente às mulheres, a exemplo da resistência masculina à autoridade feminina, a sobrecarga de tarefas domésticas, gravidezes, a exclusão das redes masculinas informais, elas continuaram mais afastadas da tecnologia quando as primeiras barreiras de acesso forem superadas.

O movimento das mulheres começou a dar atenção às questões das TICs há pouco mais de 20 anos. O marco inicial da reivindicação da comunicação como direito humano básico foi a Conferência da Mulher, em Beijing em 1995, quando foi incluído nas conclusões finais um ponto que destaca a importância da comunicação para o empoderamento das mulheres. Na ocasião, um grupo de 40 mulheres, de 24 países, montaram uma lista de correio eletrônico que disparava informações sobre os trabalhos da Conferência e permitia a troca de opiniões em tempo real. Foi a primeira vez que um movimento de mulheres conseguiu se organizar globalmente, através de uma comunicação efetiva e organizada em rede, sem que fosse necessário tomar uma corporalidade nas ruas, conforme relatam Miguel e Boix (2013).

Ficou evidente que ali estava aberto um território a ser explorado e contestado pelo ativismo feminista.

No entanto, poucos avanços podem ser observados nesta discussão até a década de 2010, observa Natansohn (2013), sob o falso dilema de estar lidando com um problema menor ou tema de menor importância dentro da pauta das mulheres. A temática vem ganhando espaço dentro da agenda política feminista atual, na medida em que aumentam alarmantemente os casos de violência contra as mulheres no espaço digital, e seguindo a lógica do cibercultura, não há apenas a replicação de violências já existentes, mas a produção de novas formas de violência contra mulheres e meninas nas e através das TICs: stalking, assédio virtual, pornografia de vingança, ameaças e discursos de ódio são algumas tipificações já reconhecidas e tantas outras tem surgido a todo instante dentro das redes digitais.

Em 2011, a Comissão para Condição Jurídica e Social da Mulher da Organização das Nações Unidas (ONU), reforçou o papel de uma educação de qualidade, do acesso e participação em condições de igualdade na ciência e na tecnologia para a conquista do empoderamento econômico da mulher. Fica evidente nesse posicionamento, assim como o de outros organismos internacionais, que há uma brecha digital de gênero, percebida apenas sob uma ótica neoliberal, onde as questões de gênero e tecnologia são vistas como um problema de mercado, pois a preocupação de gerar mão de obra qualificada não está acompanhada do debate sobre a globalização hegemônica nesses meios.

Os movimentos feministas estão se conscientizando sobre a necessidade de usar os recursos organizacionais da rede, especialmente como espaços de apoio às mulheres, e adquirir competências tecnológicas para lutar e se fortalecer. Para Natansohn (2013, p. 24) “o que está em jogo é entender o alcance político e social da cultura digital e do entorno tecnológico como forma de vida contemporânea, como o ambiente onde se desenvolve a nossa vida e nossas lutas”. Diante do exposto, pensar a inter-relação humano-máquina é indispensável para imaginar futuros possíveis e buscar respostas a partir da perspectiva de gênero e demais marcadores sociais de exclusão se faz necessário para promover uma mudança cultural e epistêmica capaz de construir mundos mais justos.

As mídias sociais, nesse contexto de globalização, se tornaram uma gigante indústria cultural que segue validando e reproduzindo discursos hegemônicos sobre o papel da mulher, porém uma lógica subversiva se faz presente: devido a sua própria arquitetura, abrem espaço para resistência, diálogo e narrativas contra hegemônicas. Assim, assumir uma identidade cultural feminista, nessa perspectiva, é um ato político e uma afirmação de poder.

Apesar do desenvolvimento global do feminismo, múltiplas identidades feministas são criadas dependendo dos contextos culturais, institucionais e políticos do local em que surgem (CASTELLS, 2018). No entanto, para o autor, essa diversidade não constitui uma fraqueza, ao contrário, o movimento se fortalece quando as feministas se unem, agem em conjunto e/ou leem/ouvem o que as outras escrevem. Nesse ponto, as redes se mostraram suficientemente flexíveis para articular as múltiplas identidades dentro dos grupos e/ou comunidades virtuais formados por mulheres atravessadas por diversos marcadores de diferenças.

As comunidades virtuais constituem-se em espaços de troca de saberes que são modificados, reconstruídos, aumentados e editados de acordo com demandas específicas de determinadas situações, que implicam na construção/reconstrução de identidades e possuem a potência de se transformarem em ações no espaço físico. Observa-se na linguagem das redes a politização do privado, a narrativa de si, e o compartilhamento de experiências pessoais que ecoam coletivas e favorecem a criação de redes baseadas em afinidades.

As experiências em primeira pessoa, tornadas públicas na rede, passam a afetar o outro, por isso, exige do receptor o movimento de se colocar no lugar deste outro para compreender as diferentes opressões e reconhecê-las na prática. A partir das redes, sujeitas e atrizes políticas feministas, individuais e coletivas, elaboram projetos, como veículos de informação próprios, por exemplo, que fomentam o diálogo na sociedade e conectam o ciberespaço com os espaços físicos da vida social.

Há uma potencialização política e estratégica das vozes dos diversos segmentos feministas e da demanda por seus lugares de fala, impulsionada pelo desenvolvimento das TICs e da internet, que é especialmente atrativo para meninas e mulheres mais jovens, crescidas no ambiente digital, cujo vínculo com o feminismo tradicional é desfavorecido pela brecha cultural, digital e geracional (NATANSOHN, 2013). Com o uso crescente da internet, diferentes grupos de mulheres passaram a atuar tanto no real quanto no virtual, não sendo mais possível desassociar o feminismo do ciberespaço, e assim, o ciberativismo, ou como preferem algumas autoras, o *ativismo feminista online* se consolida como uma estratégia da chamada “quarta onda” que tem contribuído para que mais mulheres se tornem conscientes de que o que elas sentem em suas experiências pessoais é uma condição compartilhada por todas e por isso, deve ser politizada.

No Brasil, existem grupos de mulheres que, sem se identificar como feministas, trabalham pela inclusão digital das mulheres. Muitos deles objetivam a capacitação para o mercado de trabalho, deixando de lado as discussões sobre o lugar das mulheres nesse campo e as consequências das brechas de gênero. Lutam para entrar num espaço altamente

competitivo, mas também se destaca um conjunto de acadêmicas - cujo objeto de pesquisa é a regulação das telecomunicações e controle dos meios - que também são militantes ativas em fóruns e movimentos pela democratização da comunicação e a defesa dos direitos das mulheres na internet. Somam-se ao campo de batalha coletivos e veículos de comunicação feministas, a exemplo de Instituto Patrícia Galvão, AzMina, Cemina, Articulação Mulher e Mídia, Intervozes, entre outros.

As pautas nas redes não diferem muito das ondas feministas anteriores, porém sua potência reside na capacidade multiplicadora e articuladora da internet (HOLLANDA, 2018). Pois, o uso de vozes individuais e o compartilhamento de experiências se mostraram um eficiente modelo de comunicação viral capaz de articular múltiplas posições identitárias e alianças com outros sujeitos políticos. A identidade feminista se fortalece, se fragmenta e se reconstrói ao possibilitar que diferentes mulheres compartilhem experiências em comum e se identifiquem com os discursos compartilhados na rede, possibilitando um novo caminho muito mais plural e democrático. E, conforme Dutra (2018, p. 30):

A equidade de gênero, hoje, não pode ser pensada sem o uso das novas tecnologias. Sendo as mulheres no mercado de trabalho, ocupando os postos de trabalho que demandam o conhecimento das TIC's, para alcançar essa igualdade e, estarem conectadas, para renovação do feminismo em uma ressignificação da luta política e social e uma significação das novas ferramentas usadas para o ciberativismo.

O mundo virtual surge como um novo espaço – para além da tradicional divisão entre espaços público-privado/doméstico – em que o gênero pode ser relativizado, esquecido ou, inclusive, falseado, do mesmo modo que a idade e outras características individuais o são. Retorno à voz de Donna Haraway (1995, p.16), que postulou com veemência a necessidade de mudar de metáforas: “necessitamos o poder das teorias críticas modernas sobre como são criados os significados e os corpos, não para negar os significados e os corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham uma oportunidade no futuro”. Porém, Natansohn (2013, p.28) nos alerta para o risco de uma “despolitização ingênua, de instituir outra mitologia, como a de que na cultura digital, as exclusões por causa do gênero podem ser minimizadas por si só, ou que as identidades se diluem ou implodem, junto com suas opressões”.

No cenário descrito, os movimentos sociais e políticos, organizados através das redes sociais, foram redimensionados e tornaram-se mais acessíveis, possibilitando o engajamento de um número muito maior de mulheres em nome do empoderamento coletivo. O empoderamento, enquanto discussão central contemporânea no movimento de mulheres, avança no ambiente online e dialoga de diferentes formas com diferentes públicos, de modo

que esses espaços virtuais podem servir como um lugar de denúncia e compartilhamento de experiências que não são problematizadas em vias tradicionais de comunicação.

Em uma análise do Facebook enquanto rede de empoderamento feminino, Abnner Araújo, Vanêsa Nazário e Daniela Ribeiro (2017) explicam que a sendo a sociedade brasileira construída sob a hegemonia masculina e a violência colonial, que naturalizou o espaço público como local de excelência do homem branco, hétero e burguês, é, em perspectiva, o empoderamento feminino que:

[...] permite que as mulheres lutem pelo seu direito de serem vistas como sujeitas na sociedade, reprimindo as diversas formas de opressão do machismo, vividas no âmbito familiar, profissional e conjugal, e garantindo que todos tenham seus direitos e deveres garantidos de forma igualitária, independente do gênero (ARAÚJO; NAZÁRIO; RIBEIRO, 2017, p. 2).

O uso das redes sociais pelo movimento feminista se torna tão importante e bem-sucedido por dar visibilidade e proporcionar espaços de discussão para uma série de questões omitidas em outros canais de comunicação, como o combate à violência física, psicológica, verbal, sexual, dentre outras, e que impactam de forma significativa a vida de tantas mulheres, especialmente em um país machista como o Brasil. Muitas comunidades virtuais acabam tornando-se espaços seguros para denúncias de assédio sexual, agressão, estupro, assim como solicitação de informações sobre aborto seguro.

A mobilização de campanhas contra a violência de gênero nas mídias digitais costuma ser feita por meio de posts pessoais e uso de hashtags. Em 2015, duas campanhas importantes - #PrimeiroAssédio e #MeuAmigoSecreto - foram lançadas por iniciativas de coletivos feministas, com objetivo de incentivar meninas e mulheres a contar situações de abuso, assédio e agressão, em suas redes sociais, utilizando as hashtags. Devido à grande publicização, as campanhas chegaram às mídias tradicionais e promoveram um debate público sobre o assédio sexual com toda a sociedade.

Desse modo, de acordo com Araújo, Nazário e Ribeiro (2017, p.11), esse espaço de compartilhamento das vivências gera “o crescimento sociopolítico dessas mulheres, constituindo assim uma rede que contribui, não apenas no ambiente online, mas fora dele, para as mudanças no sistema e a conscientização da sociedade”, já que a partir de relatos e denúncias, é possível visualizar a dimensão estrutural de opressões vividas individualmente, desnaturalizando-as.

Nesse contexto, levantes feministas floresceram em toda a América Latina levando milhares de mulheres às ruas, mobilizadas pelas hashtags (especialmente a #NiUnaMenos que iniciou na Argentina), em uma dinâmica transnacional que deu corpo ao movimento

conhecido como Primavera Feminista (GAGO, 2022; HOLLANDA, 2018), objeto desta pesquisa, cujos dados serão apresentados e discutidos adiante.

Não necessariamente participar desses eventos significa fazer parte de uma organização ou coletivo feminista. Há um processo de aprendizado que vai sendo construído em um grupo de mulheres online, mesmo que de forma mais individualizada e menos coordenada, perpassando mulheres que estão fisicamente distantes, e ainda assim, compartilham vínculos de solidariedade, se engajam, dividem funções, se transformam com e pelo ativismo.

À medida que grupos de estudos e discussões se formam na internet, nos deparamos com processos mais práticos de articulação e mobilização social, que tem levado à dissolução de uma cultura política assentada em princípios desiguais em favor de uma ação política coletiva e criativa. Estes grupos, em sua maioria, se caracterizam por questões pontuais, no entanto, têm conseguido oxigenar o espaço da política através de um tipo de protagonismo da sociedade civil em processos de lutas sociais.

Para além das construções teóricas, o fator revolucionário, subversivo, transgressor que permite aspirar a pensar novos cenários parece derivar-se intrinsecamente das possibilidades técnicas do espaço virtual e da rede. Desierarquização e criação de modelos mais democráticos com o objetivo histórico vingativo da igualdade de direitos entre homens e mulheres, elaboração de estratégias e pensamentos em rede em que desaparecem conceitos como “centro” e “linearidade” frente ao “diverso”, “descentralizado” e “horizontal”.

CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS PARA O SUL GLOBAL FEMINISTA

2.1A HERANÇA COLONIAL NOS SUJEITOS E NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Os pensadores do Grupo Modernidade/Colonialidade (Grupo M/C), constituído no final dos anos 1990, fizeram uma releitura crítica das teorias eurocêntricas e propuseram novas interpretações – epistêmica, teórica e política – conhecidas como “giro decolonial”; um movimento epistemológico latino-americano que “atualiza a tradição crítica de pensamento latino-americano, oferece releituras históricas e problematiza velhas e novas questões para o continente” (BALLESTRIN, 2013a, p.89). Os principais expoentes do grupo criaram conceitos-chave para compreender a permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva; e alguns deles serão aplicados nesta pesquisa para pensar, especialmente, as questões de gênero e democracia.

A emergência do capitalismo eurocêntrico enquanto um poder mundial a partir do século XVII não seria possível sem que a estrutura de dominação/exploração dos povos originários da América, a partir do processo de Conquista iniciado um século anterior, pela região geopolítica chamada de Europa, proporcionasse esse movimento. Entretanto, o colonialismo apenas não é razão suficiente para que um padrão de poder se torne hegemônico e opere em todos os níveis da existência social, afinal, não necessariamente se estabelecem relações de poder racistas entre dominantes e dominados.

Para isso, de acordo com Aníbal Quijano (2010), foi preciso construir novas identidades coletivas baseadas na classificação racial/étnica das populações colonizadas, a partir da perspectiva eurocêntrica, na qual o pensamento racional, instituído sob o cânone da filosofia iluminista, organiza o mundo em termos binários: raças superiores/inferiores, selvagens/civilizados, tradicional/moderno, público/privado; e coloca a Europa como o nível mais avançado e bem-sucedido da evolução humana.

Da experiência colonial na América origina-se uma matriz de poder subjetiva que naturaliza as experiências dos indivíduos dentro desse padrão de poder, invisibilizando a totalidade histórica-social daquele território, impondo um único modo de produzir saberes e conhecimentos – o eurocêntrico – que Quijano (2010) compreende como “colonialidade”.

A colonialidade do poder opera, segundo o autor, no controle dos meios de trabalho e seus produtos, dos recursos naturais, do sexo e a reprodução da espécie, da subjetividade e da autoridade, de modo a “assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais e suas

mudanças” (QUIJANO, 2010, p. 76). Nas formas modernas, esse controle está presente por meio do Estado-Nação, da família burguesa e da racionalidade moderna.

Quijano (2010) entende que a classificação dos indivíduos dentro do capitalismo colonial/moderno articula-se através de três instâncias: trabalho, raça e gênero. Desses, o trabalho é o eixo central de exploração e dominação, enquanto raça e gênero podem ser associados às relações de exploração/dominação, ou seja, dependem da “elaboração desses atributos como categorias sociais” (QUIJANO, 2010, p. 105). Contudo, o autor deixa claro que a raça se tornou o eixo o fator estruturante tanto da produção social de trabalho, quanto da reprodução social da espécie no capitalismo eurocêntrico.

É necessário pontuar que nem toda a relação de trabalho dentro do capitalismo está assentada sob a hegemonia capital-salário, sendo o trabalho assalariado reservado ao europeu branco, enquanto outras formas de trabalho não-salariais, continuam invisibilizadas ou consideradas “naturais”, bem como, distribuídas em função de raça, localização geopolítica e gênero, como no caso do trabalho de reprodução social feito majoritariamente por mulheres.

As críticas de Lugones (2020) ao conceito de colonialidade do poder de Quijano (2010) é no sentido de que o autor aceita o entendimento hegemônico de gênero, organizado em termos binários, patriarcais e heterossexuais. A partir do cruzamento de dois marcos analíticos – a Interseccionalidade e a colonialidade do poder – Lugones (2020) expõe a operacionalidade do que ela conceitua como “sistema de gênero colonial/moderno”, na tentativa de explicar a condição de opressão e exploração violenta da mulher não-branca dentro da hierarquia social, bem como da histórica indiferença e cumplicidade dos homens racializados pelo mesmo capitalismo global eurocêntrico à essas violências.

O resultado para as mulheres não-brancas, marcadas sexualmente como fêmeas, foi uma dupla colonização – de seus corpos e territórios – que implicou na destituição de suas posições sociais dentro dos tecidos comunitários e a recorrente violação sexual heterossexual pelos colonizadores. Esta dupla colonização é abordada nas reflexões de feministas comunitárias como Lorena Cabnal (2010), que vem construindo um pensamento feminista coerente com as cosmovisões indígenas, diferentes dos pensamentos feministas ocidentais, no sentido de questionar princípios e valores ancestrais presentes em fundamentalismos étnicos que legitimam a heteronormatividade.

A epistemologia feminista comunitária afirma a existência de um patriarcado originário ancestral que é a raiz de todas as opressões. O patriarcado aqui não é entendido como uma estrutura universal de dominação, mas como categoria de análise das relações entre homens e mulheres dentro do mundo indígena: “Este sistema establece su base de opresión

desde su filosofía que norma la heterorealidad cosmogónica como mandato, tanto para la vida de las mujeres y hombres y de estos en su relación con el cosmos” (CABNAL, 2010, p.14). Com a colonização, que a autora nomeia como “penetração colonial”, acontece o entroncamento deste patriarcado ancestral com o patriarcado europeu, que concebe o racismo e o capitalismo.

A posição de Cabnal também é sustentada pela antropóloga Rita Segato (2021; 2022), nas suas discussões sobre o patriarcado e o gênero pré-intrusão. Segundo a autora, há uma relação de dualidade complementar no mundo-aldeia, que é desigual, mas não retira a plenitude ontológica e política do espaço doméstico, ocupado pelas mulheres, mesmo este sendo hierarquicamente inferior. As relações de gênero aqui se constituem dentro de um “patriarcado de baixa intensidade” (SEGATO, 2021, p.110), que organiza o tecido comunitário em grupos de gênero duais – homens e mulheres enquanto coletivos, e não indivíduos – dentro de suas comunidades.

Para Segato (2022), o patriarcado é a ordem política mais arcaica de todas, cuja opressão e expropriação do feminino pelo masculino levam ao aprisionamento do feminino em um “*corpo-significante*, para ser percebido de modo equivocado mais como uma natureza do que como um posicionamento na história”, tal qual acontece com a ideia de raça - inexistente antes da colonização - aprisionada por um fenótipo, segundo a autora. “Esses dois processos, a sexualização do posicionamento de gênero e a racialização, portanto, são análogos e contemporâneos em suas estruturas” (SEGATO, 2022, p.15).

Na modernidade-colonial, o homem do mundo comunal - um entre muitos - se torna o Homem do humanismo moderno - ontologicamente completo - que relega os outros e suas diferenças à condição de anomalias do sujeito universal; tal sujeito tem um rosto e um corpo bem definido na imaginação coletiva e encarna (sequestra) todo o universo da politização (SEGATO, 2022).

Em relação às sociedades originárias, as tarefas do espaço público foram ancestralmente destinadas aos homens: deliberar, guerrear, ausentar-se das aldeias, entre outras; e esse trabalho masculino ancestral se reveste de novas camadas de poder a partir do contato com o colonizador. A nomenclatura para as estruturas de relações sociais das aldeias persiste, mas seu significado é transformado pelas normas modernas que supervalorizam o papel do homem.

No cenário dos Estados colonizados, a cooperação entre homens colonizados e homens brancos europeus originou transformações no tecido social da comunidade existente. À medida que esses homens foram atraídos a ocupar papéis patriarcais, as relações da

comunidade de outrora foram se desintegrando e o poder das mulheres, que eram vistas com paridade, foi destituído, seus direitos alienados e seus corpos objetificados.

De acordo com Segato (2021, p.104): “era com os homens que os colonizadores guerrearam e faziam pactos e é com os homens que o moderno Estado Colonial também o faz.” Aqui a autora aponta para uma segunda mudança nas estruturas sociais: o monopólio do espaço público enquanto esfera pública onde as decisões políticas são tomadas. Conseqüentemente, a esfera doméstica é rebaixada de status e um binarismo público/privado é estabelecido nos espaços comunitários, numa relação de oposição que confina as mulheres em um espaço de desvalorização crescente.

Segato (2021, p.103) afirma que o contrato sexual – categoria nomeada por Carol Pateman (1988) – da modernidade “é disfarçado pela linguagem do contrato cidadão” que formaliza a igualdade civil naturalizando a sujeição da mulher ao homem tanto na esfera pública quanto na esfera privada; e que carrega, portanto, dimensões estruturais patriarcais.

Quadro 1 - A binarização dos espaços públicos e privados na modernidade

Esfera Pública	Esfera Privada
Masculino	Feminino
Universalidade – Neutralidade	Particularidade – Parcialidade
Cultura – Ciência – Técnica	Natureza
Mente – Produção de Ideias	Corpo – Produção de Corpos
Razão – Entendimento	Emoções – Sentimentos
Ética da Justiça	Ética Do Cuidado
Competitividade	Solidariedade
Fazer	Ser
Produtividade – Trabalho Assalariado	Improdutividade – “Não-Trabalho”
“Os Iguais”: Indivíduos-Cidadãos	“As Idênticas”: Mães – Esposas

Fonte: Adaptado de Miguel e Boix (2013, p. 46).

Contudo, nota-se que essas novas categorias sociais que surgiram nos Estados colonizados não protegeram nem as mulheres brancas (que continuavam sem poder), mas justificaram a exploração laboral e violação sexual das indígenas e africanas pelos colonizadores. A descrição das mulheres brancas europeias tinha o teor da fragilidade e passividade sexual. Possuíam o “privilégio” de serem as multiplicadoras da classe e da raça e

a isso ficavam restritas. As negras escravizadas e fêmeas indígenas receberam o estigma de portadoras do pecado e eram vistas como sexualmente agressivas (fatos perceptíveis na própria literatura da época). Nenhuma delas, entretanto, possuía chances de ser incluída na vida pública, que já era ocupada pelo homem branco, considerado ser humano por excelência.

O europeu, burguês, devoto cristão, heterossexual era e continua sendo apto para a vida pública e é o sujeito político representado nas instituições democráticas globalmente. Pode-se fazer um paralelo com o Brasil, cuja composição do governo (Casas Legislativas e Ministérios, por exemplo) é, majoritariamente, de homens que se encaixam no perfil do sujeito político citado anteriormente.

A herança colonial se faz presente nas democracias representativas liberais ainda no século XXI e continuará impondo obstáculos à superação das injustiças estruturais – mantida viva através da colonialidade do poder e de gênero – enquanto o Estado permanecer atuando em benefício daqueles que se beneficiam com ela, tomando como exemplo as novas formas de colonialismo e imperialismo que apresentam outras roupagens sob o velho interesse econômico e político do Norte Global, à margem dos interesses dos povos explorados.

Assim, faz-se necessário que os países latino-americanos encontrem vias de representação alternativas e as experiências democráticas participativas de povos originários, historicamente subalternizadas, podem oferecer referências a respeito das ideias de comunidade, território, natureza e cultura. A autora insiste na “necessidade de poder considerar outras experiências não ocidentais e não liberais que possam ser somadas ao repertório pluriversal da democracia” (BALLESTRIN, 2013b, p.15).

2.2 O EXERCÍCIO DE PENSAR NOVAS DEMOCRACIAS E A DESPATRIACALIZAÇÃO DO ESTADO

Os conceitos de democracia, povo, soberania, público/privado, entre outros sobre os quais se debruça a Ciência Política, apreendem diferentes experiências e significados em sociedades colonizadas, o que segundo Luciana Ballestrin (2013b), dificulta a assimilação de perspectivas decoloniais pela teoria democrática contemporânea. Isto posto, fica evidente que os modelos hegemônicos contemporâneos de democracia possuem dificuldades de serem implementados na América Latina devido às condições de desigualdade em diversos níveis, sustenta a autora.

O moderno Estado-Nação, de acordo com Quijano (2002), é a instituição hegemônica global que detém o controle da autoridade pública e o monopólio da violência, a partir de

códigos como a cidadania e a representação política. Porém, em países nos quais a colonialidade do poder é a base das relações, a democracia não passa de uma ficção, visto que:

O que o termo democracia significa no mundo atual, no padrão mundial de poder colonial/moderno/capitalista/eurocêntrico, é um fenômeno concreto e específico: um sistema de negociação institucionalizada dos limites, das condições e das modalidades de exploração e de dominação, cuja figura institucional emblemática é a cidadania e cujo marco institucional é o moderno Estado-Nação (QUIJANO, 2002, p.18).

É importante situar que o direito moderno se encontra em constante tensão com a moral estabelecida não somente entre os povos originários, mas também nas próprias sociedades ocidentais. Essa crítica se faz necessária para que não se produza uma superioridade moral em relação às práticas não-ocidentais e, conseqüentemente, uma cegueira em relação às violações de direitos humanos cometidas pelos estados modernos, alerta Segato (2022).

Autores como Boaventura de Sousa Santos¹¹ afirmam que o discurso hegemônico dos direitos humanos está vinculado a uma matriz de poder neoliberal, onde predominam os direitos individualistas de primeira geração (cívicos e políticos), cuja linguagem de dignidade impede que determinados corpos e sofrimentos sejam reconhecidos como humanos, comprometendo as possibilidades emancipatórias de tais direitos.

As chamadas minorias são uma invenção que parte da binarização e marginalização das diferenças, nas quais a racialização e a generificação tornam-se restos do sujeito universal dentro de um ordenamento hierárquico. “A lei vai criar paliativos e remédios para os resíduos de todas as anomalias do sujeito universal”, como afirma Segato (2022, p.16), por isso é tão difícil enxergar a ameaça da colonialidade nos estados modernos, altamente contaminada pela ficção institucional, entre elas, o mito do cidadão.

Isto posto, Mara Bicas (2018) enfatiza a necessidade de superar a visão limitada da política do norte global e rejeitar a ideia de uma cidadania abstrata baseada no sujeito universal, que delibera pelo voto individual e secreto. A filosofia da modernidade ocidental divide o âmbito político de maneira dicotômica: de um lado o liberalismo político e do outro, a barbárie, misticismo e incivilidade; de modo que “qualquer proposta de uma política deliberativa democrática que vá além do indivíduo (cidadão), do voto universal e do partido político é irrelevante e não pode contradizer esses princípios e normas” (BICAS, 2018, p.193).

¹¹ Ver os trabalhos de Santos (2002; 2014; 2019).

Para Santos, “uma concepção contra hegemônica envolve a tradução entre diferentes ontologias políticas, que em cada lugar e tempo, na contingência das lutas, redefinem e alargam as gramáticas de dignidade humana” (2019, p.25). Assim, negar a universalidade dos direitos humanos aplicando a “tradução intercultural” não se trata de fazer um relativismo a-histórico sem uma perspectiva baseada na realidade situada, mas sim um diálogo com o pluriverso jurídico constituído de cosmovisões ontologicamente diferentes da razão moderna ocidental.

Retomando a estratégia da construção contra hegemônica de direitos humanos de Santos (2019), Segato (2022) nos diz que inscrever uma posição na lei é dar status de existência e legitimidade aos grupos que a endossam, e ressalta: “todas as culturas são, em alguma medida, incompletas e o diálogo entre elas pode avançar precisamente a partir dessa incompletude, desenvolvendo a consciência de suas imperfeições” (SEGATO, 2022, p.135).

Para exemplificar, trago o evento das lutas das autonomias indígenas bolivianas pelo seu reconhecimento e pela construção de um Estado Plurinacional – em especial a insurgência popular entre os anos 2000-2005 na Bolívia que resultou na sucessão constitucional. Para Silvia Rivera Cusicanqui (2018), os microgovernos que se formaram nos bairros de El Alto, durante a insurgência, exprimem a ideia de micropolítica, constituída enquanto espaços fora do Estado que sustentam uma prática plural, um modo de vida alternativo e autônomo com fins em si mesmos. Essa micropolítica não pode ser instituída, tão somente praticada; e produzir as condições de vida opostas àquelas impostas pelo controle hegemônico deve ser o objetivo da ação política das ruas, como já vimos em Butler (2019).

A memória coletiva que surge em debates comunitários é transmitida através de relatos orais, mitos, atos performáticos e incitam novas subjetividades e epistemes através de ações cotidianas. Durante as insurgências, mulheres colocavam suas vestes tradicionais e se “faziam de tecido moral e de sustentação material das ações”, através dos circuitos de trocas e marmitas populares para os manifestantes; uma linguagem política de subsistência e resistência se encontra aqui presente, e como tal, não pode ser tolerada pelo governo: a macropolítica tenta “impor a política férrea do Estado, a identidade única da nação e a linguagem da lei” (CUSICANQUI, 2018, p.55).

A promulgação da nova Constituição da Bolívia em 2009 institucionalizou a democracia intercultural, que reconheceu o exercício de três formas de democracia no Estado: a representativa, a participativa e a comunitária. Entretanto, a convivência entre os três modelos tem sido dificultada pela leitura ocidental da democracia comunitária indígena (BICAS, 2018), que valida a atuação do modelo apenas em contextos pequenos e locais, o que

no entendimento da autora, neutraliza o seu potencial descolonizador, comprometendo a autonomia dos povos indígenas originários.

O retrocesso da democracia intercultural boliviana expõe um Estado republicano que não se desapegou da ideia moderna/colonial de Nação e não conseguiu romper com o pacto entre Estado e Capital. Um caminho possível – e desafiador – para um projeto nacional pluralista que respeite a soberania dos diferentes povos é o “Estado Reparador” proposto por Segato (2021), que restituiria os meios jurídicos e materiais, autonomia e liberdade das coletividades, sem cair nos termos de relativismo cultural, mas sim, desenhando uma ideia de Nação como uma coalizão entre os povos que permita a cada um deles deliberar coletivamente sobre seus dissensos, atuando como mediador e garantindo o progresso da justiça em seus sistemas próprios de legalidade.

A presença do patriarcalismo e da colonialidade de gênero nos processos democráticos foi observada pela própria Cusicanqui – após a trégua nas insurgências e no início dos debates do Estado Constituinte, “voltam a ouvir-se apenas vozes masculinas, ocidentais e ilustradas, como se só eles se pudessem ocupar das coisas sérias ou dos momentos constitutivos” (CUSICANQUI, 2018, p.55).

O exemplo acima parece corroborar com a hipótese de Segato (2021, p.102) de que “a esfera pública é o que alimenta e aprofunda o processo colonizador hoje”, pois é um espaço pensado a partir da concepção política clássica da *polis*, que implica na naturalização do domínio público pelos homens e nos priva de formas de agência e resistência assumidas pelos despossuídos, como vimos em Butler (2019). Sendo assim, a ação política feminista do Sul Global se esforça e se renova para exacerbar as contradições existentes no seio do Estado, enquanto questiona as hierarquias dentro das suas próprias comunidades.

A onda progressista dos governos de países latino-americanos no início do século XXI buscou fazer uma revolução democrática equiparando cidadania e Estado de bem-estar social à expansão do consumo: promulgaram leis que visavam ao retorno de recursos e direitos à população; a democratização do acesso a bens e serviços. Apesar de bem-intencionados, a longo prazo essa estratégia se mostrou um erro na visão de Segato (2022, p.49): “todo esse projeto beneficente, quando foi capturado pelo aparato estatal, atingiu os limites da própria estrutura do Estado republicano, indissociável do moderno projeto colonial capitalista”.

Para Segato, o velho método revolucionário que acredita na tomada do poder do Estado para reconduzir a história numa direção mais favorável está fadada ao fracasso, pois o Estado “é a última estrutura gerada pela história da masculinidade” (SEGATO, 2020, p.45) e sem desarticular a ordem patriarcal não será possível fazer uma revolução bem-sucedida. Não

é à toa que o capitalismo atual se uniu ao patriarcado, pois precisa dele para a manutenção das desigualdades.

No exercício de pensar novas formas democráticas é preciso dar visibilidade aos processos de subjetivação produzidos pela colonialidade de gênero, que constroem uma norma social que adota a dicotomia homem/mulher e a heterossexualidade enquanto um marco de civilização, cidadania e pertencimento à sociedade civil (LUGONES, 2014), a fim de propor experiências despatriarcalizadoras.

A exclusão de mulheres e dos demais grupos étnicos minoritários do processo democrático permanece até os dias de hoje, apesar de modestos avanços no sentido de aumentar a diversidade e, conseqüentemente, a representatividade nesses últimos anos. Assim, Matos e Paradis (2014) nos alertam que, a convivência entre as grandes desigualdades sociais no Brasil e a democracia indica a permanência de uma ordem colonial, patriarcal e burguesa. Daí a razão pela qual a luta das mulheres - principalmente daquelas que têm suas experiências invisibilizadas dentro das lutas feministas hegemônicas – por acesso e ampliação de espaços democráticos não pode ser compreendida fora do contexto modernidade/colonialidade.

Apesar de certo privilégio epistêmico que a categoria gênero encontra no pensamento feminista, a teoria feminista de(s)colonial trouxe um novo fôlego aos debates acadêmicos e repolitizou as agendas sobre gênero e justiça social, ampliando o conceito de justiça de gênero para compreender a posição das mulheres indígenas, afrodescendentes, lésbicas, trans e migrantes no continente latino-americano, formando um campo vasto para transformações epistêmicas e políticas.

2.2.1 A sub-representação feminina no cenário político brasileiro

A baixa presença das mulheres em todos os âmbitos da política brasileira evidencia as desigualdades estruturais que dificultam o acesso das mulheres à esfera pública, mesmo após 80 anos da conquista do sufrágio e diante de ações afirmativas implementadas nas últimas décadas. O resultado das eleições dos últimos 30 anos exemplifica claramente essa situação dentro das Casas Legislativas brasileiras. Deixando de lado estereótipos como — mulher não se interessa por política ou que — política é lugar de homens, é preciso compreender por que a representação feminina continua encontrando barreiras à igualdade mesmo com direitos formalmente iguais.

O histórico de exclusão das mulheres na vida pública remete desde a Grécia Antiga, onde filósofos como Aristóteles entendiam como cidadãos – homens livres – aqueles capazes de conviver no espaço da polis, portanto apenas chefes de família que tinham a faculdade de deixar o lar e ingressar na vida política, enquanto mulheres, crianças e escravos continuavam à mercê das relações desiguais dentro da esfera da família (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Somente no final do século XVIII, impulsionados pelas reivindicações liberais de direitos dos homens durante a Revolução Francesa, que surgiram movimentos organizados para a inclusão das mulheres à esfera pública, bem como a reivindicação de um conjunto de direitos necessários ao alcance desse objetivo, como: o direito ao voto, à educação obrigatória e à propriedade. A obra “Reivindicação dos Direitos das Mulheres” de Mary Wollstonecraft, considerada a fundadora do feminismo ocidental - publicada em 1792, é marcada por reflexões críticas que denunciavam os obstáculos à emancipação das mulheres e a vinculação entre a exclusão na esfera pública e a submissão na esfera privada.

Ao analisar a história do Brasil, percebe-se que valores patriarcais que remontam do período colonial estiveram presentes na formação da sociedade, ditando a ordem tanto na família quanto no espaço público, e que mesmo com os questionamentos levantados na modernidade, o domínio masculino permaneceu de formas mais sutis. Ao final do século XIX, com o advento da República e o processo de industrialização do país, surgiu o conceito de — família conjugal modernal, que transformou a mulher em — rainha do lar, porém na prática elas permaneceram subalternas e dependentes, já que se manteve a mesma hierarquia em relação aos papéis masculinos e femininos, com o homem à cabeça da casa e da família. Nessa concepção de família moderna, “a mulher estaria voltada inteiramente aos afazeres no lar, o espaço feminino por excelência, ao passo que o espaço público seria o domínio dos homens” como afirma Scott (2013, p. 17).

A Proclamação da República no Brasil, em 1889, motivou o engajamento das mulheres em prol do sufrágio, tanto que muitas chegaram a solicitar o alistamento eleitoral e até lançar candidaturas à Constituinte, porém sem sucesso. Em oposição, as autoridades argumentavam que elas já estavam representadas por seus pais e maridos, e ainda contavam com o respaldo científico da época - que considerava as mulheres menos inteligentes, frágeis e inadequadas para exercer atividades públicas - para legitimar seu entendimento.

Nesse contexto, a figura de Bertha Lutz foi central para tornar as reivindicações das feministas sufragistas possíveis. Ela argumentava que a ascensão feminina resultaria não só em benefícios pessoais como também faria das mulheres instrumentos preciosos do progresso do Brasil (SOIHET, 2013). A excelente organização das suas frentes de luta levou o então

presidente Getúlio Vargas a nomear uma comissão para criar um novo código eleitoral, que culminou no Decreto 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, onde estabeleceu-se o voto secreto e o voto feminino. Graças às pressões do movimento feminista, o sufrágio feminino foi garantido pela Constituição Federal de 1934, que também incluiu em seu texto demais reivindicações do movimento, como proibir a diferença salarial entre homens e mulheres e reconhecer a obrigação do Estado de amparar a maternidade.

Nas décadas seguintes, os movimentos feministas no Brasil não se restringiram apenas às reivindicações sufragistas – educação, trabalho e voto – e desenvolveram a luta por diversas causas de interesse público, como saúde, direitos da criança, reforma agrária e até reforma democrática. Devido às grandes desigualdades existentes no país, as feministas brasileiras não puderam se limitar a combater apenas o patriarcado, como as feministas europeias, mas se associaram à luta de classes. Entretanto, a intensa adesão às causas nacionalistas e sociais, foi considerada subversiva e as ativistas tachadas como comunistas. E com o golpe militar de 1964, os movimentos foram obrigados a cessarem suas atividades e suas dirigentes passaram a ser perseguidas pelo novo regime.

Mesmo com repressão e censura, a questão feminista tomou corpo no país e ganhou espaço nas grandes mídias ao longo das décadas de 1970 e 1980. No Brasil, desde 1982, foram criados importantes espaços institucionais de políticas públicas para mulheres, como os Conselhos Estaduais de Direitos das Mulheres, e as Secretarias e Coordenadorias da Mulher. Com a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988 elas puderam finalmente se considerar cidadãs com isonomia – igualdade de direitos e deveres perante a lei sem distinção de qualquer natureza – e participar abertamente de movimentos sociais, associações comunitárias e reivindicarem espaço político.¹²

A partir da década de 1990, o tema da representação política das mulheres ganhou a atenção das correntes intelectuais e da agenda dos movimentos feministas, afinal houve um aumento visível da presença feminina em diversos espaços públicos, como as universidades, os empregos formais e a participação cívica. Entretanto, esse aumento não refletiu em um

¹² Conforme Ester Monteiro (2018) para Agência Senado, a "Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes", apresentada ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte pela presidente do Conselho Nacional Dos Direitos Das Mulheres (CNDM), Jaqueline Pitanguy, no final de 1987, foi o resultado de uma vigorosa campanha nacional que durou dois anos e envolveu opositores, movimentos feministas e inúmeras associações de toda a nação. Com esse papel, enviaram ao Legislativo brasileiro a principal conclusão da campanha: "Constituinte pra valer tem que ter direitos das mulheres". A partir daí, deputados e senadores formaram a aliança suprapartidária conhecida como "Lobby do Batom" que serviu de ponte entre os constituintes e os movimentos feministas. Assim, nas palavras de Amâncio (2013, p.78): "O Lobby do Batom resultou no expressivo reconhecimento dos direitos das mulheres. Brasil a fora, elas tiveram suas demandas veiculadas a carta proposta elaborada na Campanha do CNDM.

número maior de mulheres nas instâncias decisórias, apesar da coexistência de ambos os sexos nas esferas de poder. O sociólogo político e filósofo Bourdieu (2012) enfatiza que as dificuldades enfrentadas não se limitam à direitos formalmente adquiridos, pois o campo político se estrutura de forma a rejeitar a presença feminina.

O campo político é constituído historicamente como espaço masculino, onde existe uma cultura organizacional e hierárquica muito forte e, por isso, somente o acesso à essa esfera de poder não significa igualdade. As mulheres, que formam um grupo social minoritário, enfrentam grandes dificuldades tanto no ingresso quanto na projeção de suas carreiras em relação ao grupo político dominante. Entre elas, a exigência de maior tempo livre para exercerem a atividade política constitui uma barreira importante para as mulheres gerenciarem suas carreiras políticas, pois elas continuam responsáveis pela gestão da família, da vida doméstica e profissional, acumulando múltiplas jornadas e minimizando o tempo livre necessário para o exercício da vida pública.

Cabe ainda citar que a mudança de local de moradia, frequentemente exigida para o progresso na carreira política, costuma ser mais custosa para mulheres do que para homens (MIGUEL; BIROLI, 2010). Portanto, mais uma vez a divisão sexual do trabalho presente na estrutura patriarcal aparece na base do acesso diferenciado à recursos e ao tempo.

É evidente que trazer mais mulheres para dentro do campo político enriquece o debate, pois traz a perspectiva e experiência feminina de mundo, que são diversas se comparadas aos grupos dominantes, mas isso por si só não elimina as desigualdades estruturais na política. Se essas mulheres só podem ser ouvidas em temáticas que carregam o signo subalterno de sua posição social, é necessário um esforço coletivo tanto para implementar medidas afirmativas que visam a ampliação da presença feminina nas esferas de poder, quanto para capacitá-las a fim de que elas realmente tenham condições de competir e avançar em posições centrais de comando.

No entanto, nas décadas seguintes à abertura política constatou-se que não havia condições igualitárias de ingresso na arena política, devido à permanência contínua de uma elite política fechada formada quase exclusivamente por homens. De acordo com dados do *Inter-Parliamentary Union* (IPU, 2019), o Brasil está na 129ª posição entre 178 países no percentual de mulheres que ocupam uma cadeira no parlamento nacional, com 17,7% de eleitas para a Câmara dos Deputados – que representa 91 das 513 cadeiras – e no Senado Federal onde ocupam 10 das 81 vagas, esse percentual corresponde a 12,4%. Em um país onde o eleitorado feminino representa 52,65% do total de detentores de direitos políticos, que

corresponde a 82.373.164 mulheres segundo o Tribunal Superior Eleitoral - TSE (2023), fica evidente a sub-representação.

Apesar dos avanços na legislação e nas políticas públicas, uma problemática precisa ser apontada: Por que as mulheres ainda estão sub-representadas dentro dos partidos e dos Poderes Legislativo e Executivo? Em seu artigo “Feminismos, padrões de atuação e disputas políticas no Brasil contemporâneo”, Biroli (2019) observa que tanto partidos quanto estado permanecem largamente masculinos, mesmo decorrendo mais de 20 anos da criação da Lei das Cotas Parlamentares, que determina o mínimo de 30% de candidaturas femininas.

Os dados sobre os parlamentares eleitos em 2022 no Brasil nos mostram que, apesar das ações afirmativas em busca da paridade de gênero, os resultados se mantêm aquém do esperado, ainda que o resultado desse pleito foi levemente superior ao de 2018, quando das 513 cadeiras da Câmara dos Deputados, apenas 75 foram ocupadas por elas (14.62%). Já no Senado Federal o resultado se mantém estáveis desde 2010 com elas ocupando 10 do total de 81 assentos na Casa. Mesmo na vigência da Lei 9.504/1997, alterada em 2009, que determina o preenchimento mínimo de 30% e o máximo de 70% das listas com candidaturas de cada sexo/gênero; e a decisão do TSE que garante também 30% da destinação dos recursos do fundo eleitoral e do tempo de televisão para mulheres, o cenário pouco se alterou na última década no país.

Chama atenção no exercício legislativo atual, que alguns deputados e deputadas da extrema-direita apresentem projetos contra a Lei das Cotas, sob justificativas de livre-escolha, ocultando toda a exclusão histórica das mulheres da esfera pública. É importante ressaltar que o Brasil elegeu duas vezes uma mulher, Dilma Rousseff, como chefe de Estado nacional (2010 com 55 milhões de votos; 2014 com 54,5 milhões), o que aparentemente mostra que os eleitores brasileiros não têm problema em votar em mulheres. Portanto, refletir sobre as dificuldades de acesso e manutenção de candidaturas, além do machismo arraigado dentro dos partidos parece o caminho mais viável para entender as contradições do sistema eleitoral brasileiro. Outro ponto que merece ser destacado é que nem toda mulher eleita representa ou tem compromisso com as demandas de movimentos de mulheres, o que pode dificultar a articulação destas em certas pautas.

Portanto, como concluem Miguel e Biroli (2010), não basta incluir as mulheres e outros grupos marginalizados, sem alterar aspectos institucionais e estruturais das democracias. As democracias devem ser reestruturadas com a diferença sexual em mente, pois existe ainda uma forte associação da mulher e o cuidado no campo político que reproduz exatamente a submissão existente dentro da esfera privada. Após eleitas, elas são limitadas a

se engajar majoritariamente em temáticas estereotipadas do gênero feminino, como educação, família e assistência social etc., questões que estão fora das temáticas mais centrais em que ocorrem as disputas de poder e liderança dentro do campo.

Passados mais de 80 anos da conquista de direitos políticos pelas brasileiras, ainda que se assista o avanço das mulheres em várias áreas, a ideia de que se mantém até hoje da divisão natural de papéis entre homens e mulheres continua a limitar a emancipação feminina. Ampliar a participação das mulheres na vida pública depende tanto do enfrentamento da lógica patriarcal que estrutura a divisão sexual dos trabalhos e a dominação masculina, quanto da garantia de políticas que facilitem a participação feminina na vida pública.

2.2.2 Os Mecanismos Institucionais de Mulheres

Diante de uma certa estagnação no que tange à substancialidade da democracia em representar a pluralidade dos grupos sociais, Matos (2010) ressalta a articulação das feministas para adentrarem na estrutura do Estado, a fim de reforçar a criação de organismos, estruturas e mecanismos que são nomeados como Mecanismos Institucionais de Mulheres (MIMs) ou Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs), ou ainda, na região latino-americana, *Mecanismos Nacionales de la Igualdad* ou Mecanismos Institucionais de Mulheres, que exemplificam a articulação do Estado com pressões da sociedade civil e de organismos internacionais de direitos humanos das mulheres, estão impulsionando importantes iniciativas nesse sentido, mas ainda não há uma consolidação efetiva e uma incorporação sistemática de enfoque de gênero no âmbito generalizado das nossas políticas públicas.

A institucionalização do enfoque de gênero nas políticas seria um passo indicativo de avanços em prol de um processo de mudança sociocultural e política mais democratizante, sobretudo porque coloca em evidência o papel do Estado na promoção de uma redistribuição de oportunidades mais efetiva e na promoção de maior justiça social. Porém, a onda conservadora que ascende no continente tem provocado tensionamentos e não raro, retrocessos para essa efetivação.

Todavia, desde 1994, todos os países da região (sem exceção) contam com algum tipo de órgão no executivo nacional, encarregado de coordenar e/ou executar as políticas de igualdade de gênero, segundo Matos e Paradis (2014). No que se refere à interlocução dos mecanismos com as organizações internacionais, destaca-se o papel destas últimas como

fontes permanentes de suporte técnico, político e financeiro para os MIMs, revelando a ainda escassez de recursos próprios, que parte dos mecanismos em questão enfrenta em seus governos. Por outro lado, no último período, houve um avanço nos arranjos de cooperação regional entre os MIMs latino-americanos, funcionando como espaços de articulação e compartilhamento de experiências.

As políticas de igualdade para mulheres na América Latina desenvolveram-se em dois eixos: promoção de direitos humanos das mulheres e políticas de desenvolvimento. Ambos tendem a tomar o “problema das mulheres” como um objeto a ser resolvido, como meio para um fim - alocadas na posição de vítimas, dependentes de um Estado paternalista para defender seus direitos - a despeito de constituírem fins em si mesmos.

O *mainstreaming*¹³ de gênero nas políticas públicas já mostrou ter baixo impacto como ferramenta de transformação social, afinal não basta empoderar e fortalecer a capacidade das mulheres em determinadas áreas se o contexto macro não apresenta condições dignas para o desenvolvimento humano. A abordagem interseccional de políticas universais e específicas que atuem em conjunto se faz necessária num país como o Brasil, cujas raízes coloniais estruturam as desigualdades e a pobreza.

O resultado das políticas neoliberais para dentro dos Estados de bem-estar social incrementa a distribuição desigual de riquezas, dificultando a equidade distributiva, pois o acesso discriminatório aos bens e serviços públicos – acesso à saúde e educação de qualidade, moradia digna, direitos trabalhistas, direito à terra, entre outros – resulta na diminuição da capacidade de autonomia das mulheres.

Análises mais recentes enfatizam o desenvolvimento de um terceiro eixo que discute a questão da autonomia enquanto a promoção da livre agência das mulheres, como prioridade estratégica nos planos e programas de igualdade de gênero em países como Brasil e Chile.¹⁴ O feminismo revisou abordagens teóricas liberais nas quais a autonomia é entendida de forma individual independente de condições externas e relações sociais.¹⁵ As definições em comum

¹³ *Gender Mainstreaming* - Integração de Gênero é uma estratégia globalmente aceita para promover a igualdade de gênero. A integração não é um fim em si, mas uma estratégia, uma abordagem, um meio para atingir o objetivo da igualdade de gênero. Integração envolve garantir que as perspectivas de gênero e a atenção ao objetivo da igualdade de gênero sejam centrais para todas as atividades – desenvolvimento de políticas, pesquisa, defesa/diálogo, legislação, alocação de recursos e planejamento, implementação e monitoramento de programas e projetos (UN WOMEN, 2021, tradução nossa).

¹⁴ Texto Base da V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/v-conferencia-nacional-de-politicas-para-as-mulheres>; Plan Igualdad de Oportunidades entre Hombres y Mujeres 2011-2020: Hacia un Chile justo y corresponsable. Disponível em: https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/siteal_chile_0653.pdf. Acesso em: 27 jan. 2023.

¹⁵ Ver trabalhos de Catharine MacKinnon (1989, 2014); Diana Meyers (1987); e Jennifer Nedelsky (1989), Amartya Sen (2001).

entre esses países sobre como a autonomia deve ser alcançada envolve as áreas econômica, física e política; elaborando para cada uma, diferentes estratégias de implementação.

Em relação às medidas para a autonomia econômica, a hegemonia do modelo neoliberal das políticas de igualdade de gênero insere as mulheres na lógica do mercado e do consumo muitas vezes de forma precária e até mesmo exploratória. De acordo com Verônica Gago (2020), há em curso um processo de neocolonização capitalista no qual mulheres são exploradas de forma violenta e simultânea em três eixos: a essencialização feminina do trabalho de reprodução social; a “domesticação” dos trabalhos produtivos que implica na sua desvalorização e baixa remuneração, cujo resultado é o fenômeno da feminização da pobreza, e; os projetos extrativistas que as despojam de suas comunidades. Se o reconhecimento de corpos e identidades subalternizados implica na equidade distributiva para que de fato haja justiça de gênero, a lógica neoliberal do mercado não pode se sobrepor aos direitos humanos das mulheres.

A questão de combate à violência é um dos maiores desafios que se impõem para a autonomia física das mulheres, a despeito de dispormos de ótimas legislações sobre o tema, a exemplo da Lei Maria da Penha de 2006, do Brasil, e a Lei n° 26485 de 2009, da Argentina, persiste a dificuldade de implementação dos parâmetros normativos nos contextos locais. A matriz colonial, patriarcal e machista, faz com que a região latino-americana apresente altos índices de violência contra a mulher e diversos obstáculos à sua superação, que envolvem desde a invisibilização das práticas violentas à dificuldade de acesso aos sistemas de justiça e a falta da perspectiva de gênero dos próprios operadores do direito e profissionais de saúde.

Não por acaso países como México e Brasil foram denunciados pela violação de direitos humanos das mulheres à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e condenados pela Corte após intensa mobilização jurídica transnacional de ONGS de direitos humanos profissionalizadas, ONGS feministas, ativistas e familiares das vítimas (SANTOS, 2019) que criam redes para comunicar e partilhar conhecimento jurídico, indo além dos casos individuais ao pressionarem mudanças legislativas e políticas nos Estados enquanto promovem a expansão dos direitos humanos das mulheres.

Quando tratamos da autonomia política, garantir o exercício pleno da cidadania é um pilar fundamental para a justiça de gênero no contexto atual de globalização, então a representação e participação política das mulheres nos espaços de decisão é uma das estratégias mais importantes de serem adotadas pelas atrizes políticas envolvidas com essa pauta. Mesmo que o direito de votar tenha sido garantido às mulheres brasileiras em 1934, argentinas em 1947 e chilenas em 1949, elas ainda estão sub-representadas no cenário político

pois encontram grandes dificuldades de terem espaço e voz dentro dos partidos, e, conseqüentemente, em serem eleitas.

As mulheres, assim como os demais grupos sub-representados pela via eleitoral, encontraram novos caminhos para serem ouvidas, através de Mecanismos Institucionais de Mulheres (MATOS, 2010), que compõem a categoria das representações extraparlamentares (AVELAR; RANGEL, 2019). Assim, o processo de representação política vai além da representação por indivíduos e se faz por meio de ideias, plataformas, propostas construídas coletivamente que trazem para o espaço público demandas de diferentes atores/atrizes políticas.

Conforme Avelar e Rangel (2019), o lócus da representação extraparlamentar pode ser encontrado no âmbito do Estado, através das agências de políticas para mulheres; na sociedade civil, constituída por ONGs, coletivos, redes e mídias feministas e de mulheres; e instituições participativas, como conselhos e conferências de políticas que contam com representantes da sociedade civil e do governo.

Como exemplo de representação extraparlamentar temos a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), criada em 2003 pelo governo federal, que teve status de Ministério - orçamento, alcance, autonomia - até 2015 para implementar políticas públicas que promovessem a igualdade de gênero e o combate às formas de violência contra mulheres. Outro Mecanismo Institucional de Mulheres importante no país é o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), uma instituição participativa que conta com representantes do governo e da sociedade civil; criado na década de 80, atualmente está integrado à estrutura da SPM. A articulação dessas duas representações com mulheres parlamentares tem sido responsável por formular propostas que atendam às demandas das mulheres.

Este é um processo dinâmico, construído coletivamente entre vários atores/atrizes políticos que gerou até agora um saldo positivo: segundo levantamento da ONG feminista CFemea, de 249 leis aprovadas referentes a direitos das mulheres, 200 se deram após a Constituinte de 1988 (AVELAR; RANGEL, 2019).

Dentre essas novas formas de representação política, vale destacar a Bancada Feminina do Congresso Nacional, iniciativa suprapartidária que se articula em prol dos direitos das mulheres. Parece haver um consenso entre as representantes de que diferenças ideológicas não podem impedir o avanço de determinadas proposições. Apesar de ter uma representatividade ainda pequena em proporção ao total de cadeiras legislativas, sua representação é substancial, capaz de atuar em várias frentes e articular seus interesses.

Os significativos avanços na atuação da Bancada Feminina tem sido fundamentais em frear a ação de grupos conservadores, muito bem articulados no Congresso, que tem colocado uma agenda reativa aos direitos das mulheres como prioridade, como por exemplo o combate aos direitos ao aborto: entre 2000 e 2015, ao menos 32 proposições de Lei foram apresentadas Câmara dos Deputados, conforme aponta Biroli (2019).

Porém, mesmo em governos progressistas como o do PT (2003-2015), com um histórico de luta que engloba diversas pautas feministas, a agenda das mulheres sofreu limitações devido a alianças políticas em nome da “boa governabilidade”; tais restrições evidenciam mais uma vez a força patriarcal colonial presente no Congresso Nacional. Por isso, a emergência dos debates sobre a autonomia das mulheres em relação aos direitos sobre seu próprio corpo ganha novos argumentos diante do avanço das agendas neoconservadoras, especialmente na América Latina (BIROLI, 2019).

2.3 DEPOIS DA PRIMAVERA FEMINISTA VEM O VERÃO? O AVANÇO DO NEOCONSERVADORISMO NO CONTINENTE

A potência do movimento de mulheres nos últimos anos foi capaz de problematizar diversas relações sociais de maneira transversal, conectando conflitos e lutas distintas contra processos combinados de colonização, exploração capitalista e heterocisnormatividade. Há aqui um levante em duas frentes que se complementam: uma orgânica, que prioriza o movimento das ruas e a organização em rede; e outra teórica, que engloba os estudos de gênero, sexualidade e raça, a partir da ótica decolonial.

Segato (2021) enfatiza o erro do feminismo eurocêntrico em exportar projetos globais de igualdade de gênero sobre empoderamento feminino a partir da perspectiva da igualdade do indivíduo e não do grupo de gênero como um coletivo dentro do espaço público comunitário. Para ela, esse feminismo ocidentalizante é ineficaz nas suas análises e não é capaz de lidar com os problemas do “patriarcado de baixa intensidade”, pois não fornece soluções para as tensões que ocorrem quando as mulheres indígenas que demandam melhorias nas suas condições sofrem uma pressão interna das comunidades para que as questões das mulheres sejam adiadas a fim de não fragmentar a luta por seus territórios.

De qualquer forma, a ideia de uma dominação patriarcal universal, sem situar as diferenças, presente nas críticas do feminismo eurocêntrico é insuficiente para explicar a situação das mulheres latino-americanas. A autora ainda denuncia que tal entendimento sustenta, assim, “uma posição de superioridade moral das mulheres europeias e europeizadas,

autorizando-as a intervir com sua missão moral civilizadora, modernizadora e colonial” (SEGATO, 2021, p.98).

Em uma perspectiva histórica podemos conceber o patriarcado como a mais antiga estrutura do mundo e a primeira conhecida a desenvolver uma pedagogia da desigualdade, que se apresenta mascarada sob um discurso moral e religioso. A subordinação de ordem política exige uma narrativa para fundamentar as razões da dominação. Se a dominação feminina pelo masculino fosse resultado de subordinação biológica, definida por características anatômicas, não seria necessária uma narrativa - como os mitos - para legitimá-la.

Essa afirmação se sustenta a partir dos mitos fundacionais de diversos povos que seguem a mesma estrutura: um evento no qual acontece a desobediência da primeira mulher e um castigo em consequência, disciplinado por uma lei masculina. Essa estrutura: “parece se referir a uma guerra arcaica na qual a mulher e seu corpo-território acabam sendo tomados, subjugados e expropriados de sua soberania” (SEGATO, 2021, p.38). A posição subordinada como consequência do erro feminino e da sujeição das mulheres ao castigo por causa desse erro resulta na primeira colonização: o corpo das mulheres.

Perceber a relação entre a domesticação e colonização enquanto inseparáveis leva Gago (2020) a pensar o corpo das mulheres – e mais especificamente mulheres indígenas, afrodescendentes e camponesas – como um território de conquista: um corpo-território que é ao mesmo tempo individual e coletivo, um corpo humano que é parte do próprio território e essa interdependência é o que possibilita a vida - uma vida não precária.

Segato (2022) critica o entendimento de que, toda agressão contra os corpos das mulheres é de foro íntimo e libidinoso-sexual. No aparato cognitivo da modernidade, essa lógica leva as violações de direitos contra as mulheres para uma categoria de “crime menor” (p.23). Para ela, trata-se de um crime de poder, de apropriação do corpo-território, onde o sujeito homem acessa o espetáculo do poder através da dominação violenta e exhibe-o diante de seus iguais, configurando o que a autora denomina de “mandato de masculinidade” (p.18). O mandato de masculinidade assume uma matriz estrutural corporativa, replicada em outras corporações da sociedade, como a polícia, as Forças Armadas, o Poder Judiciário.

A politização do espaço doméstico, enquanto forma de gerenciamento feminino, foi excluída da gramática do que é considerado política e interesses coletivos, nos deixando desprotegidas e vulneráveis. Porém, esse estilo de politização reapareceu nos últimos tempos na América Latina, com demonstrações de mulheres de todas as gerações, especialmente na

Argentina, irradiando para todo o continente., indicando a refundação do caminho político do feminismo, que passa pela desarticulação do mandato de masculinidade.

É fato que a globalização possibilitou a articulação de pautas transacionais, o que ampliou as conquistas feministas em relação aos direitos civis, políticos e sociais, todavia o que torna o movimento uma referência em inovação, resistência democrática e intervenção político-social é o interesse das sujeitas políticas é fazer políticas a partir e para o Sul Global tornando-o cada vez mais representativo e inclusivo dentro dos contextos locais.

A inovação das formas de fazer política dos movimentos de mulheres vai além de uma questão tecnológica - que evidentemente foi responsável pela massificação e a pluralidade de vozes - e se apresenta em uma nova dinâmica entre o pessoal e o político, que questiona o *status quo* e permite a experimentação de novas formas de poder através de uma estética potente na qual são as linguagens política, subjetiva e poética caminham juntas e impulsiona transformações pessoais e coletivas na vida das mulheres.

A primavera feminista latino-americana, segundo Verônica Gago (2020), é responsável pelo mapeamento de outras formas de exploração dos corpos e territórios, a partir de uma perspectiva feminista, reconhecendo a heterogeneidade do trabalho e categorias historicamente invisibilizadas ou desprezadas, a exemplo do trabalho doméstico, reprodutivo e imigrante. E vai além disso, desloca o significado do trabalho a partir de experiências laborais de mulheres lésbicas, trans, travestis, periféricas e migrantes, incluindo-as no espaço público.

A inserção de novos símbolos, imagens e vocabulários produzem uma mudança cultural que questiona a subjetividade dos indivíduos e a organização social e política vigente. Ao nomear o assassinato de mulheres em razão do gênero como *feminicídio*, rejeitando o termo *crime passionnal*, esse levante de mulheres conseguiu introduzir uma nova consciência social a respeito da violência contra a mulher e tornou possível uma mudança legislativa e jurídica em vários países.

Em 2015, houve uma massiva mobilização contra os feminicídios na Argentina sob o signo #NiUnaMenos, que ressoou em toda a América Latina em razão das semelhanças das estruturas de opressão que enfrentam as mulheres e os corpos feminizados do continente. O processo contou com distintas modalidades de protestos, assembleias, ocupações e usos de greve para politizar as violências contra as mulheres e vinculá-las à exploração do capitalismo neoliberal, utilizando uma linguagem política que faz do corpo de uma o corpo de todas.

Chamo a atenção para a onda de protestos no final de 2019, no Chile, onde um dos momentos mais marcantes foi protagonizado pelas mulheres do coletivo *Las Tesis*, que

fecharam uma rua, em Valparaíso, para apresentar a coreografia e a música *Un violador en tu camino*. A performance viralizou e foi repetida por mulheres de todos os continentes, não somente em virtude dos dispositivos móveis conectados à internet: existe aqui uma politização do privado, no qual a linguagem poética, subjetiva e política presente nessas ações favorecem a criação de redes de afinidades, onde a narrativa de si e o compartilhamento de experiências pessoais ecoam coletivas.

A potência das mobilizações populares no Chile exigiu transformações profundas na sociedade, entre elas, o enterro da Constituição vigente até então, considerada um legado da ditadura chilena. A aliança entre diversos movimentos e pautas levou à formação de uma nova Constituinte, inovadora e histórica, com cadeiras respeitando a paridade de gênero e os povos originários, que pode servir como base para repensar modelos políticos em toda a América Latina.

A produção de alianças entre diversos corpos que experimentam a precariedade (BUTLER, 2019) permite romper o cerco no qual a voz feminina só é ouvida enquanto vítima, e ampliar a dinâmica da assembleia convocando organizações para além daquelas exclusivamente feministas, como sindicatos, movimentos estudantis, coletivos indígenas e afrodescendentes, grupos artísticos, entre outros. Mesmo que esse coletivo seja heterogêneo e sem vínculos profundos entre seus membros, a incorporação dessas novas vozes e novos repertórios no espaço público possibilita uma transformação em favor da sociabilidade e da alteridade: é aqui que se produz o que Gago (2020) entende por “pensamento situado”, que permanece conectado às questões locais mesmo com a universalização das pautas, permite a imaginação de uma ação coletiva, a avaliação da força de mobilização e a capacidade de realizar decisões diretas e coletivas.

De acordo com Gago (2020, p.23), há uma subjetivação política expressa nessas ações que situa as mulheres como sujeitos políticos ativos frente ao que a autora chama de “tentativa sistemática de reduzir nossas dores à posição de vítima a ser reparada”, ou seja, está em curso uma política de resistência à tentativa hegemônica de apagar o agenciamento de grupos subalternizados. Uma subjetividade ativa que permite a criação de novos significados deve permear a práxis descolonizadora conforme Lugones (2014, p.940):

Legitimidade, autoridade, voz, sentido e visibilidade são negadas à subjetividade opositora. A infrapolítica¹⁶ marca a volta para o dentro, em uma política de resistência, rumo à libertação. Ela mostra o potencial que as comunidades dos/as

¹⁶ Infrapolítica diz respeito a pequenas ações cotidianas da resistência dos grupos subalternizados, que constitui em sua essência um espaço preparatório de protestos e levantes, que quando revelados nos espaços públicos constituem uma grande força capaz de promover rupturas sociais. Scott nomeia de infrapolítica essa “dimensão discreta da luta política” (SCOTT, 2011, p. 253).

oprimidos/as têm, entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder.

Quando o feminismo vai além de apresentar uma narrativa - ou várias - da opressão das mulheres e fornece condições materiais para que elas compreendam sua situação e resistam a ela, há o deslocamento da posição de vítima, no sentido da potência feminista da ação, que possibilita o “desenvolvimento de um contrapoder individual e coletivo que está enraizado nos corpos que o contêm, que se expande e se reinventa pelas lutas de mulheres e corpos dissidentes contra a dominação e exploração pelo patriarcado colonial capitalista” (GAGO, 2020, p.26), ao mesmo tempo que reconfigura o tempo, o espaço e o protagonismo dessas lutas.

Questionar esse lugar de vitimização também possibilita a superação do “colonialismo interno” presente na própria subjetividade dos povos indígenas, segundo Cabnal (2010), no sentido de que os seus corpos já nascem marcados pelo racismo e a construção de saberes opera dentro de uma lógica de oprimidos (racializados) e opressores (brancos e homens). Dentro do feminismo comunitário, o processo de desconstrução da vitimização histórica situada implica em se reconhecer enquanto sujeitos/as políticos/as atuantes que fomentam um pensamento emancipatório a partir de uma visão individual e coletiva, que “promova a justiça, a equidade, paz e a vida em plenitude” (CABNAL, 2010, p. 22, tradução nossa).

O corpo enquanto “matéria ampliada, superfície extensa de afetos, trajetórias, recursos e memórias” (GAGO, 2020, p.109), tem a potência de migrar, ressoar e compor outros territórios e outras lutas. Ao explorar essas possibilidades o movimento de coalizão impulsiona um processo de descolonização das subjetividades em carne e osso, onde a identidade feminista latino-americana perpassa pelo aprendizado de umas sobre as outras dentro da diferença colonial, enquanto reconstrói e honra a memória das lutas das mulheres que vieram antes de nós, e atualiza o seu fazer político para o *agora*, sem prescindir das demandas por direto à terra, redistribuição econômica e igualdade social.

Neste contexto, os ataques contra o bem-estar e a autonomia das mulheres são evidências do posicionamento privilegiado que atualmente ocupamos nos espaços de poder, Segato (2022) acredita que é a partir da posição das mulheres que a história pode ser redirecionada para um mundo benéfico para um maior número de pessoas, dado um fim a pré-história patriarcal. Se assim não fosse, não seria tão violenta a reação dos grupos em defesa dos direitos “da família e do embrião”.

O reconhecimento recente do direito à identidade transexual e transgênero nas normativas de países como Brasil, Bolívia, Argentina e Chile, ainda que diante de grande

pressão contrária de grupos neoconservadores, prova que a luta contra a ideologia patriarcal implica em desconstruir noções monolíticas e universalizadas de gênero a fim de reconhecer a existência e a legitimidade de sujeitos com identidades de gênero não heteronormativas.

2.3.1 O pós-junho de 2013 no Brasil

Não faz parte do escopo deste trabalho adentrar na análise das jornadas de junho de 2013 no Brasil, iniciadas com as ações do Movimento Passe Livre (MPL), que dominou as redes sociais com a hashtag #VemPraRua e levou mais de 1,4 milhão de pessoas para as ruas em 130 cidades brasileiras. Apesar das consequências diretas no cenário político do país, que envolvem a ascensão da extrema direita no país, nos interessa pensar neste momento a reinserção dos corpos nas manifestações e a emergência do uso ativista das redes sociais conectando corpos, territórios e a política.

Neste contexto, o feminismo saiu fortalecido e desdobrou-se em novas ações de resistência ao conservadorismo do país, a exemplo da rápida mobilização contra o Projeto de Lei nº 5069/2013, apresentado no Congresso Nacional, que previa dificultar o acesso ao aborto seguro, nos casos de estupro e, se aprovado, poderia restringir até mesmo a venda da pílula do dia seguinte nas farmácias. Milhares de mulheres novamente saíram às ruas das cidades brasileiras vociferando palavras de ordem como “Fora Cunha!”, “O Cunha sai, a pílula fica”, “Meu útero não é da sua conta”, “O Estado é laico e não da bancada moralista”, referindo-se ao então presidente da Casa, Eduardo Cunha, e a chamada “Bancada Evangélica” do Congresso (HOLLANDA, 2018).

A Bancada Evangélica foi criada em 2003 e tem sido um ator político de alta relevância para a inserção das agendas conservadoras no país desde então. Composta por deputados estaduais e federais de diversos partidos alinhados ideologicamente mais à direita, e vinculados principalmente a igrejas evangélicas neopentecostais. Segundo seus representantes, a bancada objetiva defender as pautas e interesses da comunidade evangélica no parlamento brasileiro e, por isso, fazer oposição a projetos que ampliem o acesso à direitos de mulheres e da população LGBTQIA+, principalmente aqueles que giram em torno dos direitos sexuais e reprodutivos. Durante o governo da presidenta Dilma Rousseff, a legalização do aborto se tornou uma espécie de pedágio através do qual o governo, em troca de alianças, exerceria um modo estatal de controle do corpo das mulheres, conforme já mencionado por Biroli (2019).

Assim, as mobilizações feministas no Brasil se dão no embate com o avanço de uma agenda conservadora e neoliberal nas diferentes esferas do poder, especialmente em questões relacionadas ao aborto e à ideologia de gênero que passaram a ser utilizados constantemente como objeto de disputa política e elemento de campanha eleitoral para mobilizar a opinião pública contra os movimentos feministas e LGBTIQIA+, marcando o discurso de diferentes agentes políticos.

A presença constante do termo *ideologia de gênero* nestes discursos se refere a uma suposta agenda político-ideológica que é tida como uma ameaça às crianças e à família tradicional, é encabeçada por aqueles que se posicionam contrariamente à discussão de temáticas relativas a gênero e sexualidade nas escolas. Entre os tensionamentos na área da educação podemos citar como exemplo a Base Nacional Comum Curricular, de 2018, que não contemplou o termo gênero nem o termo orientação sexual em sua redação final, demonstrando o alcance da expansão das pautas conservadoras no campo da educação do Brasil.

Percebe-se, então, um movimento duplo com relação ao feminismo no Brasil: ao mesmo tempo em que ele se populariza, ganhando destaque e espaço no mundo digital e nas ruas, assiste-se a uma ofensiva antigênero de grandes proporções. No contexto eleitoral, hashtags acerca de eleição de mulheres ou de pessoas LGBTQIA+ (exemplos) se contrapõem a um projeto político conservador e candidaturas específicas, a exemplo do #Ele Não, nas eleições brasileiras de 2018. Por ofensiva antigênero são compreendidas as ações mobilizadas por alas conservadoras em diferentes pontos do globo, constituindo pauta, inclusive, de candidatos políticos em suas campanhas eleitorais, como foi o caso do ex-presidente da República Jair Bolsonaro, eleito em 2018 e derrotado em 2022 por Luí Inácio Lula da Silva, eleito para o 3º mandato.

Cabe ressaltar que a campanha de Bolsonaro contou, ainda, com intensa utilização das redes sociais para difusão de notícias falsas (*fake news*) a fim de atingir seus adversários políticos. As *fake news*, com destaque durante a campanha eleitoral, tinham foco nas temáticas de gênero e sexualidade: falsas informações sobre a distribuição nas escolas de um suposto “kit gay” contendo ainda de mamadeiras eróticas, com bico em formato de pênis para crianças; apontando mais uma vez para a centralidade desses temas no discurso político de Bolsonaro.

Em resposta à sua candidatura, às vésperas do primeiro turno das eleições, mulheres de todo o país voltaram às ruas, mobilizadas pela campanha #EleNão. Organizada por meio de um grupo no Facebook, intitulado Mulheres contra Bolsonaro – que chegou a reunir 3,8

milhões de membros – a campanha de oposição à candidatura de Bolsonaro tomou as ruas de cerca de 114 cidades do Brasil e de outros locais do mundo, como Londres, Nova York, Lisboa e Paris. Estiveram presentes mulheres e homens de diferentes espectros políticos e de vinculações muito plurais, atores de TV, movimentos sociais, torcidas organizadas. Para especialistas do movimento feminista brasileiro, #EleNão foi a maior manifestação de mulheres da história do país, que chegou a levar mais de 100 mil pessoas às ruas.

Apesar de sua importância histórica, a manifestação não foi suficiente para impedir a vitória de Jair Bolsonaro. A reação fundamentalista patriarcal que se estende por todo o continente é uma agenda que capturou facilmente uma população que nunca atingiu uma participação política real, contradizendo o “progresso” da democracia ocidental.

O reposicionamento das mulheres como alvo, o uso excessivo da força dos fundamentalismos cristãos implantados no continente com o objetivo de armar a ordem patriarcal e protegê-la do avanço da crítica feminista e LGBTQIA+ e “o barbarismo perpetrado contra as vidas e a saúde de mulheres por meio da perseguição e da criminalização do aborto são evidências do papel destinado ao posicionamento feminino na transformação do mundo” (SEGATO, 2022, p.31).

O governo Bolsonaro foi marcado por ações que precarizam as relações de trabalho, desvalorizam os direitos humanos e invisibilizam as minorias, não esquecendo jamais das quase 700 mil mortes na pandemia do Covid-19 que poderiam ter sido evitadas. Os efeitos do retrocesso no país e a ainda presente ameaça aos poderes e à democracia é um contexto que exigirá da mobilização de mulheres uma participação cada vez mais atuante e articulada, deixando evidente que os feminismos brasileiros seguem vivos e necessários nos enfrentamentos ao conservadorismo brasileiro.

CAPÍTULO 3 - BANDEIRAS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DE AGENDAS: TRAJETÓRIAS DA PRIMAVERA FEMINISTA

3.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A metodologia baseia-se em um primeiro momento na Análise de Conteúdo (AC), formulada por Bardin (2004), esse é um tipo de análise textual que possui várias abordagens e permite o estudo dos rastros expostos no espaço digital tanto de forma qualitativa quanto quantitativa. Essa metodologia, foi usada para abarcar fundamentalmente os três procedimentos: codificação ou coleta dos dados, categorização e inferência, que serão pormenorizados a seguir. Entretanto, em cada uma dessas etapas utilizou-se de outras metodologias e referências pertinentes para alcançar os objetivos propostos e que conseguisse traçar uma narrativa múltipla, digital e decolonial.

Coleta de dados

O foco de análise dos movimentos feministas será a rede (expressões linguísticas, visuais de seus atores), e visto que a conexão entre os discursos e narrativas se dá pelo intermédio das hashtags, essas serão usadas como buscadores e delimitadores das nossas coletas. Dessa forma, para cada movimento serão coletadas informações de duas redes sociais específicas, o Facebook e o Twitter, que foram escolhidas devido a possibilidade de definir padrões de busca e coleta reproduzíveis. O Instagram apesar de ser a segunda rede social mais utilizada mundialmente, atrás apenas do Facebook (D'ANGELO, 2022), não se é possível, refinar as buscas obtendo, por exemplo, as hashtags mais datadas, ou buscar em um perfil específico, tais datas e menções a essas hashtags, dificultando assim a padronização e veracidade das coletas.

Para realizar um processo de observação sistemática, foi construído um registro de postagens, através do período inferido como o auge do movimento. A partir dessas datas, foram coletados *tweets* através da API¹⁷ pública do Twitter de forma automática, utilizando-se

¹⁷ *Application Programming Interface* (Interface de Programação de Aplicações). É um conjunto de serviços/funções que foram implementadas em um programa de computador que são disponibilizados para que outros programas/aplicativos possam utilizá-los diretamente de forma simplificada; sem envolver-se em detalhes da implementação do programa de computador principal (função chama de encapsulamento, usar as funcionalidades através de um código de programação simplificado). A API do Twitter permite que terceiros recuperem e analisem dados públicos da rede — os quais podem ser usados para criar *bots* programáveis e aplicativos independentes que se conectam à plataforma de forma gratuita (TWITTER DEV, 2023).

scripts de coleta em R¹⁸ nos perfis previamente selecionados conforme nos dados e informações publicados em outros estudos. No Facebook, as coletas foram realizadas de forma manual a partir da barra de pesquisa dentro dos perfis considerados como o principal ator de cada movimento. Os *tweets* e as postagens foram coletados a partir das hashtags principais que caracterizam o movimento (#NiUnaMenos, #UnVioladorEnTuCamino e #EleNão).

Foram coletadas dos três movimentos as seguintes informações baseadas nos pressupostos de Recuero, Zago e Bastos (2014) a fim de identificar corretamente um movimento ciberativista, sendo: Data do auge do movimento; Bandeiras; Principais Atores; Reivindicações; Contexto; Localização e Palavras de Ordem. Logo, as informações coletadas se baseiam nas legendas, nas imagens e nas indicações de localização que essas postagens contenham. Essas informações indicam alguns padrões com base na frequência e formam um mapa que permite definir algumas características das narrativas dos movimentos estudados.

Categorização e apresentação dos dados

As redes sociais Twitter e o Facebook, foram as plataformas escolhidas para investigar os movimentos ciberativistas, e as correlações e coocorrências (quais informações ocorreram mais em conjunto em um mesmo *tweet* ou *post*) das narrativas encontradas nos dados. Assim, realizou-se a formulação de quadros apresentando as categorias já mencionadas no tópico acima de cada movimento analisado.

E para a apresentação das correlações do discurso das postagens será usado o programa Iramuteq (IRaMuTeQ 0.7 alpha 2 2020) mais especificamente a Classificação Hierárquica Descendente (CHD)¹⁹, e a fim de sintetizar e representar de forma visual e destacar os pontos principais do discurso, utilizou-se o método da Nuvem de Palavras (NP), que agrupa as palavras e as organiza graficamente em função da sua frequência. Já para as correlações e coocorrências das hashtags utilizou-se o programa Gephi Graph (Gephi 0.10.1) para a projeção de grafos alocados por modularidade (vizinhança).

¹⁸ O R é uma linguagem de programação *open source* para análise de dados que fornece uma grande variedade de ferramentas estatísticas e gráficas (WICKHAM; GROLEMUND, 2016, tradução nossa).

¹⁹ A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) é uma das técnicas mais importantes para a análise léxica automatizada de conteúdos de textos e documentos. Ela parte da lógica da existência de correlação entre termos dentro de um mesmo segmento de corpus textual. O método da CHD foi proposto por Reinert em 1990 e faz a classificação dos segmentos de texto em função dos seus respectivos vocabulários, e o conjunto deles é repartido com base na frequência das formas reduzidas. Esse tipo de análise visa obter classes de que apresentam vocabulário semelhante entre si, em comparação aos textos analisados (CAMARGO; JUSTO, 2013).

A inferência dos dados

A inferência é a interpretação dos dados e das categorias a partir dos contextos da análise. Dessa forma, inicialmente para a investigação e análise de práticas dialógicas em tela dos movimentos sociais latino-americanos, contemplou-se os questionamentos de Scherer-Warren (2011) em relação aos níveis estratégicos: Organizativo das bases; Articulatório ou de mediação; Mobilizatório e Movimentalista.

Outros referenciais como *Redes de Indignação e Esperança* de Castells (2017); *Corpos em aliança e a política das ruas* de Judith Butler (2018); *Novas teorias dos movimentos sociais* de Maria da Glória Gohn (2008) e outros textos que foram mobilizados para apresentar os movimentos e discutir os dados.

3.2 A TRAJETÓRIA DE TRÊS MOVIMENTOS FEMINISTAS DA AMÉRICA LATINA

A escolha dos movimentos, o #NiUnaMenos da Argentina, #UnVioladorEnTuCamino do Chile, e o #EleNão do Brasil, deu-se devido essas três cidades serem consideradas as mais atuantes nos aspectos socioeconômico da América Latina, além de que esses movimentos são apontados com os maiores de forma quantitativa e qualitativa.

3.2.1 #NiUnaMenos

O movimento #NiUnaMenos, em sua vasta polissemia, poderia ser definido em um primeiro momento como um coletivo alimentado principalmente por ativistas, comunicadoras e artistas feministas de Buenos Aires, que em 2015 lançaram a convocação de uma manifestação contra os feminicídios, primeiro pela articulação da hashtag (#NiUnaMenos), na página oficial no Facebook criada sob esse slogan³ (figura 1) e depois por meio da articulação da hashtag no Twitter (figura 2).

Figura 1 - Página do Facebook Ni Una Menos



Fonte: Facebook Ni Una Menos (2023, s.p)²⁰

²⁰ Página oficial do movimento no Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/NUMArgentina/about/?ref=page_internal. Acesso em 20 de jan. 2023.

Figura 2 - Página do Twitter Ni Una Menos



Fonte: Twitter Ni Una Menos (2023, s.p)²¹

Além das duas páginas, *Facebook* e *Twitter*, o Ni Una Menos possui uma página no Instagram (@_niunamenos_), com 161 mil seguidores, além do site (<https://niunamenos.org.ar/>) que contém todas as informações do coletivo, suas manifestações, bem como seus manifestos. Nesse sentido, podemos observar principalmente em comparação aos outros movimentos, o Ni Una Menos é o mais organizado como instituição no sentido de possuir mais canais de atuação, formalização e uma atuação constante mesmo após o que chamamos de auge do movimento.

Iniciado no ano de 2015, o movimento #NiUnaMenos, teve uma cobertura da mídia tradicional nacional, e internacional, foi possível observar imagens capturadas por drones da concentração massiva em Buenos Aires de milhares de pessoas carregando seus smartphones como uma extensão "digital" do seus corpos, tirando fotos, carregando-os em rede e enviar mensagens via WhatsApp. O #NiUnaMenos constituiu uma forma de organização política alternativa à dos partidos tradicionais, propondo-se testar novos modos de ação concertada de forma consensual e horizontal, não hierárquica, sem verticalismo, nem presentismo, nem meritocrático, uma forma de organização mediada pelas redes sociais. Assim, esse espaço criado por esse movimentou que abriu a possibilidade de repensar horizontes do imaginário social e político e não ficando só na Argentina, ganhando espaço mundial (ROSALES, 2018).

A concentração massiva no #NiUnaMenos, segundo Rosales (2018), foi expressa como um *luto público*, com inesperada repercussão internacional, para solicitar, em um grito coletivo, o despertar da consciência social e a intervenção do Estado diante do

²¹ Página oficial do movimento no Twitter. Disponível em: https://twitter.com/NiUnaMenos_?s=20. Acesso em 20 de jan. 2023.

recrudescimento da violência patriarcal, em sua expressão mais sangrenta os feminicídios registrados em todos aqueles pontos e localidades do país em que a marcha se tornou uma matriz geradora. E a convocação de #NiUnaMenos começou na primeira semana de maio de 2015, após a divulgação na mídia do feminicídio de Chiara Páez, uma adolescente grávida de 14 anos espancada até a morte e enterrada pelo namorado em Rufino, na província de Santa Fé. A petição em que as integrantes do coletivo #NiUnaMenos trabalharam em conjunto foi lido por um grupo de artistas e transmitido ao vivo em vários canais de televisão aberta, em rede nacional.

Segundo a organização do Ni Una Menos (2016), o movimento surgiu de um grito entalado na garganta devido as 286 vítimas de feminicídio em 2015, então milhares de pessoas se encontraram nas ruas para dar voz as vítimas da violência feminicida. E dizer que a violência machista também mata, lentamente, quando cerceia as liberdades, principalmente a corporal, a participação política e social, nas palavras das atividades em um dos seus manifestos expressam:

Quando nos diz como nos vestir e como agir, mata a nossa liberdade. Quando nos insulta ou nos julga pela maneira como desfrutamos de nossos corpos, matam nosso direito de liberar seu imenso poder. Quando nos nega a palavra no espaço público, silencia-a ou minimiza-a; quando os meios de comunicação de massa apenas nos retratam apontando o dever de sermos, culpadas, ou como vítimas; mata nosso direito de mudar o mundo. Quando nos impõe tarefas domésticas e de cuidado como se fossem um dever exclusivo e natural, esquece que é um trabalho e mata o livre uso do nosso tempo. Quando nos nega pagamento igual para a mesma tarefa, você mata nossa autonomia. Quando oprime ou abusa de nossos corpos, mata nossa integridade. Quando tenta controlar nossa capacidade reprodutiva, mata nosso direito de escolha. Dizer Ni Una Menos não foi, não é, um pedido ou uma solicitação. É fazer frente ao que não queremos: não mais uma vítima, e dizer que nós queremos vivas, inteiras, autônomos, soberanas. Donas de nossos corpos e de nossas trajetórias vitais. Donas de nossas escolhas: como queremos (NIUNAMENOS, 2016, s.p, tradução nossa).

O Ni Una Menos, extrapolou a primeira identificação que seria um movimento que lamenta e repudia as mortes de mulheres, mas tronou-se um marco de compreensão do neoliberalismo em que a violência contra as mulheres e contra os corpos feminizados se inscreve e, portanto, é passível de ser politizada, confrontada:

Então, corpo-território suponha a hipótese de que as mulheres e as corporalidades dizem dentes que nutrem e se nutrem nessas lutas produzem e citou um corpo como território extenso: ou seja, não como confinamento da individualidade, limitado às margens do corpo próprio entendido como “propriedade” respaldada por direitos individuais, mas como matéria ampliada, superfície extensa de afetos, trajetórias, recursos e memórias (GAGO, 2020, p.109).

Assim, o movimento traz em seu bojo a compreensão maior do fenômeno do feminicídio porque afasta dos limites gênero e aquilo que confina as mulheres a essa

linguagem; e que encerram violência no espaço doméstico; e posiciona as mulheres em um único lugar legítimo o de vítimas e não somente de um agressor, mas do sistema.

Além do início em 2015, o movimento teve uma segunda fase em 2016, em que reelaborou significados incorporando perspectivas políticas e éticas dos feminismos populares, a partir de uma perspectiva antineoliberal e anticapitalista. Nesse sentido, a crítica à dominação masculina tanto na ordem econômica quanto familiar, sob o mandato que obriga as mulheres a reproduzirem, assim expressou-se uma sutura semântica reivindicado: “Nenhuma a menos pelos abortos clandestinos” (LAUDANO, 2017; ROSALES, 2018).

A seguir apresenta-se o quadro 2, contendo as caracterizações do Ni Una Menos, contendo 7 categorias de análise, estruturadas mediante a metodologia de Bardin (2014), e informações coletadas com base nos pressupostos de Recuero, Zago e Bastos (2014).

Quadro 2 – Caracterização do movimento #NiUnaMenos

Datas de auge	Bandeiras	Principais atores	Reivindicações	Contextos	Localização	Palavras de ordem
<p>Primeira fase: 11 de maio a 3 de junho de 2015</p> <p>Segunda fase: 3 de junho de 2016</p> <p>Manifestação na rua: 03/06/2015</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Direitos humanos; - Repúdio a violência contra as mulheres; - luta contra os crimes de gênero; - Direito das Mulheres; - Liberdade corporal; - resistência e solidariedade as vítimas e familiares de feminicídio; - Aborto legal, seguro e gratuito - Implementação da Lei Nº. 26.485 (proteção integral da mulher, com o objetivo de implementar medidas concretas para prevenir, punir, erradicar a violência em todas as suas formas e áreas em que desenvolvem suas relações. 	<p>Criador: Coletivo de ativistas feministas Ni Una Menos (<i>Facebook</i>)</p> <p>Impulsionador: Ni Una Menos (<i>Twitter</i>).</p>	<p>O movimento exigia a redução da violência de gênero, reclamando por instrumentos que garantissem a proteção das vítimas e uma maior discussão sobre o tema através de estratégias educacionais para todos os níveis de ensino.</p>	<p>Ação de protesto contra os feminicídios na cidade de Buenos Aires.</p> <p>Principalmente devido aos seguintes casos de feminicídio: de Chiara Páez, de 14 anos, grávida, e outras quatro mulheres, incluindo Lucía Pérez, de 16 anos, que foi drogada, estuprada e empalada na cidade de Mar del Plata, em um dos casos mais brutais registrados na Argentina.</p>	<p>Iniciou-se na Argentina pelo <i>Facebook</i>.</p> <p>A movimentação na rua abarcou mais de 240 cidades da Argentina.</p> <p>Abarcou também algumas cidade do Chile, Uruguai e Brasil.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Nenhuma a menos (Ni Una Menos); - Estão nos matando (Nos Estan Matando); - A violência machista mata e não só quando o coração para de bater; - Contra a crueldade, mais feminismo; - Sem aborto legal não há uma a menos; - Viva nós queremos! (¡Vivas nos queremos!).

Fonte: autoria própria (2023)

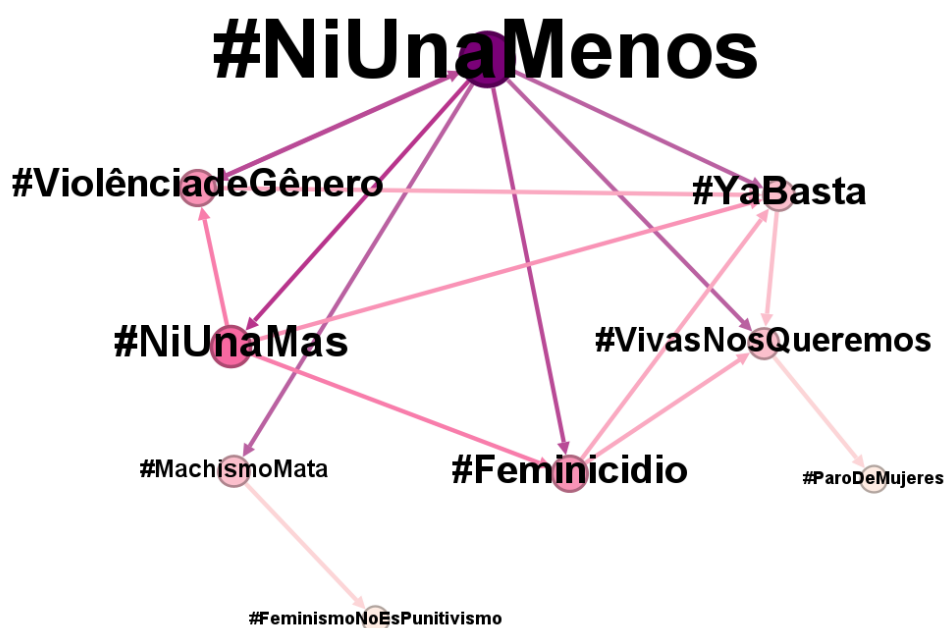
Assim, a partir dessa primeira coleta, retiradas das redes sociais principais do movimento, foi possível identificar o que chamamos de criador e impulsionador do movimento, o criador é aquela rede que é relacionada com a criação da hashtag e organização do movimento, já o impulsionador é aquele que emitiu o maior número de postagens com a hashtag de interesse, atores esses de onde serão coletadas as informações a seguir.

Conforme Fabio Malini (2020), coordenador do Laboratório de Estudos sobre Informação, Redes e Cibercultura (LABIC), na Universidade Federal do Espírito Santo, e um dos maiores pesquisadores de cibercultura, e é uma das principais referências norteadoras da coleta de dados realizada nesta dissertação, não se pode somente analisar um movimento por uma única hashtag mesmo ela sendo a originária de um movimento.

Pois, as outras hashtags funcionam como expressões que mobilizam cada uma das outras hashtags citadas, sendo utilizadas pelos emissores para dar consistência ao acontecimento, enriquecendo o debate com outras hashtags e embutidas a elas outras perspectivas e debates que ampliam o contexto, disputam sentidos, ativam as audiências no sentido de engajá-las em argumentos em prol de certo posicionamento (MALINI, 2020).

Malini (2020), utiliza da alcunha palavra-evento (#NiUnaMenos), como aquela que centraliza e cria o evento, mas que se faz necessário para entender o panorama desse evento, reunir o que ele chama de palavras-multiverso (Violência de Gênero, Femicídio, Já Basta), que em certas situações podem ser ainda mais opacas (Greve de Mulheres, Feminismo não é punitivo, Machismo Mata), mas que são emitidas pelos participantes de redes sociais como estratégia de não projeção identitária (ser parte de uma hashtag), servindo como gatilho para a produção de comentário e associações sobre aquilo que se diz, observa e reflete. Assim, é possível capturar de forma mais ampla o contexto discursivo que originou o posicionamento dessas postagens.

Figura 3 - Grafo com a rede de coocorrências das hashtags do #NiUnaMenos



Fonte: autoria própria (2023)

A figura 3, mostra um grafo de hashtags e as relações que elas mantêm com #NiUnaMenos. Destacam-se as hashtags que apelam ao combate à violência de gênero (#NiUnaMas; #ViolênciadeGênero; #YaBasta; #MachismoMata), relação direta ao feminicídio (#Femicidio; VivanosQueremos) e a sua utilização na convocatória para as manifestações (#ParodeMujeres). No programa Gephi, os grafos podem indicar inúmeras relações, no caso acima, quanto maior o grau de saída, maior o tamanho da escrita, ou seja, a frequência se refere ao tamanho da fonte. Assim como as cores, quanto mais escuro (mais roxo) maior a coocorrências entre as hashtags, logo a #ParoDeMujeres e #FeminismoNoEsPunitivo são as que são menos frequentes e possuem relação menor com o movimento.

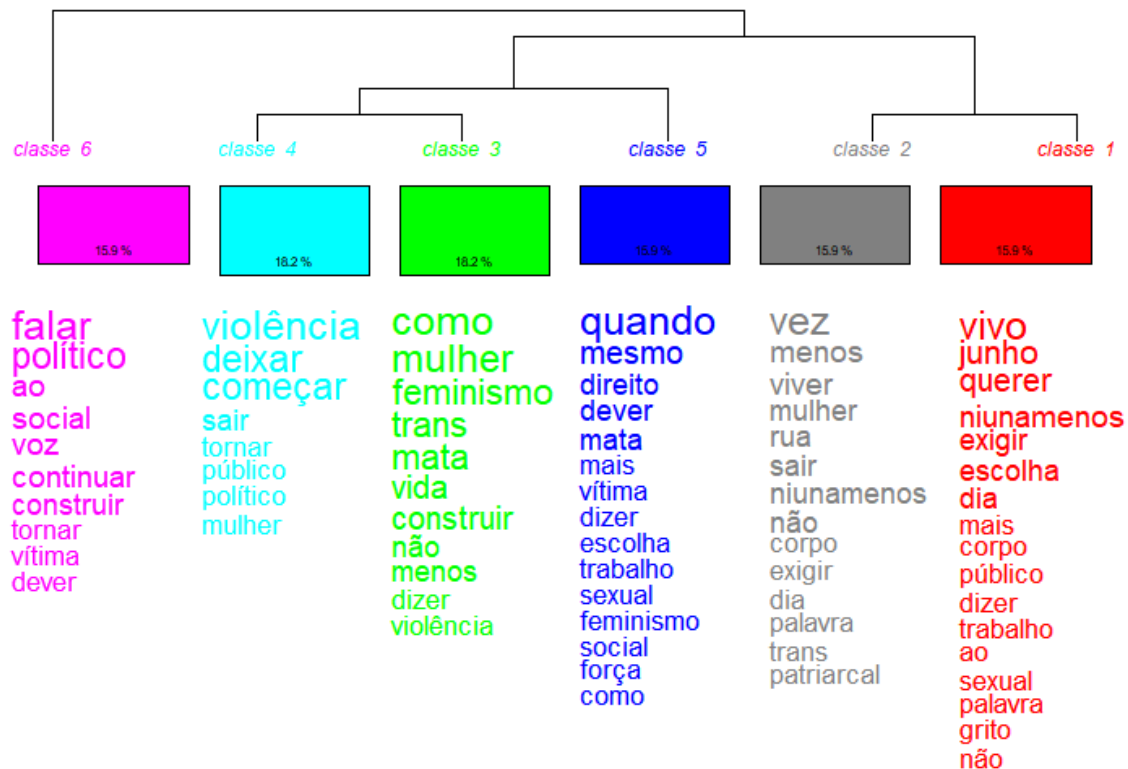
Observa-se que a hashtag #NiUnaMenos possui relação de saída com todas as outras, assim sempre parte do contexto original. Isso demonstrada a relevância e a força do movimento, não se sobressaindo em grau nenhuma outra hashtag. E o alcance de rede de #NiUnaMenos não é medido somente pelo número de tweets ou posts, mas sim por ter construído uma mobilização online que exigiu a construção de uma identidade coletiva prévia, para além da marcha ou *trending topic*²². A #NiUnaMenos permitiu dar força, visão e uma missão, fortalecendo outros movimentos que se seguiram após ele (GIRALDO-LUQUE; FERNÁNDEZ-GARCÍA; PÉREZ-ARCE, 2018).

Esse fortalecimento dos movimentos se dá não somente pelo seu alcance, mas pelo seu discurso, por isso se faz tão importante não somente analisar de forma quantitativa (quantos milhões de vezes a hashtag foi mencionada), mas o que os atores e seus intermediários estão dizendo em relação e através dessa movimentação. Nesse sentido, coletou-se e utilizou-se métodos de análise de léxico para construir uma narrativa desses movimentos.

A figura a seguir apresenta-se a Classificação Hierárquica Descendente do movimento #NiUnaMenos, esse método analítico permite que a partir do *corpus* levantado (posts do *Facebook* e *Tweets*) os segmentos léxicos sejam associados a cada classe, assim vertendo-se no contexto das palavras estatisticamente significativas. Esse método permite não somente uma análise quantitativa, mas também qualitativa dos dados levantados.

²² No Twitter, uma palavra, frase ou tópico mencionado em uma taxa maior do que outros é considerado um *trending topic* ou simplesmente uma "tendência". *Trending topics* tornam-se populares por meio de um esforço conjunto dos usuários ou por causa de um evento que leva as pessoas a falar sobre um tópico específico repetidas vezes.

Figura 4 – Classificação Hierárquica Descendente do movimento #NiUnaMenos



Fonte: autoria própria (2023)

Como observa-se, o *corpus* foi dividido em seis classes, e que estatisticamente as suas frequências são similares no discurso do movimento. Esse método de Reinert, além de indicar as classes, também permite identificar que palavras aparecem mais em um cluster do que nos demais, ou seja, quais os termos que são específicos de cada um dos grupos a partir da estatística χ^2 de Pearson, que mede se a presença de termos em um *cluster*²³ é estatisticamente diferente da presença do mesmo termo em outros *clusters*.

A linha de porcentagem (%) de ocorrências mostra a participação relativa de cada classe no total de textos classificados pelo algoritmo. Nesse sentido, podemos dizer que cada classe de forma lexical contém uma significância chave, nesse sentido, pode-se nomear a classe e o que ela representa, conforme a relação, a classe 1 (Viva nós Queremos!) traz a proximidade da #Niunamenos, do grito contra as mortes, do não, do corpo público e o todo o manifesto em favor da vida; A classe 2 (Nossa Vez) representa apropriação da palavra, da rua e do corpo, classe 1 e 2 estão agrupadas no mesmo cluster, logo são mais próximas entre si.

²³ Aglomerado de coisas semelhantes. Representa uma relação fortemente ligada que trabalham em conjunto, de modo que, em muitos aspectos, podem ser considerados como um único sistema ou uma única relação.

A classe 5 (Direitos) traz a relação de palavras ao direito da mulher, ao feminismo, ao dever do estado de proteger e as mulheres como vítimas; e essa classe se agrupa com a classe 4 (Violência) e 3 (Torna-se Mulher), que versam respectivamente de o entendimento da mulher ser vista como um corpo público, por isso a violência, e construção da mulher para o feminismo, por fim a classe 6 (Voz política), falar pelas vítimas, construir um ato político e social em prol das mulheres.

Nessa análise podemos ver que o Ni Una Menos, não fica somente no discurso do feminicídio que é o mote do movimento, mas abre para outras pautas que permeiam esse universo. E além das manifestações na rua o movimento digital (em rede) distribui e coleta informações, destacando a participação coletiva. Em um Tweet do dia 12 de julho de 2016, destaca no texto uma das coletas realizadas pelo movimento: “Em 3/6 começamos a contabilizar a violência machista. 46.400 mulheres já responderam. Dá tempo até 09/03 #NiUnaMenos” e no Tweet do dia 27 de junho de 2016 traz ainda a construção coletiva, essa campanha se referiu ao #ArgentinaCuentaLaViolenciaMachista, como podemos ver na imagem a seguir:

Figura 5 – Tweet da página Ni Una Menos – 27/06/2016



Fonte: Twititer - NiUnaMenos (2016, s.p)

No *Facebook* do movimento encontramos postagens mais completas, isso se dá principalmente por causa da diferença da estrutura das redes, o Twitter limita a 140 caracteres (atualmente 280 caracteres), limitação essa que o *Facebook* não possui, além dessa rede social

possui uma identidade maior de depoimento, de explicação e discussão mais ampla. O Twitter já possui um aspecto de chamamento e de resumo de informação, e é no *Facebook* que encontramos explicações/esclarecimentos em relação ao movimento, como por exemplo, no post do dia 26 de novembro de 2015 “Nós queremos vivas, é o grito na marcha #NiUnaMenos” (tradução nossa). Ou esclarece a origem do movimento, como na postagem do dia 28 de março de 2015:

Ni Una Menos não foi parida por Twitter, nem pela foto de um famoso, nem pela adesão de um candidato, nem mesmo uma maratona de leitura: foi parida pelo feminismo. Saiu daquela vulva grande, estreita, raspada, peluda, homo, hetero, lésbica e trans, nova e velha. Essas múltiplas vulvas vivas que compõem o movimento nacional de mulheres na Argentina²⁴ (tradução nossa).

O movimento além das manifestações na rua, dos discursos e manifestos, teve a colaboração de outros artistas, coletivos e de inúmeros expressões artísticas, como publicaram no dia 6 de junho de 2016 “Cada vez mais homens antipatriarcais se juntam à nossa luta. Partilhamos este vídeo ‘Nem macho nem facho’ do coletivo ‘Artista Desconhecido’ que conta a história de um deles na última marcha por #NiUnaMenos” (tradução nossa), e essas contribuições eram/são compartilhadas no perfil das criadoras:

Figura 6 – Post da página Ni Una Menos do *Facebook* – 27/05/2016

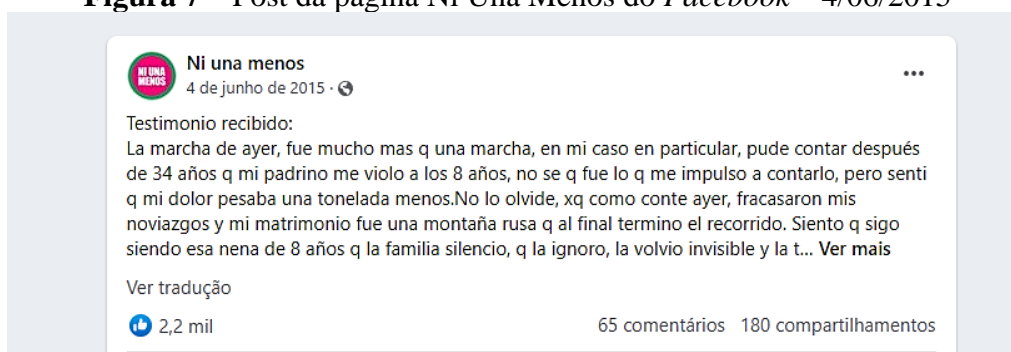


Fonte: *Facebook* - NiUnaMenos (2016, s.p)

²⁴ Texto original: A “Ni una menos” no la parió tuitter, ni la foto de un famoso, ni la adhesión de un candidato, ni siquiera una maratón de lectura: la parió el feminismo. Salió de esa concha* amplia, estrecha, rapada, peluda, homo, hétero, lesbiana y trans, fresca y vieja. Esas múltiples conchas vivas que conforman al movimiento nacional de mujeres en Argentina. *Na Argentina, concha é usada para se referir à genitália feminina.

Além dessas postagens a plataforma *Facebook* devido ao apelo pelo narrar, permitiu compartilhar as experiências de violência sofridas em diferentes fases da vida e encontrou resposta em renovados relatos na primeira pessoa, no singular e no plural, da violência atual e passada, que ultrapassou as possibilidades dos 140 caracteres que o Twitter limitava (LAUDANO, 2017) como descreve as criadoras na postagem do dia 26 de novembro de 2015“ Ni Una Menos ajudou muitas mulheres a contar a sua história, aqui partilhamos um testemunho” (tradução nossa), segue a exemplo um post com um relato:

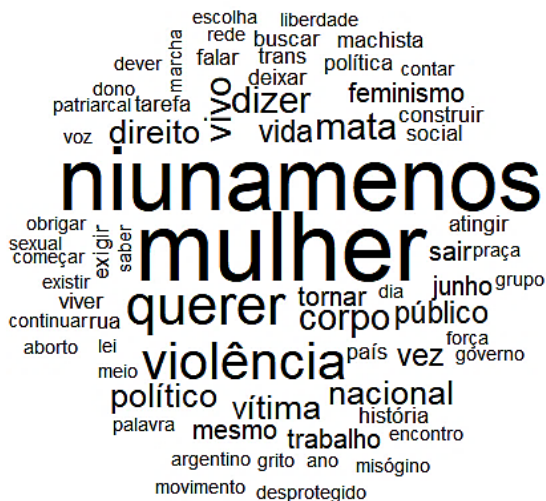
Figura 7 – Post da página Ni Una Menos do *Facebook* – 4/06/2015



Fonte: *Facebook Ni Uma Menos* (2015, s.p).

Com o intuito de trazer de forma visual a concentração do discurso dos 120 posts e 92 tweets coletados através da hashtag #NiUnaMenos, a figura 8, apresenta a Nuvem de palavras do Movimento #NiUnaMenos, essa técnica agrupa as palavras e as organiza graficamente em função da sua frequência. É uma análise lexical mais simples, porém graficamente bastante interessante, na medida em que possibilita rápida identificação das palavras-chave de um *corpus*.

Figura 8 – Nuvem de palavras do Movimento #NiUnaMenos

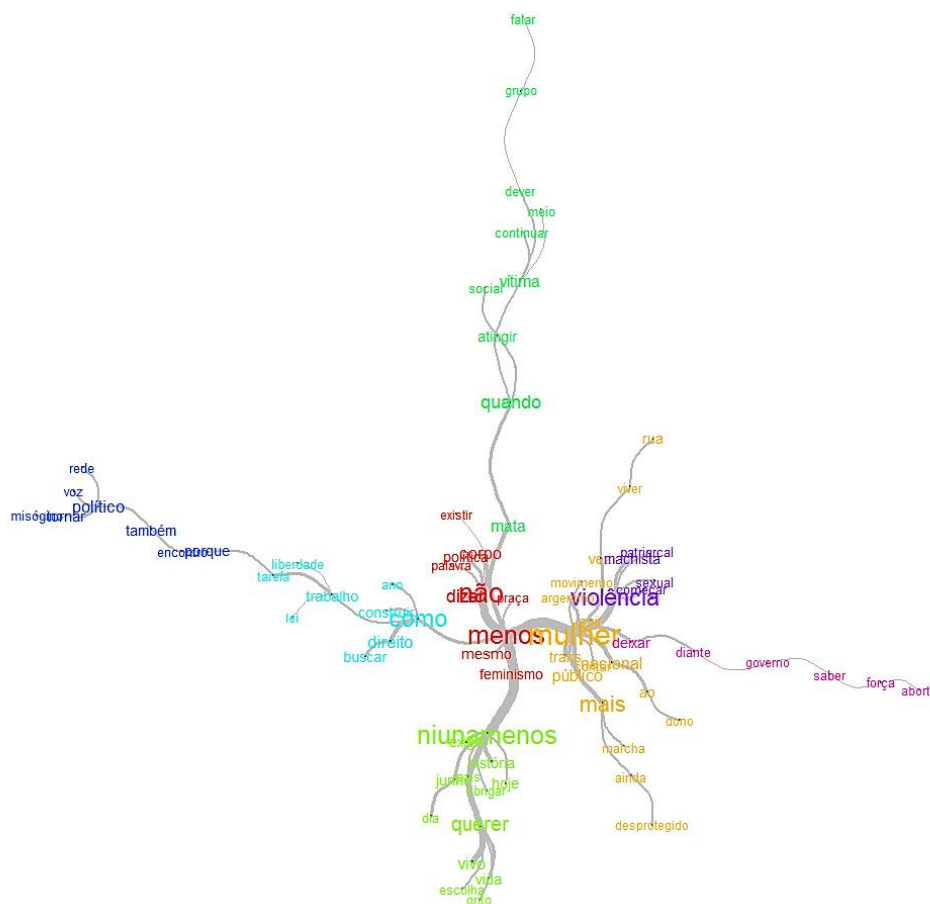


Fonte: autoria própria (2023).

Podemos observar a frequência da hashtag e da palavra mulher, em sequência da querer, violência. Destaco aqui o verbo “querer” que projeta muito do manifesto do movimento que é subverter o lugar de submissão da mulher na sociedade e colocar a mulher em posição de “Donas de nossos corpos e de nossas trajetórias vitais. Donas de nossas escolhas” trecho presente em um dos manifestos escritos pelas criadoras do movimento já citado anteriormente neste capítulo de forma mais completa.

Já a Nuvem de palavras com a análise de similitude (figura 9) se baseia na teoria dos grafos, possibilita identificar as coocorrências entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura de um *corpus* textual coletado, distinguindo também as partes comuns e as especificidades em função das variáveis ilustrativas (descritivas) identificadas na análise (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Figura 9 – Nuvem de palavras com a análise de similitude do NiUnaMenos



Fonte: autoria própria (2023).

O substantivo Mulher (em laranja) une o discurso, é o centro que irradia outras elaborações, como por exemplo, na cor roxa quando a narrativa versa sobre violência, ela traz em seu escopo o machismo, o patriarcal e a violência sexual. Assim, podemos inferir que a

ativação da hashtag #NiUnaMenos se expandiu da sua origem, e do seu discurso inicial, além disso conforme destaca Revilla (2019) essa alcunha se reflete em diferentes páginas da web ou das redes sociais na mobilização diante de cada novo assassinato de uma mulher em qualquer lugar do mundo, mas principalmente na América Latina.

3.2.2 #UnVioladorEnTuCamino

Em 18 de novembro de 2019, o coletivo interdisciplinar de mulheres de Valparaíso, Chile, conhecidas como *Las Tesis* (ou Lastesis, devido a nomeação que não aceita espaço nas redes oficiais), realizaram uma performance intitulada “*Un Violador En Tu Camino*” pela primeira vez em frente à *la Segunda Comisaría de Carabineros en dicha ciudad* (MEDINA, 2019). Mas, foi em 25 de novembro, data em que se comemora o Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher, que o vídeo da performance se tornou viral, e replicável com o objetivo de manifestar-se em contra as violações dos direitos das mulheres.

A origem da canção proveniente do coletivo feminista *Las Tesis*, integrado por quatro mulheres: Lea Cáceres, Paula Cometa, Sibila Sotomayor e Dafne Valdés, segundo Agostini (2019), teve como propósito inicial criar uma obra performática que teve duração de 15 minutos, mas foi adaptada como uma coreografia musicalizada em um minuto e meio. A performance foi inspirada no livro *Calibã e a Bruxa*, da ativista ítalo-americana Silvia Federici e na tese da antropóloga argentina Rita Segato²⁵, a performance buscou traduzir a teoria feminista em encenação para levar sua mensagem a mais pessoas.

Dessa forma, se converteu em um hino que movimentos feministas em vários países do mundo, em alguns casos a performance é traduzida em seu idioma para acompanhar os protestos e reivindicar demandas locais, principalmente em relação aos índices de violência sexual, feminicídio entre outras reivindicações, a seguir apresentamos o trecho da música em sua adaptação brasileira:

El patriarcado es un juez, (*O patriarcado é um juiz*)
que nos juzga por nacer (*que nos julga ao nascer*)
y nuestro castigo es (*e nosso castigo é*)
la violencia que no ves. (*a violência que não se vê*)

El patriarcado es un juez, (*O patriarcado é um juiz*)
que nos juzga por nacer (*que nos julga ao nascer*)
y nuestro castigo es (*e nosso castigo é*)
la violencia que ya ves. (*a violência que já se vê*)
Es feminicidio (*É o feminicídio*)
Impunidad para el asesino (*Impunidade para o assassino*)
Es la desaparición (*É o desaparecimento*)

²⁵ Que virou o livro intitulado: *Las estructuras elementales de la violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos.*

Es la violación (*É a violação*)
 Y la culpa no era mía, ni dónde estaba, ni cómo vestía (4x) (*E a culpa não era minha, nem onde estava, nem como me vestia*)

El violador eras tú (2x) (*O estuprador é você*)
 Son los pacos (policías) (*São os policiais*)
 Los jueces (*Os juízes*)
 El estado (*O estado*)
 El presidente (*O presidente*)
 El estado opresor es un macho violador (2x) (*O estado opressor é um homem estuprador*)

El violador eras tú (2x) (*O estuprador é você*)
 Duerme tranquila niña inocente, (*Dorme tranquila, menina inocente*)
 sin preocuparte del bandolero, (*sem se preocupar com o bandido*)
 que por tus sueños dulce y sonriente (*que os seus sonhos, doce e sorridente*)
 vela tu amante carabinero²⁶. (*cuida o seu querido policial*)

El violador eres tú (4x) (*O estuprador é você*)

Uma das encenações mais importantes de Un Violador em Tu camino, foi a realizada no Estádio Nacional no dia 4 de dezembro no Chile, a seguinte filmagem aérea postada no canal do Youtube, o arquivo REDES (intitulado como Arquivo da Revolta Social Chilena), que teve mais de 77 mil visualizações e é possível ver o quão grande a manifestação foi:

Figura 10 – Vídeo aéreo da manifestação do Un Violador En Tu Camino – 4/10/2019



El violador eres tú senior Estadio Nacional, Toma Aérea, Un violador en tu camino 4 Diciembre Chile



archivo REDES
51 mil inscritos

Inscribirse

1,6 mil



Compartilhar



77.282 visualizações 4 de dez. de 2019 #senior #estallidosocial #Elvioladorestú
 Otra toma, esta vez desde arriba, para la impresionante cantidad de mujeres que se congregó hoy afuera del Estadio Nacional, para realizar la intervención creada por Lastesis

Fonte: archivo REDES (2019, s.p)²⁷

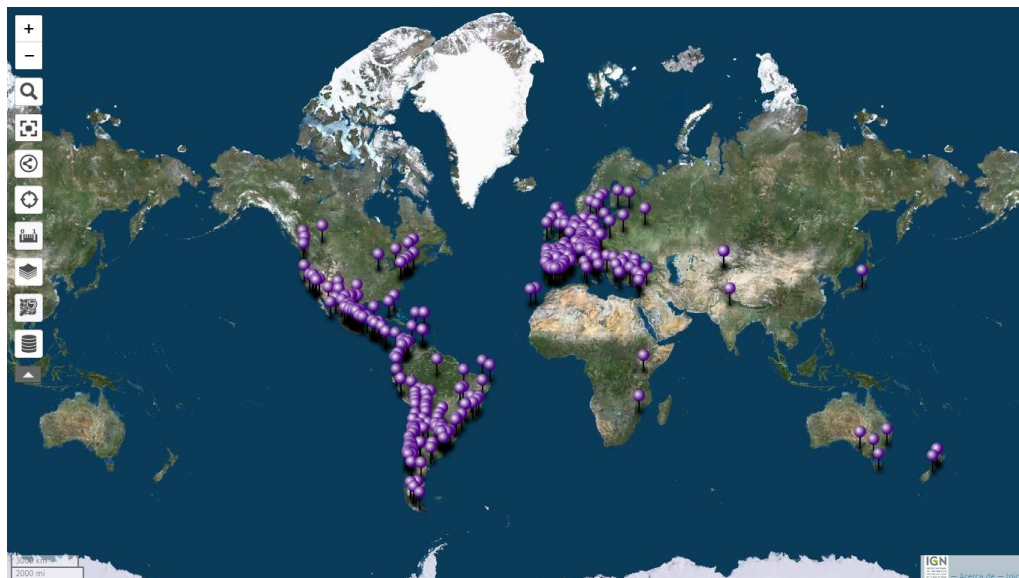
Após essas primeiras manifestações, a coreografia se tornou um hino feminista que virou fenômeno global, em dezembro de 2019. Essa amplitude pode ser confirmada, por

²⁶ Os quatro últimos versos foram retiradas de um canto da polícia chilena, uma forma de ironizar a letra da canção, segundo declararam as compositoras.

²⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uajUG79LRXI>. Acesso em 12 jan. 2023.

intermédio da iniciativa do Geochica OSM, que é um coletivo de mapeamentos feministas, com o apoio do projeto de código aberto *Open Street Maps*, criou o mapa mundial de Un Violador En Tu Camino, identificando quais lugares as performances foram encenadas/reencenadas. O mapa traz identificado 366 manifestações/performances que foram contabilizadas em 53 países e (ver figura 11).

Figura 11- O mapa de manifestações da performance Un Violador En Tu Camino



Fonte: Geochica OSM - Open Street Maps (2023, s/p)²⁸

#UnVioladorEnTuCamino não se comporta como um dos movimentos tradicionais de ativismo nas redes sociais; ele começou como apresentações ao vivo, e após passou a ser compartilhado no *Facebook* e *Twitter* e, eventualmente, adaptado ao espaço online. Por intermédio, dessa adaptação que as criadoras e outros atores traziam para discussão tópicos como a violência de gênero, a omissão do Estado entre outros, assim ampliou-se a disseminação da hashtag #UnVioladorEnTuCamino (BLANCO, 2021).

O grupo no *Facebook*, implantou uma narrativa de representação de uma forma diferente ao problema da violência de gênero que as mulheres sofrem globalmente (GARCÍA-GONZÁLEZ; BAILEY, 2020). Dessa forma, a coreografia foi um convite, uma convocação para que as mulheres performem mediante a busca pelo respeito aos seus corpos, como não somente vítimas silenciadas, mas com voz de acusação em aversão a uma estrutura que justifica o estupro, e não julga os culpados. A seguir apresentamos a caracterização do movimento:

²⁸ Open Street Maps. Disponível em em 25 de jan. 2023.

Quadro 3 – Caracterização do movimento #UnVioladorEnTuCamino

Datas de auge	Bandeiras	Principais atores	Reivindicações	Contextos	Localização	Palavras de ordem
18 de novembro de 2019 a 30 de novembro de 2019. - 11, 20 e 25/11/2019, Manifestação na rua. - Replicação da coreografia no dia 29 de novembro de 2019.	- Direito das Mulheres; - Liberdade Corporal; - Justiça para os crimes sexuais; - Denúncia da violência sexual e da cultura do estupro.	Criador: <i>Las Tesis</i> , coletivo de artistas feministas (<i>Facebook</i>) Impulsionador: <i>Ciro Gómez Leyva</i> - <i>Imagen Noticias</i> (<i>Facebook</i>)	Ampliar a proteção as mulheres contra crimes de gênero, principalmente o estupro. Ampliar e subverter o silenciamento das violências sexuais. E chamar atenção para o importância do movimento feminista.	Após vários casos seguidos de estupro sem justiça, fez com que o coletivo <i>Las Tesis</i> cria uma performance-manifesto para chamar a atenção para a cegueira da sociedade e da Justiça diante de casos de violência contra a mulher.	Iniciou-se no <i>Facebook</i> do coletivo. Mas foi através da primeira performance no dia 18 de janeiro que foi feito um convite mundial para que essa performance fosse replicada em outros lugares, e principalmente no dia de 25/11 que é o dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres. Chile, o México e a Argentina lideraram os protestos.	- El violador eres tú (O estuprador é você); -"E a culpa não era minha, nem de onde estava, nem como me vestia. - o Estado opressor é um macho estuproado.

Fonte: autoria própria (2023).

A rede social das criadoras da performance é o principal produtor de conteúdo e discurso sobre a movimento. Entretanto, encontrar o ator impulsionador da hashtag foi trabalhoso somente via redes sociais, pois a hashtag estava difundida e muitos perfis diferentes em vários países a utilizavam, foi somente através do estudo de García-González e Bailey (2020), que indicou que o Jornalista e apresentador do jornal *Por La Mañana do Grupo Fórmula e de Imagen Televisión* do México foi o maior impulsionador da hashtag e o segundo no ranking de quantidade de reprodução da performance feminista "Um estuprador no seu caminho", com cerca de 1.6 milhões até o ano de 2020.²⁹

²⁹ Postagem do Perfil do Facebook de *Ciro Gómez Leyva*. Disponível em: <https://www.facebook.com/CiroGomezLeyva/videos/723084471510328/>. Acesso em 21 jan. 2023.

O *Facebook* do coletivo *Las Tesis* é a principal rede onde as ativistas se expressam e acionam a hashtag do movimento, além da página (figura 12), elas possuem o *Instagram* (@lastesis), com atualmente com 274 mil seguidores.

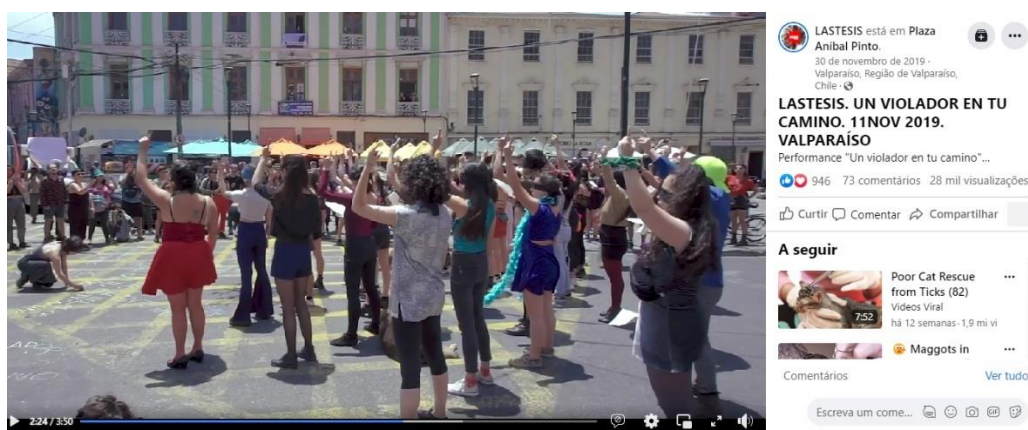
Figura 12 – Página do coletivo *Las Tesis* no *Facebook*



Fonte: Página do *Facebook* do coletivo criador da performance (2023, s.p)³⁰

Na época considerado o auge do movimento, período que foram coletados os dados para análises do discurso e construção de uma narrativa do movimento, foi perceptível o uso do *Facebook* como plataforma de convocação e de relato com imagens ou depoimentos das performance-manifesto:

Figura 13 – Postagem do coletivo *Las Tesis* com vídeo de encenação



Fonte: Postagem de uma performance (2019, s.p)

Na imagem acima e em outras postagens da página, constatamos que a maioria das postagens das performance-manifestação é feita nas ruas, ocorre uma convocatória no perfil para que essa seja reencenada em “praça pública”. Em uma entrevista com as integrantes do

³⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/colectivo.lastesis>. Acesso em 21 jan. 2023.

coletivo, fornecida a Carrasco e Benavente (2020), em uma das perguntas indagam as motivações para a criação de uma performance encenada na rua, uma das criadoras, Sibila Sotomayor responde que:

O fato das mulheres, por exemplo, terem historicamente estado sempre bastante confinadas ao espaço privado, doméstico, negando-nos os espaços de enunciação pública e, quando podemos estar neles, procura-se que haja uma adaptação de nós ao códigos masculinos e formas de enunciação, entender a masculinidade heterocis dentro desse espaço público, então há também essa reapropriação desse espaço historicamente negado e que, como diz Lea, é o que nos resta é um exercício político muito importante (2020, p.333, tradução nossa).

Ainda segundo Carrasco e Benavente (2020), as integrantes falam da escolha do local, que é correlacionado com as cenas da coreografia:

“Un Violador En Tu Camino”, fala especificamente sobre violência sexual, que sintetizou todas essas ideias, e adicionamos essa coreografia que pretendia ser o mais simples possível para que, esperançosamente, tantos corpos e corpos pudessem realizar essa breve dança e que nos movimentos eles simbolizam certas coisas muito específicas e às vezes outras nem tanto. Por exemplo, quando a gente mira, a gente está mirando lugares que na nossa cidade são, de um lado, os policiais e, do outro, os juízes, quando a gente está na praça Aníbal Pinto, era assim mesmo. Estávamos apontando onde fica a delegacia e onde fica o tribunal. O agachamento tem a ver com todas as denúncias de violação sexual política, de humilhação através das ocupações que eles obrigam mulheres e dissidentes a fazer, especialmente quando nos prendem e nos desnudam (2020, p.335, tradução nossa).

No Twitter e o no *Facebook*, outros canais e interlocutores, explicam a teoria ou/e conceito por trás da coreografia, muitas vezes de forma didática e imagética, como no tweet a seguir:

Figura 14 – Explicação de trechos da coreografia de Un Violador En Tu Camino



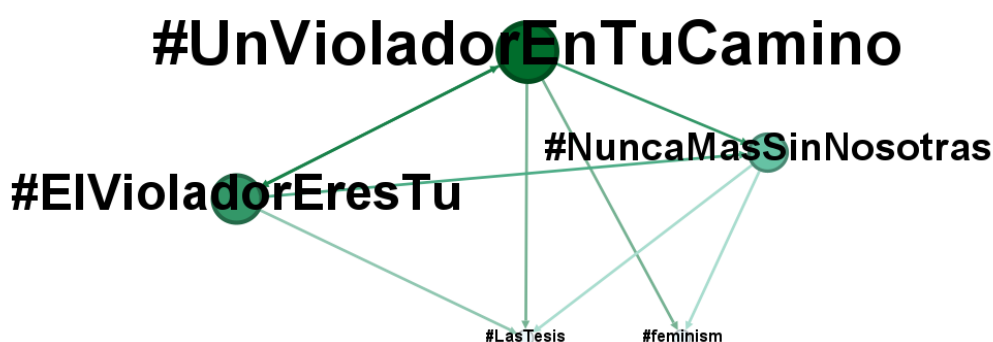
Fonte: Tweet de Soy Yu (2019, s.p)³¹

³¹ Disponível em: <https://twitter.com/yuripittim/status/1203285660070809606>. Acesso em 10 jan. 2023.

Outro ponto importante destacado pelo coletivo *Las Tesis* é em relação a construção e performance coletiva, visto que a performance é coletiva e se faz coletivamente, e contribui para o compartilhamento de um sentimento, ou seja, que não é somente uma vítima ou duas, todas as pessoas que performam o feminino sofrem, assim coloca-se a reflexão que de alguma forma, a sociedade faz com que o assédio, o estupro pareça um problema individual de um e não de todes, de uma que guardou o segredo para sempre e deve ficar confinado e não sem dúvidas como elas abarcam da reflexão de Segato que esse é um problema social e estrutural (CARRASCO; BENAVENTE, 2020).

E para entender a o grau de conexão do movimento e da rede que ele conecta, apresenta-se o grafo com a rede de coocorrências das hashtags do #UnVioladorEnTuCamino (figura 15).

Figura 15 - Grafo da rede de coocorrências das hashtags do #UnVioladorEnTuCamino



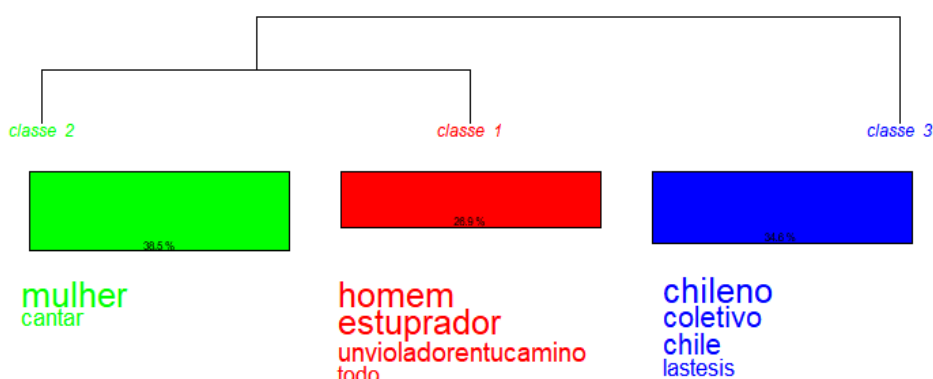
Fonte: autoria própria (2023).

O grau de conexão, representado pela cor verde no grafo refere-se à força da conexão entre dois nós (representa pelo círculo/bola), ou seja, quanto mais escuro o verde maior a conexão. O grau de conexão é uma medida numérica realizada pelo programa Gephi, normalmente se refere ao somatório de todas as conexões existentes entre um nó e outro (entre uma hashtag e outra). Além disso, podemos observar a centralização da hashtag principal, ou seja, as outras hashtags se organizam em torno dela, assim como o tamanho da fonte indica a frequência que tal hashtag aparece nos posts e tweets levantados.

Por fim, a modularidade é uma estatística calculada pelo programa, ela é uma medida de rede, de clusterização, ou seja, de vizinhança desses nós. Ela divide a rede em grupos, de acordo com a força das conexões entre os diversos nós. Ou seja, quanto mais perto cada nó (hashtag), há conexões mais fortes entre si do que com os demais.

A seguir apresenta-se a CDH do discurso coletado dos dois atores principais do movimento, diferentemente do #NiUnaMenos, aqui as análises ficam somente no *Facebook*, visto que a coleta inicial, bem como a relação em outros estudos indicaram que esses dois atores são os mais propagadores da hashtag. Assim para do perfil *Las Tesis*, foram analisadas 35 postagens e da página do jornalista *Ciro Gómez Leyva*, 68 postagens, mencionando a hashtag em análise no período de 18 de novembro de 2019 a 30 de novembro de 2019.

Figura 16 – Classificação Hierárquica Descendente do #UnvioladorEnTuCamino



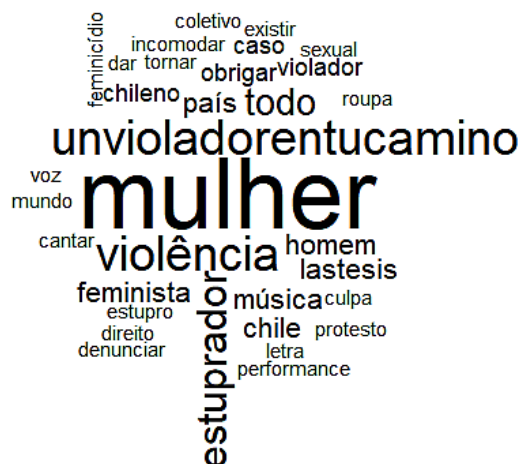
Fonte: autoria própria (2023).

O discurso emitido pelos atores gerou apenas três classes lexicais, que em um primeiro momento já indica a concentração temática do movimento *Un Violador En Tu Camino* no recorte levantado. A Classe 1 (O estuprador é você!) aciona o léxico de identificação do sujeito, no caso o homem e o todo; a Classe 2 (A performance da Mulher) que aciona o cantar, a voz do hino feminista e por último a Classe 3 (Origem) aciona aquele discurso que origina o movimento e sua localização geográfica primeira, o coletivo criador Lastesis, o país de origem Chile e o movimento como chileno.

A Classe 1 e 2 estão agrupadas no mesmo *cluster*, logo são mais próximas entre si, logo devido à similaridade de frequência do discurso dos atores analisados a hierárquica consequentemente é mais curta. A figura a seguir é vista como uma análise lexical simples, apresentando somente na dimensão da frequência, ou seja, quais foram as palavras mais mencionadas no *corpus*.

Com a complementação, da Nuvem de Palavras (figura 17), se é possível perceber que mulher, violência e a hashtag do movimento são as mais expressivas, em seguida estuprador, feminismo, Lastesis. Aqui também é possível da música e coreográfica para embasar os discursos da rede e concentrar no significado da performance.

Figura 17 – Nuvem de palavras do Movimento #UnVioladorEnTuCamino



Fonte: autoria própria (2023).

As postagens de ambos os atores analisados, não contam com textos longos, em sua maioria são breves e trazem imagens, replicação de vídeos das encenações, ações em relação a organização de próximas manifestações, ou expressando trechos da música criada pelo coletivo *Las Tesis* (que são amplamente usados como gritos de guerra movimento), como pode-se observar a seguir:

Figura 18 – Post do *Facebook* do coletivo *Las Tesis* – 21/11/2019



Fonte: Página do Coletivo *Las Tesis* (2019, s.p)

Assim como o do Jornalista, em muitas das suas postagens comentando sobre as manifestações no Chile e em outros lugares, mencionado os vídeos e acionado a hashtag de interesse, bem como as hashtags que são as palavras-multiverso (já explicado anteriormente) na construção dos seus comentários como constata-se no post a seguir:

É possível observar as analogias entre as palavras, centralizadas pelo substantivo Mulher, que os caminhos formados pela similaridade não são sobrepostos, apresentam uma clareza e o foco do discurso do movimento, veja que traz *UnVioladorEnTuCamino* como “performance” e “protesto” deixando claro o significativo que a performance é o protesto que por sua vez é o movimento. Outro caminho que se compreende é a rejeição, puxado pelo advérbio “não” que percorre a negação ao “estupro”, ao “homem”, ao “estuprador”.

A obra criada pelo *Las Tesis* consegue mobilizar os corpos das pessoas que também assistem, que veem ou escute, e para além da letra e melodia que fixa na mente conforme a intenção de suas criadoras. A performance na rua, os gritos na rede, a emoção suscitada pela performance-manifesto cria uma espécie projeção corporal que necessitava colocar para fora essa “dança”, de vida no discurso.

Quem teoriza sobre essa necessidade é Judith Butler em seu livro “Corpos em aliança e a política das ruas”, que traz justamente teorizações sobre corpos políticos, sobre performance e sobre ocupação. Nas palavras de Butler (2018, p.37): “A performatividade caracteriza primeiro, e acima de tudo, aquela característica dos enunciados linguísticos que, no momento da enunciação, faz alguma coisa acontecer ou traz algum fenômeno à existência”. Dançar contra as violências é uma forma coletiva de dizer quais as inscrições que esse corpo antes sofria e sofre calado:

Então podemos ver como o ato da fala nos afeta e nos anima de uma maneira corporificada – o campo da suscetibilidade e do afeto já é uma questão de um registro corpóreo de algum tipo. De fato, a corporificação implicada pelo gênero e pela performance é dependente das estruturas institucionais e dos mundos sociais mais amplos. **Não podemos falar sobre um corpo sem saber o que sustenta esse corpo**, e qual pode ser a sua relação com esse apoio – ou falta de apoio. Desse modo, o corpo é menos uma entidade do que um conjunto vivo de relações; o corpo não pode ser completamente dissociado das condições ambientais e de infraestrutura da sua vida e da sua ação. **Sua ação é sempre uma ação condicionada, que é um sentido do caráter histórico do corpo.** Além disso, humanos e outras criaturas dependem do apoio de infraestruturas, de maneira que isso expõe uma vulnerabilidade específica que temos quando ficamos sem apoio, quando as condições de infraestrutura começam a se decompor, ou quando nos encontramos radicalmente sem apoio em condições de precariedade. Agir em nome desse suporte sem esse suporte é o paradoxo da ação performativa plural em condições de precariedade (BUTLER, 2018, p.67, grifo nosso).

Ao apontar o dedo e dizer “O estado opressor é um macho estuprador” culpabiliza quem é o verdadeiro culpado a estrutura, de acordo com Butler (2018), negligenciar o fim da violência contra as comunidades minoritárias é um crime de omissão do Estado que permite que minorias serem vítimas da precariedade nas ruas, corroborando assim como Federici, Segato, Bourdieu e inúmeras outras teóricas e teóricos que apontam o dedo para o machismo estrutural, esclarecendo e tirando o peso individual e alocando para o social/coletivo.

3.2.3 #EleNÃO

A hashtag #EleNÃO surgiu no discurso de um movimento criado por um grupo de mulheres no *Facebook* intitulado Mulheres Unidas Contra Bolsonaro, idealizado pela nordestina e ativista do movimento negro Ludimilla Teixeira que convidou outras amigas ativistas para no dia 11 de setembro de 2018, colocar na rede essa negativa (figura 21).

Figura 21 –Página Mulheres Unidas Contra Bolsonaro no *Facebook*



Fonte: Quebrando o Tabu (2018, s.p)³²

O grupo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro (MUCB), chegou inclusive a ser invadido no dia 13 de setembro de 2019 e os dados pessoais das criadoras foram expostos³³. Uma das criadoras relatou ter sido ameaçada via WhatsApp para que encerrasse o grupo, recebendo

³² Quebrando o Tabu em 24-08-2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/quebrandoatabu/photos/a.575920612464330/2140717212651321/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

³³ Correio Brasiliense. Após ser hackeada, página 'Mulheres Unidas contra Bolsonaro' volta ao ar. 16 de set. 2018. Disponível em: https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/politica/2018/09/16/interna_politica,706280/apos-ser-hackeada-mulheres-unidas-contra-bolsonaro-volta-ao-ar.shtml

uma mensagem com seus dados pessoais, como CPF, RG, título de eleitor, nome da mãe, entre outros. O grupo ainda sofreu outros ataques, inclusive o nome sendo modificado para Mulheres com Bolsonaro (figura 22). Todavia, após o dia 24 de setembro de 2018, data da recuperação da conta, o grupo chegou a ter 3,8 milhões de participantes.

Figura 22 –Indicando o hackeamento do grupo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro



Fonte: Grupo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro (2018, s.p)

Uma das características mais importantes do movimento é a negação, visto que quando o movimento se intitula #EleNão, a percepção da nomenclatura já se torna um sentido de ação. Um contexto e um conteúdo já são enunciados, indicando de maneira acessível que discurso se levanta em oposição e disputa a outros. As funções criativa e linguística do termo se complementam e se tornam um frente educativa, preparatória para a ação:

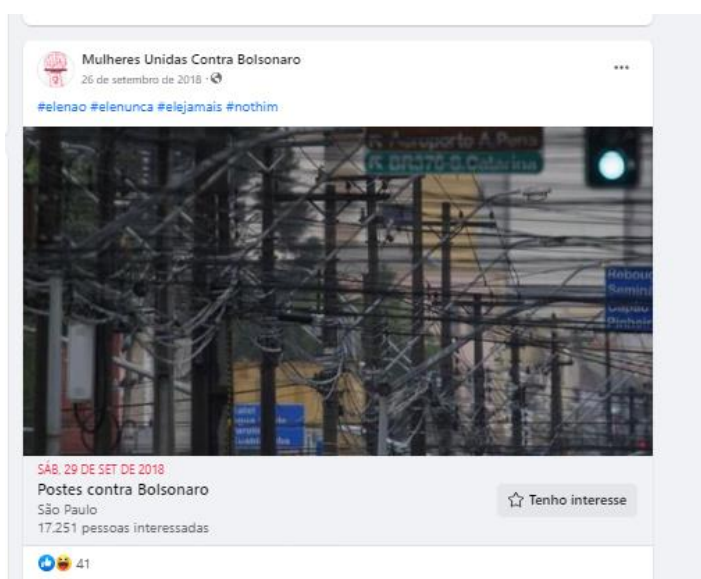
O caráter das redes torna-se evidente na forma de hashtag. Naturalmente, a indexação nas redes sociais e a difusão por meio de seu amplo compartilhamento; porém, a hashtag nesse aspecto mobilizado, acaba por tornar-se confissão, enunciação e vocabulário de consenso -a partir da organização que se mobiliza -e dissenso -na interseção entre os discursos dos quais se opõe e das estruturas que se denuncia e se parte de querela. O recurso prático da hashtag tem uma função pontual e localizada. Todavia, ao tornar-se parte de uma mensagem discursiva, furta semioticamente seu significado rizomático para constituir-se uma etiqueta discursiva agregadora de novos sentidos que se constroem em movimento, seja por meio de discursos, imagens, textos ou atividades práticas. Outro aspecto é o caráter viral do discurso, conteúdo de insurgência e sentido de luta que se articula em #EleNão. Compartilhável e acessível, torna-se apropriação ágil e popular,

portanto, comunicante e eficiente em potencializar a ação sujeita às geometrias do poder e do discurso midiático tradicional. Como um dispositivo de senso-dissenso, o termo demonstra agência e potência (SANTOS, 2020. p.131).

O movimento do Ele Não, conforme Silveira e Santana (2019), consistiu em um primeiro momento não na negação absoluta ao Jair Bolsonaro enquanto pessoa, mas ao representante político legal de um sistema que supostamente poderia entrar em vigência, caso o indivíduo fosse eleito presidente da República brasileira. O Ele Não ganhou essa enorme projeção em tempo recorde, segundo Santos (2020), devido a alcunha servir como uma *Etiqueta Comunicacional*, ou seja, ela usada nas redes sociais serviu como instrumento categorizador de um discurso que ganhou as redes e posteriormente as ruas.

Outra característica muito peculiar do movimento foi a utilização da ferramenta eventos no *Facebook*, que foi empregada para organizar atos em diversas partes do país, a partir da imbricação do grupo. As ruas foram tomadas no dia 29 de setembro de 2018, em todas as unidades da federação, sem que movimentos sociais tradicionais tivessem a liderança estrita. Ou seja, não era um movimento partidário, nem organizado primeiramente por nenhum coletivo já existente, essa defesa não partidária, era para inclusive reforçar a necessidade desse movimento ser uma ação coletiva ampla, tanto que virou meme³⁴, logo todas as pessoas independentes dos seus interesses, assim como todos os objetivos precisavam se unir contra o Bolsonaro, utilizando a ferramenta evento para popularizar ainda mais a manifestação nas ruas, e engajar a hashtag nas redes:

Figura 23 – Meme criado previamente a manifestação do dia 29/09/2018



Fonte: Grupo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro (2018, s.p)

³⁴ Refere-se ao fenômeno de "viralização" de uma informação, ou seja, qualquer vídeo, imagem, frase, ideia, música e etc, que se espalhe entre vários usuários rapidamente, alcançando muita popularidade.

Muitas agendas foram acionadas no movimento do #EleNão, mas a criação dessa onda de negação a Bolsonaro, que perdurou durante todo o seu governo, sendo reforçado pela hashtag #forabolsonaro foi puxada por mulheres, pelo movimento feminista, em que conforme destaca Barajas (2020), as experiências individuais se politizaram e formaram uma rede que as conectou a outras mulheres de outras regiões do Brasil que compartilhavam a esperança de que um país com um futuro democrático, inclusivo e livre de fascistas.

Nessa perspectiva, mulheres de todas as raças, etnias, orientações sexuais, identidades de gênero e ideologias políticas levantaram suas vozes em público e nas redes sociais, dando origem ao desenvolvimento de um tecnofeminismo interseccional que tornou visível uma agenda feminista que destaca identidades atravessadas por duas ou mais formas de identificação e expostos a duas ou mais formas de vulnerabilidade, estigma ou opressão com o intuito de preservar essas agendas e se posicionar contra o pós-fascismo e a favor da democracia.

De forma parecida com o *Un Violador En Tu Camino*, o movimento do Ele Não entoou nas redes e nas ruas como palavra de ordem a adaptação da música *Bella Ciao*³⁵ por Simone Soares e Flavia Simão:

PRIMAVERA FEMINISTA

Uma manhã, eu acordei
E ecoava: ele não, ele não, não, não

Uma manhã, eu acordei
E lutei contra um opressor

Somos mulheres, a resistência
De um Brasil sem fascismo e sem horror

Vamos à luta, pra derrotar
O ódio e pregar o amor (2x)³⁶

A letra foi gravada por diversas pessoas, artistas em inúmeras representações como o a apresentação que foi gravada e realizada de forma espontaneamente em evento que reuniu músicos de Brasília oriundos da Universidade de Brasília, da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional, além de professores e alunos da Escola de Música de Brasília. O público presente ao evento também subiu ao palco para reforçar o coral³⁷.

³⁵ *Bella Ciao* é uma música de autoria desconhecida, acabou se tornando a música da resistência, a canção que celebra a heterogeneidade reunida que levou a Itália à libertação. Sendo assim considera a melodia oficial do antifascismo.

³⁶ Postagem do perfil Esquerda Online, no dia 24 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/esquerdaonline/videos/2244115008993465/>. Acesso em 03 jan. 2023.

³⁷ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DUWJ_0H7z5o. Acesso em 03 jan. 2023.

E esse agenciamento coletivo, expressou-se também pelo o que considera-se a imagem mais difundida do movimento, tanto nas redes como nas ruas através de adesivos, camisetas, faixas entre outros, que foi a arte criada de forma independente por artista digital e estudante de Limoeiro do Norte – Ceará, Militão Queiroz, que publicou a arte no dia 13 de setembro de 2018 em seu Instagram pessoal, sendo imediatamente absorvida e articulado em um primeiro momento pela pauta LGBTQ+, mas que expandiu e passou a ser considerado por muitos o cartaz oficial do movimento:

Figura 24 – Cartaz do #EleNão de Militão Queiroz – 13/09/2018



Fonte: Instagram (@milqf), do artista Militão Queiroz (2017, s.p)³⁸

Essa imagem se tornou tão viral, sendo reconhecida inclusive pela oposição (favoráveis a Bolsonaro), essa arte foi então usada como uma bandeira de identificação não só do movimento, mas principalmente das pessoas que negavam o Bolsonaro como presidenciável e presidente.

Essas múltiplas características e diversidade de atores unidos pelo acionamento da hashtags do #EleNão, será caracterizado a seguir, levando em considerando suas facetas de existência nas redes e nas ruas, mas principalmente nas redes que é onde se produzem as narrativas aqui analisadas.

³⁸ Disponível em: https://www.instagram.com/p/BnrrEtmBPKI/?utm_source=ig_embed. Acesso em: 8 fev. 2023.

Quadro 4 – Caracterização do movimento #EleNão

Datas de auge	Bandeiras	Principais atores	Reivindicações	Contextos	Localização	Palavras de ordem
13/09/2018 a 18/10/2018 – Manifestação na rua - 29/09/2018	- Direitos humanos e sociais; - Direito das Mulheres; - Inclusão das minorias; - Democracia; - Não ao fascismo; - Contra o sexismo, racismo e homofobia.	Criador: Mulheres Unidas Contra Bolsonaro (<i>Facebook</i>) Impulsionador: Mídia NINJA (<i>Twitter</i>)	Negação absoluta a Jair Bolsonaro como representante político legal e a um sistema que supostamente poderia entrar em vigência. grupo organizados por mulheres com a finalidade de se opor a discursos e agendas que provocam ou põem em xeque suas identidades, posições sociais, projetos de vida e vivências.	Campanha eleitoral de 2018 – Contra a eleição do então candidato presidente da República brasileira Jair Bolsonaro.	Iniciou-se no Brasil pelo <i>Facebook</i> . A movimentação na rua abarcou mais de 300 cidades do Brasil e mais de 10 países do mundo.	Principalmente o mesmo léxico das hashtags. Ele Não, Ele nunca. Destaque para a música - Ele Não ³⁹ , adaptação da música <i>Bella Ciao</i> , canção símbolo da resistência italiana ao fascismo, de Simone Soares e Flavia Simão.

Fonte: autoria própria (2023).

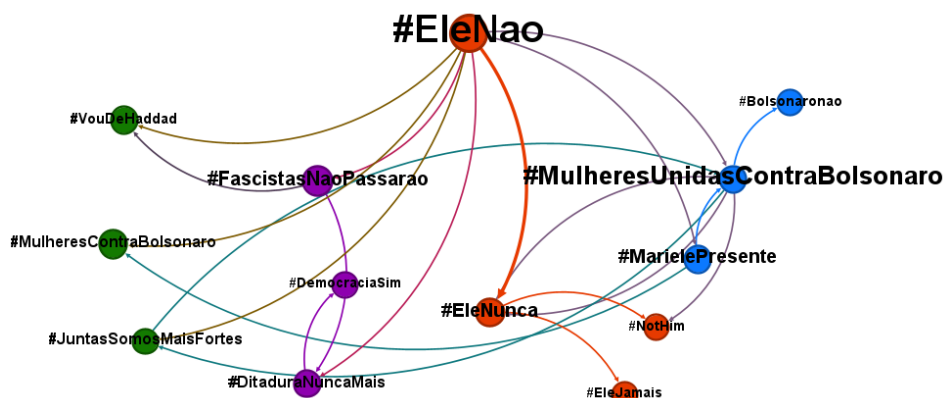
Segundo dados pesquisados pelo LABIC (Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura) da Universidade Federal do Espírito Santo, a o grupo Mídia NINJA⁴⁰ no movimento do Ele Não, se destacou com o maior número de interações. Ainda Segundo Malini (2021), o Mídia NINJA, é o perfil central dos grafos de comunicação no Brasil, sendo o centro da difusão de informações e com o maior número de interações quando se trata de política e manifestações sociais.

³⁹ Postagem do perfil Esquerda Online, no dia 24 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/esquerdaonline/videos/2244115008993465/>. Acesso em 03 jan. 2023.

⁴⁰ Fundada em 2013 e ganhou notoriedade durante as manifestações de junho que reuniram milhões nas ruas do Brasil. À ocasião realizou coberturas ao vivo de dentro dos protestos, com múltiplos pontos de vista invisíveis na mídia tradicional. Em 2016 foi uma das principais iniciativas de resistência na luta pelo fortalecimento da democracia em meio a instabilidade política. Hoje a rede engaja mais de 2 milhões de apoiadores e cerca de 500 pessoas diretamente envolvidas com o suporte de casas coletivas pelo Brasil. Em 2013, ganhou o *Shorty Awards for our Social Media Profile*.

A Figura 25, mostra os termos que mais apareceram no conjunto de dados e as conexões mais fortes dos 116 post do grupo do *Facebook* Mulheres Unidas Contra Bolsonaro e nas 632 tweets do Midia NINJA. O espessamento da linha que conecta os *nós* (hashtags) indica maior grau de conexão (a exemplo #EleNão com a #EleNunca), bem como o tamanho da fonte indica o grau de saída da hashtag, sendo #EleNão em sequência da #MulheresUnidasContraBolsonaro as hashtags com maior acionamento de outras palavras-multiversos. Os conceitos mais periféricos são aqueles que estão menos conectados aos demais com menor centralidade geral.

Figura 25- Grafo com a rede de cocorrências das hashtags do #EleNão



Fonte: autoria própria (2023).

As cores refere-se à aplicação da estatística de modularidade pelo Gephi, indicando a relação de proximidade entre as hashtags, ou seja, de forma geral em roxo indica que #FacistasNãopassarão, #DemocraciaSim #DitaduraNuncaMais caminham juntas nas postagens, provavelmente indicando o conteúdo daquele discurso. E que por sua vez, permite destacar um ponto importante da conexão entre #BolsonaroNã, mais presente nos discursos da #MulheresUnidasContraBolsonaro devido a suspeita do envolvimento do candidato com o assassinato de Marielle Franco (#MariellePresente), ver figura 27. Assim como pode ser observado a associação entre o #EleNão e #MariellePresente no perfil do Midia NINJA:

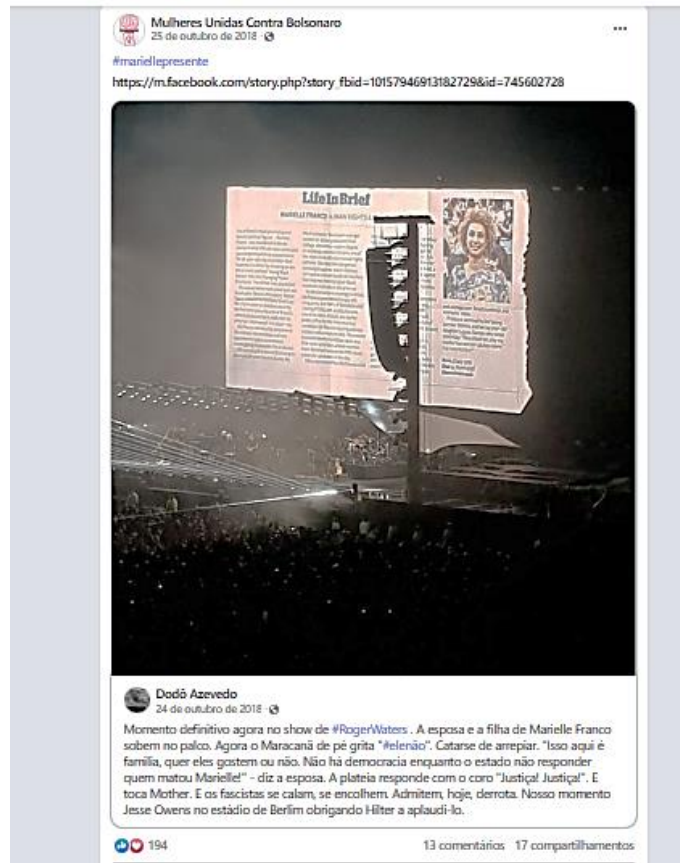
Figura 26 – Tweets do Midia NINJA associando o #EleNão a #MariellePresente



Fonte: Perfil no Twitter do Midia NINJA - @MidiaNINJA (2018, s.p)⁴¹

⁴¹ Disponível em: <https://twitter.com/MidiaNINJA/status/1053652666071597056?s=20>.

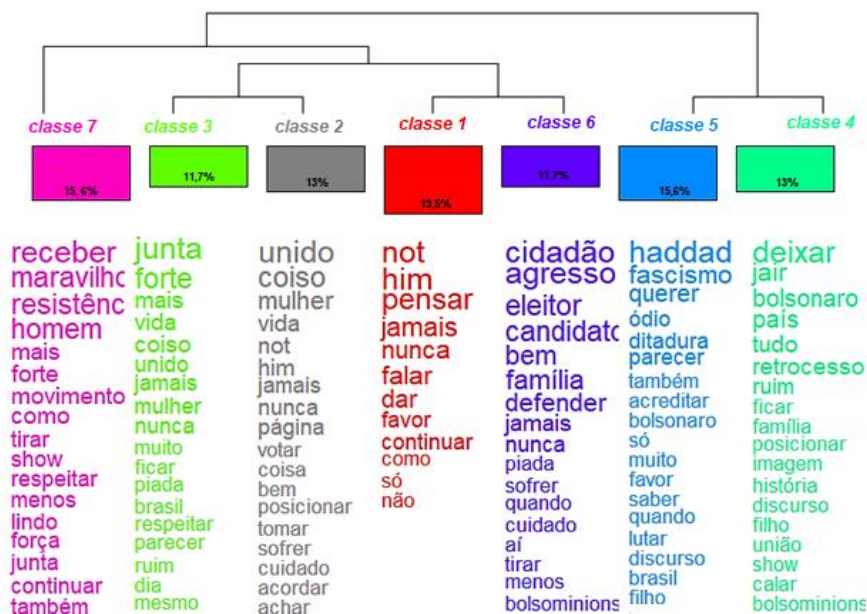
Figura 27 – Post do MUCB associando o #EleNãa a #MariellePresente



Fonte: Grupo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro (2018, s.p)

Como demonstrado na figura 25, o movimento #EleNãa, possui várias pautas, corroborado na geração de várias classes diferentes na CHD:

Figura 28 – Classificação Hierárquica Descendente do Movimento #EleNãa



Fonte: autoria própria (2023).

As classes foram nomeadas da seguinte forma: Classe 1 (Ele Não) que agrupa o léxico que expressa negação, como *not*, nunca, jamais, etc.; Classe 2 (Coiso não) que representa o cuidado que as mulheres devem ter com aquilo que não deve ser nomeado, essa não nomeação é também uma instância da negação do sujeito; Classe 3 (Juntas Somos mais Fortes) que traz em seu escopo as questões da preservação da identidade das mulheres através da união contra o coiso, por conseguinte indicando assim a proximidade hierárquica entre as classes 2 e 3.

A Classe 4 (Bolsonaro é retrocesso) traz informações do discurso do candidato como sendo prejudicial ao país; Classe 5 (Vou de Haddad), que traz em resumo a ideia de que contra o fascismo, e a ditadura vou votar em Fernando Haddad candidato de oposição direta a Jair nas eleições de 2018; Classe 6 (Cidadão de Bem), o dito cidadão de bem é bolsominion⁴², que diz defender a família, mas é agressor e faz piada com feminicídio (ver figura 31) e age como na hashtag-relato (#MeuBolsominionSecreto), movimentação essa que pode ser descrita pelo seguinte post da MUCB do dia 17 de setembro de 2018 “#meubolsominionsecreto é do exército, casado, tem 2 filhos. Trai tanto a esposa que gastou todo dinheiro com amantes, pediu emprestado pra um amigo e nunca pagou. Ele também assedia a filha desse amigo e sempre dirige bêbado. #elenão”.

Por último, a Classe 7 (Resistência Feminina), em lilás traz o léxico que indica a potência desse movimento criado por mulheres e em sua maioria propagado por elas, sendo esse sinônimo de força em favor do respeito as mulheres como no seguinte post da MUCB do dia 26 de outubro de 2018 “Essa união entre mulheres está a coisa mais linda de se ver! Sigamos unidas contra todo tipo de opressão! #elenao #elenunca #elejamais #nothim #juntassomosmaisfortes #mulheresunidascontraocoiso”.

Assim, podemos notar a partir da hierarquização (figura 28) e do grafo (figura 25) que não se trata apenas de um discurso único que se repete, mas que se transforma e que abarca outras relações como a defesa da democracia. Desse modo, esse movimento também representa segundo Silveira e Santana (2019), de forma historicamente situadas ordenações e distribuições específicos do discurso enovelado das relações de poder que permeiam as relações humanas, visto que onde está o poder, estão também, possibilidades de resistência a ele.

Nesse sentido, Silva e Gorsdorf (2020), trazem a perspectiva do direito à cidade aplicada ao #EleNão, ao descrever quem são os participantes que puxam esse movimento primeiramente na rede para então ocupar as ruas, ressaltam que esses corpos reunidos eram em sua imensa

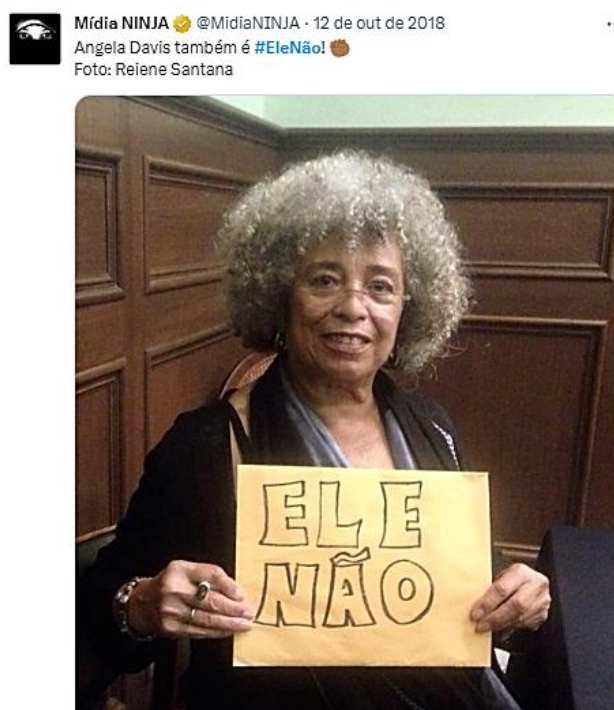
⁴² Termo pejorativo usado por opositores de Jair Bolsonaro para se referir a seus apoiadores. Ao chamá-los desta maneira, a intenção é dizer que os seguidores aceitam cegamente o que ele diz, sem fazer qualquer tipo de questionamento sobre o assunto.

maioria composto de mulheres, LGBTs, negras e ativistas instauraram um espaço de aparição e de sua afirmação enquanto sujeitos políticos, capazes de reivindicar direitos.

Logo, os corpos que se reuniram nas ruas no dia 29 de setembro eram os corpos mais ameaçados pelo discurso inflamado do então candidato Jair Bolsonaro como alertado a exemplo no tweet do dia 27 de setembro do Mídia NINJA “o segundo não prega ódio. E os bolsominions só queriam alguém pra permitir que eles colocassem todo ódio pra fora”.

E por essas manifestações claras de ódio, de fascismo do candidato que os atores aqui analisados afirmavam e repostavam a necessidade de se posicionar contra ele, como no tweet do dia 28 de outubro “TODOS contra o coiso!! #elenao #elenunca #elejamais #nothim” e o tweet que traz a imagem de teórica feminista e socialista estadunidense de notoriedade mundial Angela Davis, segurando uma papel com o Ele Não:

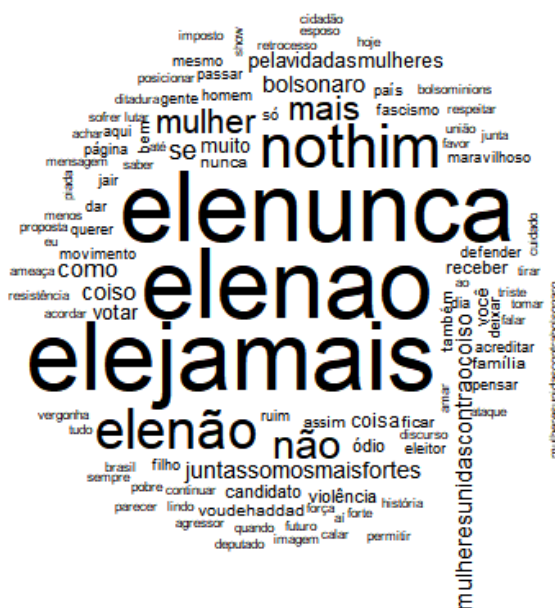
Figura 29 – Tweets do Mídia NINJA com a foto de Angela Davis



Fonte: Perfil no Twitter do Mídia NINJA - @MidiaNINJA (2018, s.p)

A figura 30, apresenta Nuvem de Palavras do #EleNão, destaca as hashtags e suas negações, essa negação é a expressão de uma revolta da possibilidade de um candidato dito pelos atores que somente passam uma imagem de ódio e por isso é também odiado.

Figura 30 – Nuvem de palavras do Movimento #EleNão



Fonte: autoria própria (2023).

Os seguintes tweets revoltados do Midia NINJA, todos do dia 13 de outubro expressa essa indignação e rejeição: “Estamos virando votos, e a resposta deles é a violência. #EleNão #VouDeHaddad”; parece que muitos apoiadores de Bolsonaro não estão votando em um candidato, mas contratando um pistoleiro." #EleNão #VouDeHaddad”. Assim como relatam o projeto político do candidato contra as minorias e que deveria ser inaceitável como: “Bolsonaro surfa na nostalgia da ordem do homem branco, em um país onde os brancos não são mais maioria. #EleNão”.

Aqui faz-se uma breve menção que o Midia NINJA se posiciona partidariamente, assim seus tweets apresentam não somente a #VouDeHaddad, mas como também as propostas do candidato, já o grupo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro revela em suas publicações que é apartidário, como no post de 24 de setembro de 2018 “A página é apartidária, mas que ficou bom, ficou e muito! O Bolsohitler misógino pira no movimento feminino contra ele. Kkkk #EleNão #EleNunca #Ejejamais”.

Dessarte, o movimento #EleNão eclode na escalada das interações principalmente pelas mulheres com a finalidade de se opor a discursos e agendas que provocam ou põem em xeque suas identidades, posições sociais, projetos de vida e vivências perpetradas pelo então candidato e seus apoiadores:

O conteúdo insurgente remetia a discursos e ideias que ameaçavam projetos de vida e contrariavam o exercício identitário das mulheres - e, conseqüentemente, outros sujeitos e grupos -, criando uma adesão multiescalar de vozes em um contexto episódico e

flutuante. A comunicação em rede exerceu papel de coesão nesse processo, sendo simultaneamente meio e instrumento de ação (SANTOS; PEREIRA, 2021, p.386).

Corroborando a postagem do MUCB no dia 17 com a mensagem: “Não vote em quem faz piada com feminicídio!” e do dia 28 de setembro de 2018: “Não vote em quem acha que homossexualidade é falta de porrada” (figura 30).

Figura 31 – Postagem do grupo MUCB no *Facebook*



Fonte: Grupo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro (2018, s.p)

Conforme Butler (2018), as minorias sexuais, de gênero e raça são criminalizadas ou demonizadas pela forma como se comportam, como defendem o espaço público, como se comunicam umas com as outras, como expressam amor ou desejo por aqueles com quem estão abertamente associados, por quem escolhem sejam íntimos, por quem praticam atividade sexual ou pela forma como exercem a sua autonomia corporal, então esses esforços de criminalização são violentos e injustos. O policiamento de gênero é um ato criminoso, e as pessoas expostas à violência permanecem sem proteção. Negligenciar o fim da violência contra as comunidades minoritárias é um crime de omissão do Estado que permite que minorias serem vítimas da precariedade nas ruas e quando se trata de gênero:

as inscrições e interpelações primárias vêm com as expectativas e fantasias dos outros que nos afetam, em um primeiro momento, de maneiras incontroláveis: trata-se da imposição psicossocial e da inculcação lenta das normas. Elas chegam quando mal podemos esperá-las, e seguem conosco, animando e estruturando nossas próprias formas de capacidade de resposta. Essas normas não estão simplesmente impressas em nós, marcando-nos e estigmatizando-nos como tantos outros destinatários passivos de uma máquina de cultura. Elas também nos “produzem”, mas não no sentido de nos trazer à existência ou de determinar estritamente quem somos. Em vez disso, informam os modos vividos de corporificação que adquirimos com o tempo, e esses modos de corporificação podem se provar formas de contestar essas normas, até mesmo rompê-las (BUTLER, 2018, p.38).

aqueles ligados às liberdades individuais aos direitos humanos e de minoria sobretudo das mulheres esse essa movimentação envolveu a construção de formas de solidariedade específicas inovação discursiva simbólica e performática conformando que poderiam ser chamados ser chamado de partido movimento ou seja a tripulação da lógica política tradicional durante as eleições criando assim umas mobilizações que podem ser chamadas de esquerda libertária.

3.3 CONEXÃO, REDES E A LUTA DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS DA AMÉRICA LATINA

Diversidade, pluralidade e redes são as três palavras que melhor descrevem a realidade atual dos movimentos de mulheres e movimentos feministas na América Latina (REVILLA, 2019. p. 64, tradução nossa).

Neste tópico aborda-se a discussão do capítulo três, fazendo um comparativo e um panorama geral dos movimentos feministas da América Latina tendo como base os três movimentos analisados. Além disso, será alocado as teorias e reflexões da episteme do sul global, a fim de se ancorar a partir de saberes que ressaltem a resistência dos grupos sociais que têm experienciado injustiças, opressões, destruições e imposições sistemáticas do capitalismo, colonialismo e patriarcado.

Inicialmente os movimentos serão inferidos em relação aos questionamentos de Scherer-Warren (2011) em relação aos níveis estratégicos: Organizativo das bases; articulatório ou de mediação; Mobilizatório e Movimentalista. Em seguida, sobre as redes e o seu contexto latino, abarcando as perspectivas suscitadas pelos dados analisados.

O nível organizativo das bases, se refere ao uso de práticas educacionais e de formação política que visam desconstruir e reconstruir representações simbólicas de políticas identitárias convencionais. Nesse nível destaca-se o movimento Ni Una Menos, pois tanto nas redes quanto em seu site oficial o coletivo organizava e informa sobre suas pautas, através da escrita e disponibilização de Manifestos (totalizando atualmente 35 manifestos) que trazem em seu corpo textual dados estatísticos, leis e referenciais teóricos de forma didática e muitas vezes com a opção de baixar através do site ou no link disponível nas três redes sociais que atuam (*Facebook*, *Instagram* e *Twitter*). Além de disponibilizar livros em seu site, as postagens trazem informações relevantes sobre os direitos das mulheres.

Além disso, o Ni Una Menos, em parceria com outras instituições realizou um levantamento de junho a dezembro de 2016, através da hashtag #ArgentinaCuentaLaViolenciaMachista (ver figura 5), onde fez um chamamento para todo

mundo contribuir fornecendo assim uma das maiores coletadas de dados sobre a violência no país, cerca de 60.000 mulheres responderam a quase 200 perguntas no 1º Índice de violência Machista⁴³.

Esse índice mediu 15 diferentes dimensões da violência contra as mulheres. Nenhum deles está abaixo da incidência de 47% de pelo menos uma situação vivenciada. O valor mais elevado regista-se no assédio em espaços públicos e privados, na violência cotidiana é mais naturalizada: 97% das mulheres que responderam ao questionário viveram pelo menos uma vez uma destas situações. Soma-se à extensão do problema a multiplicação e repetição de experiências. As situações de violência com maior incidência caracterizam-se também por terem sido vividas em mais de cinco ocasiões, o que implica que não são casos isolados e pontuais. A figura a seguir mostra a incidência de pelo menos uma situação sofrida segundo a dimensão da violência mensurada, no site esse gráfico é interativo sendo possível escolher a província e comparar os resultados com o total do país.

Figura 33 – Resumo do Índice Nacional de Violência machista na Argentina



Fonte: Ni Una Menos - 1º Índice de violencia Machista (2017, s.p)⁴⁴.

Nesse nível Un Violador En Tu Camino e Ele Não, apesar de trazer argumentações em relação as suas pautas em seu discurso se faz de forma mais superficial em suas redes. Entretanto, o coletivo *Las Tesis* traz mais informações em suas postagens, assim como realizam

⁴³ Disponível em: <http://www.contalaviolenciamachista.com/>. Acesso em 15. fev. 2023.

⁴⁴ Disponível em: <http://www.contalaviolenciamachista.com/>. Acesso em 15 fev. 2023.

rodas de conversas ou como “Oficina: Colagem feminista e política: estratégias interdisciplinares para a performance de *Las Tesis*”. As autoras também realizam e participam de pesquisa acadêmica e publicaram um livro artístico intitulado Antologia feminista proveniente do seu manifesto *Quemar el miedo* (Queimar o medo), que relatam reflexões sobre os motivos pelos quais “Um estuprador em teu caminho” rapidamente se tornou um fenômeno mundial, refletem sobre os diferentes tipos de feminismo e falam sobre o papel político do corpo e a importância de dismantlar o patriarcado.

Dentre os três movimentos analisados o Ele Não é o menos expressivo nesse nível, devido a sua urgência de ocupar as redes a beira de uma campanha eleitoral, sua atuação foi curta no que chamamos de período de auge. E mesmo após esse período ele se configurou como uma forma de discurso livre que não se limitava a alguns atores, como nos outros dois coletivos analisados que possuem uma organização ativa e estruturada até mesmo após 8 anos da criação da hashtag-movimento como o Ni Una Menos.

No nível político articulatório ou de mediação, conforme Scherer-Warren (2011), constrói-se uma identificação política coletiva, a solidariedade, a solicitação de direitos (*advocacy*⁴⁵), os projetos, as ações e a definição de rumores políticos (as incidências) para as respectivas sub-redes. Também serve como um fórum de discussão sobre as políticas nacionais que os movimentos devem priorizar, ensinando aos participantes como conviver com as diferenças políticas e respeitá-las, buscando oportunidades de convergência política e desenvolvimento de projetos conjuntos para a rede.

Nesse nível além da contribuição já mencionada do Ni Una Menos com o primeiro índice de violência machista da Argentina, destaco aqui a contribuição para a implementação da Lei nº. 26.485⁴⁶. O movimento Un Violador En Tu Camino, através de suas criadoras já participou de inúmeros debates públicos e em universidades versando sobre a violência de gênero e dos direitos protetivos para as mulheres, e destaco que o movimento foi o motivador e impulsionador para a criação do primeiro partido feminista do Chile, o PAF – Partido Alternativo Feminista encabeçado por Rosa Moreno – e influenciar a elaboração de uma nova Constituição.

O Ele Não deixa bem claro a sua manifestação e crítica a um projeto político opressor, porém é pela rede que ocorre a sua replicação, remixagem e catalisação, ganham os espaços offline, como a manifestação nas ruas, manifestos em favor da democracia, cartas e produções

⁴⁵ Refere-se às ações de defesa e argumentação em favor de uma causa social ou de uma demanda para a efetivação ou criação de direitos humanos (SCHERER-WARREN, 2011).

⁴⁶ Lei de 2009, que tem como objetivo prover a proteção integral da mulher, com o objetivo de implementar medidas concretas para prevenir, punir, erradicar a violência em todas as suas formas e áreas em que desenvolvem suas relações.

intelectuais geradas a partir de sua análise, mas a sua indumentária de ação como movimento se limitou a rede, não que isso diminua sua potência quanto movimento, mas que nesse nível de *advocacy* se restringe aos discursos online.

O terceiro nível é o da mobilização na esfera pública compreende as marchas na praça pública, as campanhas, mutirões sociais. Neste nível busca-se a visibilidade política e o reconhecimento público do movimento; a adesão de simpatizantes e apoios às causas do movimento; visa-se demonstrar força política e abrir canais de negociação na esfera pública. Nesse nível todos os movimentos tiveram manifestações significativas, levando milhares de pessoas as ruas em diferentes lugares do globo.

O Ni Una Menos contabilizou em sua primeira fase 113 manifestações presenciais em diferentes lugares do mundo. Já em Un Violador En Tu Camino foi criado um mapa identificando quais lugares as performances foram encenadas/reencenadas, contabilizando 366 manifestações/performances em 53 países até hoje (ver figura 11). Do movimento Ele Não segundo os organizadores relatam que no dia 29 de setembro de 2018, mais de 750 mil pessoas compareceram em mais de 160 cidades do Brasil e do exterior.⁴⁷

O último nível inferido é o movimentalista que se refere ao grupo de atores coletivos que, por meio de suas redes, constroem uma identidade compartilhada centrada em uma questão social que necessita de mudança social e enfrenta conflitos sociais intrínsecos a sua causa. Como se trata de movimentos criados e impulsionados pela rede social, sendo compartilhados e amparados por todas aquelas que se identificam com a identidade apresentada pelo movimento, todos os movimentos aqui analisados conseguem passar as questões que defendem ou/e trabalham por intermédio do movimento e assim como propiciam o debate das questões com as quais suas narrativas são construídas. Assim, olhar os movimentos por esses quatro níveis permite avançar na análise do fenômeno organizacional das redes, bem como entender o papel de *advocacy* e as incidências nas políticas públicas desses movimentos.

Na América Latina, em um primeiro momento o objeto da luta centra-se na vida das mulheres que vivem no heteropatriarcado, e na reivindicação de seus corpos. Esse mínimo comum que une diferentes identidades contribui para dismantelar a existência de um feminismo hegemônico ao multiplicar as vozes, temas e ações ao mesmo tempo em que diversifica as mulheres que os dirigem. Em segundo lugar, confirma a existência de dois processos que afetam o contexto em que os movimentos de mulheres latino-americanas se organizam e que, portanto, afetam tanto suas estratégias quanto suas oportunidades. Constituem-se como duas

⁴⁷ Reportagem do Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/elena-manifestacoes-contra-bolsonaro-reunem-milhares-pelas-capitais/>. Acesso em 05 fev. 2023.

potencialidades e, por sua vez, como dois riscos inter-relacionados: a institucionalização e a ONGização (ALVAREZ, 2014; REVILLA, 2019).

O diagnóstico da ONGização assumiu implicitamente que, devido a certas características definidoras dos movimentos populares, uma população densa e robusta de organizações populares indica uma sociedade civil mais vibrante e com maior potencial de mudança do que a sociedade civil com outras composições possíveis. No entanto, diferentes tipos de organizações civis desempenham papéis diferentes e têm diferentes formas de influenciar a tomada de decisões políticas e de moldar a agenda pública. Além disso, a governança democrática implica que uma ampla constelação de diferentes atores sociais é capaz de influenciar a política e a política por meio de mecanismos e canais distintos (LAVALLE; BUENO, 2011).

De acordo com Elizalde (2018), é indissociável o ciclo neoliberal nos países do Cone Sul, principalmente devido ao contexto da juventude na América Latina, principalmente pela questão de sua configuração sócio-histórica e geográfica que é muito ampla, que ao contrário, o que exigiria uma extrema redução para caber em definições neoliberais. E visto que essa juventude tece suas experiências biográficas e coletivas, meninas e meninos desenvolvem práticas concretas, performam seus corpos e administram suas vidas em relação e nas redes. Sendo assim as redes lugar de existência e intervenção.

Revilla (2019), ao estudar o #NiUnaMenos, discorre uma característica importante do movimento organizado por mulheres na América Latina que é a postura e apresentação de identidades específicas. e que serão reconhecidas como organizações de mulheres, feministas ou defensoras de identidades sexuais, e que assumiram em sua denominação uma filiação estratégica a uma identidade coletiva concreta. Mas isso também estabelece que não se pode definir todos os movimentos de mulheres como movimentos feministas e que as identidades coletivas não são fixas, permanentes, mas sim processos. Portanto, as organizações transitam por essas identidades no tempo e, também no espaço, ou seja, em diferentes comunidades ou grupos sociais.

A escolha dos três movimentos e dois atores principais de cada movimento se perfaz na intenção de criar não só um entendimento panorama dos movimentos em (de) rede da América Latina, mas fundamentar as categorias de análise para entender esses atores sociais, suas identidades específicas e suas agendas. Outros estudos se concentram em discorrer sobre o movimento, sua importância e com diversas teorias diferentes aplicadas em suas análises, o diferencial deste trabalho é que ele tece não somente em dizer quem são, os atores, como eles se comportam, mas sim depreende-se em analisar de forma qualitativa e quantitativa (inclusive

estatisticamente) os discursos “puros” produzidos por esses atores principais, dois atores, três movimentos em comparação, trabalho esse considerado inédito.

É importante ressaltar que a união dos dados aqui levantados dos movimentos sociais online – podem ser analisadas como “pacotes de narrativas”. Principalmente devido a interpretação do discurso e através do processamento e enquadramento das identidades coletivas (DAVIS, 2002). E as narrativas são justamente um tipo de discurso que compõe esses enquadramentos de referência – são centrais para gerar coesão entre os diversos nós (ver figuras 3, 9, 15, 20, 25 e 32) que eles (re)apresentam (FINE, 2002). E esse foco nas narrativas permite “ênfase uma subjetividade dialógica e as transações e relacionamentos narrados dentro dos quais a identidade e a diferença são negociadas e renegociadas” (DAVIS, 2002, p.26, tradução nossa).

Quando analisamos, os três movimentos de forma comparativa, todos acionam os conceitos criados por Castells (2017) que são: “Redes de indignação” e da “Redes de Esperança”, na sua perspectiva, a união ajuda a superar o medo, e permitiria que um movimento social transforma-se a emoção em ação “é preciso superar o efeito paralisante do medo e da ansiedade - como resposta a uma ameaça externa - para dar lugar ao entusiasmo, onde se constrói a esperança que projeta comportamentos para o futuro” (CASTELLS, 2017, p.30-31). E quando se trata da alcunha “esperança”, fortemente associada aqui com o movimento do Ele Não, pois ele foi justamente a uma força de esperança contra todos os indícios que apontavam que Jair Bolsonaro seria eleito.

Os outros movimentos apresentam em sua narrativa um teor mais de acusatório, o grito e palavra de ordem é a cobrança por justiça por crimes mesmo que estruturais já ocorridos, não deixa de ser um movimento de esperança para que essa realidade mude, mas já é uma realidade existente. O Ele Não, era um futuro que o movimento queria impedir que acontecesse e que de fato aconteceu, acionam assim mais fortemente as redes de indignação. Nesse sentido, Castells (2013, p.134) afirma:

Nem a internet nem qualquer outra tecnologia, nesse sentido, pode ser fonte de causação social. Os movimentos sociais surgem da contradição e dos conflitos de sociedades específicas, e expressam as revoltas e os projetos das pessoas resultantes de sua experiência multidimensional. [...] Porque as pessoas só podem desafiar a dominação conectando-se entre si, compartilhando sua indignação, sentindo o companheirismo e construindo projetos alternativos para a si próprias e para a sociedade como um todo.

E nesse compartilhamento em rede, na união de indignação e esperança as hashtags possuem um papel fundamental, pois de acordo com Malini (2010), as hashtags não são só etiquetas de busca, as hashtags compartilham narrativas ideológicas, e um todo que coopera em

rede de acordo com interesses recíprocos. Nesse sentido, um movimento social as usa como uma forma de recusar uma espécie de hierarquização, assim recusa como o poder funciona. E essa produção abundante de narrativas online compartilhadas faz parte dessa luta contra o poder:

As campanhas e hashtags constroem novas experiências e narrativas a partir do feminismo, pois promovem o debate e desconstruem e ressignificam o lugar da mulher na sociedade contemporânea. O movimento #EleNão é uma grande força insurgente porque nasce on-line chega às ruas como resultado da potência das redes feministas que conseguem ancorar essa grande convocação (PAGEL; MELLO, 2021, p. 624).

Clark-Parsons (2021), colabora com a conceituação do feminismo de hashtag, explicando essa é uma prática poderosa da política de visibilidade, que é uma forma de ativismo focada em mudar a forma como representamos, interpretamos e respondemos às injustiças sociais por meio de apresentações públicas. Mas argumenta que, embora a tática seja útil para aumentar a conscientização, o feminismo de hashtag pode decair ao que a autora chama de economia da visibilidade, uma forma de ativismo que começa e termina com performance e faz pouco para transformar estruturas de desigualdade reais:

Por fim, o feminismo de hashtag pode excluir as comunidades mais marginalizadas que estão sub-representadas no cenário da mídia e que podem não ter acesso às tecnologias necessárias para participar de campanhas de visibilidade em rede, assim mesmo que “as performances virais das hashtags feministas podem levar a cultura popular a um discurso mais feminista, mas sua ênfase no poder simbólico corre o risco de deixar intocados os sistemas estruturais de dominação (CLARK-PARSONS, 2021, p.5, tradução nossa).

A agregação de uma hashtag sob uma estrutura compartilhada coletivamente é paralela à prática feminista de tornar o pessoal político:

As hashtags feministas indexam simbolicamente um conjunto de experiências pessoais que, embora variadas em seus detalhes específicos, estão enraizadas em um contexto compartilhado de opressão. Dessa forma, o feminismo de hashtag se engaja em uma política performativa de visibilidade, na qual a narrativa de uma pessoa, quando compartilhada e conectada com muitas outras, torna o poder visível para que possa ser desconstruído e desafiado. Como o ativismo discursivo das gerações anteriores, o discurso performativo das feministas hashtag populariza epistemologias alternativas para interpretar e responder às injustiças (CLARK-PARSONS, 2021, p.8, tradução nossa).

Nessa perspectiva, o pensamento de Butler (2018) advoga na seguinte direção que a ação política em termos de exercício performativo, possibilita vias de resistência para minorias marginalizadas que estão destituídas justamente da liberdade que define uma vida politicamente qualificada. Assim, é no interior das próprias práticas normativas, que o sujeito aqui no caso o movimento se perfaz para desestabilizar as normas das malhas de poder, através justamente das fraturas e dissensões constitutivas pelos quais essas práticas regulatórias operam. E essa mobilização no caso específico dos movimentos feministas se dá pelo chamamento identitário,

se negam e ferem a existência das minorias, das mulheres é através dessa categoria que se inicia a quebra e a resistência:

Aqui, as inúmeras recusas por parte das “mulheres” a aceitar as descrições oferecidas em nome das “mulheres” não atestam apenas as violências específicas que um conceito parcial provoca, mas a impossibilidade constitutiva de um conceito ou categoria imparcial ou abrangente. A alegação de ter alcançado tal conceito ou descrição imparcial se apoia no encerramento do próprio campo político que alega ter esgotado. Essa violência é realizada e apagada de uma só vez por uma descrição que afirma finalidade e inclusão plena. Para moderar e reformular essa violência, é necessário aprender um movimento duplo: invocar a categoria e, por conseguinte, a título provisório, instituir uma identidade e, ao mesmo tempo, abrir a categoria como um local de disputa política permanente. Que o termo seja questionável não significa que nós não devemos usá-lo, mas a necessidade de usá-lo tampouco significa que não devemos perpetuamente interrogar as exclusões ele realiza e que não tenhamos de fazê-lo exatamente para aprender a viver a contingência do significante político em uma cultura de contestação democrática (BUTLER, 2020, p. 356-360).

Voltando para Castells (2017), as narrativas dos movimentos sociais em rede para além da indignação e esperança, considera que o mais importante é a produtividade histórica e social das práticas desenvolvidas por tais movimentos, e que esses estão reconstruindo a esfera pública no espaço de autonomia constituído em torno da interação entre locais que atuam, seus atores, seus interlocutores e as redes.

Por fim, em resumo toda essa amostra de dados identificaram a visibilidade viral das hashtags que carregam em rede os seus discursos, essa ferramenta é uma tática poderosa para ilustrar a difusão das pautas (femicídio, violência sexual, projeto político) e reivindicar com os mitos de culpabilização das vítimas, proteção a democracia entre outros que passaram a dominar o discurso nas redes e nas ruas. Se podemos traçar um panorama dos movimentos da América Latina, esse diria que os movimentos trazem uma narrativa de subversão, de negação, de uma apropriação coletiva de um poder que é historicamente negado as mulheres e as intersecções que as atravessam, é um grito em sua maioria didático para uma situação que não deve mais ocorrer ou ser aceita, e que saiu das redes, ganhou as ruas e performou *corpos-corporus*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir um texto nunca é fácil para sujeitos como eu, mulher, latina, estudante e ativista mediante a um contexto histórico que me atravessa e atravessa a maioria dessas agendas aqui compreendidas, e que silenciou e silencia as nossas vozes e nega sempre os nossos direitos, inclusive o da existência, quando se abre espaço para falar o nosso discurso quer ecoar quase de forma infinita.

Finalizar um embate sobre pautas que vivi, vivo e estive presente como sujeito histórico e muitas vezes como produtor também dessas mensagens compartilhadas em redes e pelas redes é um dilema não diria complexo, mas sem dúvidas sensível, uso aqui a sensibilidade não na sua apreensão de fragilidade, mas de sentir esses movimentos. A América Latina é uma grande escola do ativismo digital, a exemplo o #NiUnaMenos que inaugurou possibilidades antes impensadas de atuação da mulher que simplesmente “reclamavam” ou faziam “textão” nas redes sociais, esses movimentos fizeram justamente um movimento de reunir e dar credibilidade a essas vozes através de hashtags.

As hashtags uniram as mulheres, deram o fator de pertencimento as suas identidades, tornaram essa reclamação uma só, e ao mesmo tempo diversa, pois não generalizou, e sim abriu espaços para todas as sensibilidades que as atravessavam. Através dessa união de mulheres e sujeitos que performam o feminino uma massa não amorfa, mas carregada de significados e significantes entoaram em busca dos seus direitos, gritaram em busca de justiça por Chiara Páez, por Marielle Franco e por tantas outras mulheres, e por todas as mulheres que sofrem e sofreram as inúmeras violências de uma sociedade patriarcal, conservadora e sexista.

Os movimentos colocaram as mulheres não mais em lugares de vítimas, apesar de reconhecê-las (e suas intersecções) como principais padecedoras desse mal-estar estrutural machista, mas as colocaram em um lugar de poder mesmo que subvertido, onde essas não sofreriam mais caladas, como o mundo pertencente aos machos como já disse Simone de Beauvoir queria e quer, mas as redes permitiu pontuar as dores, dizer olha “mana” você não está sozinha, galera acorda “a culpa não era minha, nem onde estava, nem como me vestia” a culpa é do macho estuprador, do Estado opressor.

Assim, o que se inscreve nas páginas dessa dissertação é também um chamamento, é uma ode⁴⁸ da importância que esses movimentos tiveram ao dar voz a mulheres historicamente

⁴⁸ Ode é um gênero literário que designa um poema entusiástico, de exaltação, significando o mesmo que “canto”, traz em seus temas a contemplação de alegrias, conquistas, amores e fatos heroicos.

subalternizadas para que essas ocupem espaços na nova esfera pública conectada, e que pautam a defesa de uma agenda feminista do Sul Global.

Nesse sentido, foi necessário começar pelo princípio que o movimento feminista e as trajetórias do movimento na América Latina e o impacto das TICs para o ativismo feminista, mas sempre levando em consideração as identidades a partir dos campos de ação dos feminismos latino-americanos, pois as redes não são uma realidade a parte, mas sim um braço de existência da vida dessas mulheres, é também uma aliança corporal na perspectiva de Butler que intenta fazer caminhos mais democráticos nessa nova esfera pública.

E não poderia ficar de fora, nem das redes e nem desta dissertação as relações fracas e fortes para mencionar conceitos advindos da teoria dos grafos e dos nós, aplicados na análise dos discursos levantados dos três movimentos que são o *corpus* de análise e de inscrição como sujeita-pesquisadora. E justamente por entender essas relações que a episteme do Sul Global se faz de base para olhar essas produções, pois de forma indireta e direta, funda e debate sobre a florescimento da primavera feminista latino-americana em todos os espaços públicos.

Em todos os movimentos percebe-se o caráter agregador de sujeitos individuais e coletivos envolvidos que aderem à pauta proposta, conforme observado nos grafos e nuvens de palavras e demais representações visuais que manifestam desejos coletivos que ressoam em nível transnacional e global. Esse processo se dá pelo advento do acesso e uso das redes, através de uma comunicação horizontal e potente, especialmente engajada pela sororidade, pois as mulheres e os corpos femininos racializados compartilham de dores históricas oriundas da colonialidade do ser, do saber, do poder e do gênero. Logo, nossas indignações, indagações e angústias são coletivas e ao mesmo tempo correspondem a força motriz dos levantes que querem estagnar o sofrimento e propor novas políticas que alterem esse contexto.

Retomando a questão do chamamento, essas discussões e apresentação de dados tem o intuito prático, mas também sensível de mostrar as vias que permitem a ampliação de representações alternativas e de experiências democráticas participativas a fim de contribuir para um repertório como visto aqui muito potente de experiências pluriversais de democracia.

Por fim, tento concluir, mesmo que por hora, que o gênero e suas intersecções compõem os caracteres que constituem o sujeito pós-colonial feminino, *online* e *offline*, no contexto latino-americano, assim toda a episteme feminista levando em consideração essa constituição, deve e luta contra um patriarcado originário a fim de proteger não somente suas existências, mas na intenção de um dia quebrar com essa estrutura, essa intenção remete ao conceito de Redes de esperança de Castells, no qual a Internet – sobretudo as redes sociais – é um dos palcos desta subversão, conforme foi apresentado e sentido nestas páginas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Sonia E. **Engendering Democracy in Brazil**: women's movements in transition politics. Princeton: Princeton University Press, 1990.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu** (43), 2014, pp.13-56, 2014.

AMÂNCIO, Kerley Cristina Braz. “Lobby do Batom”: uma mobilização por direitos das mulheres. **Revista Trilhas da História**, v. 3, n. 5, p. 72-85, 2013.

APACHE NETBEANS. **Gephi 0.10.1** versão - 202301172018. Disponível em: <https://gephi.org/>. Acesso em 2 dez. 2022.

ARAÚJO, CNDM Kaique Pinto; NAZARIO, Vanêsa de Jesus; RIBEIRO, Daniela Costa Ribeiro. O empoderamento feminino através do *Facebook*: estudo de caso do coletivo de empoderamento de mulheres. In: XIII ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador - BA, 2017. **Anais eletrônicos** - v.1, 2017, ISSN 2318-4035. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult/programacaoxv/apresentacao-em-grupos-de-trabalho-nos-14-eixos-tematicos/anais/>. Acesso em: 04 de julho de 2021.

AVELAR, Lúcia; RANGEL, Patrícia. Como as mulheres se representam na política? Os casos de Argentina e Brasil. In.: BLAY, Eva; AVELAR, Lucia. (Orgs.). **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile**. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2019.

BALLESTRIN, Luciana. Colonialidade e democracia. In: **Anais do 37º Encontro Anual da Anpocs**, 37 ed, de 23 a 27 de setembro de 2013b. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/37-encontro-anual-anpocs/st/st05/8412-colonialidade-e-democracia?path=37-encontro-anual-da-anpocs/st/st05>. Acesso em 03 jul. 2021.

BARAJAS, Karina Bárcenas. #EleNão (Él no): tecnofeminismo interseccional en Brasil frente al ascenso del neoconservadurismo evangélico y el posfascismo. **Alteridades**, v. 30, n. 59, p. 43-56, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edição 70, 2014.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

BELLI, Gioconda. **O olho da mulher**. Diamantina : Arte Desemboque, 2012, p. 73.

BICAS, Mara. Democracia aimará andina: Taypi e diversidade deliberativa para uma democracia intercultural. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENDES, José Manuel (org.). **Demodiversidade: imaginar novas possibilidades democráticas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

BIROLI, Flávia. Feminismos, padrões de atuação e disputas políticas no Brasil contemporâneo. In.: VEIGA, Ana Maria *et al.*, **Mundo de mulheres no Brasil**. Curitiba: CRV, 2019.

BLANCO, Clarice A. Um estudo de caso do Twitter: a propagação do hino feminista chileno viral #UnVioladorEnTuCamino . Poster apresentado na **International Research Conference for Graduate Students**, Texas State University, 2021.

BLAY, Eva; AVELAR, Lucia. (Orgs.). **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A construção das mulheres como atores políticos e democráticos**. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade / tradução Renato Aguiar**. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: ACSUR-Las Segovias. **Feminismos diversos: el feminismo comunitario**. Madrid: ACSUR, 2010.

CARRASCO, Vanessa East; BENAVENTE, Anastasia María. Colectivo Las Tesis. “Y la culpa no era mía ni donde estaba ni como vestía. El violador eres tú”. **Nomadías**, n. 29, p. 331-343, 2020.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação**, v. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: a era da informação**, v. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Edição digital, 2017.

CLARK-PARSONS, Rosemary. “I see you, I believe you, I stand with you”:# MeToo and the performance of networked feminist visibility. **Feminist Media Studies**, v. 21, n. 3, p. 362-380, 2021.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. Rev. Estud. Fem., 2002 10(1), jan. 2002.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. Micropolítica andina. Formas elementares de insurgência cotidiana. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENDES, José Manuel (org.). **Demodiversidade: imaginar novas possibilidades democráticas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

DAVIS, Joseph E. Narrative and Social Movements, the Power of Stories. In: **Stories of Change: Narrative and Social Movements**. Albany: State University of New York Press, 2002.

DUTRA, Zeila Aparecida Pereira. A Primavera das Mulheres: Ciberfeminismo e os Movimentos Feministas. **Revista Feminismos**, v. 6, n. 2, mai. – Ago. 2018.

ELIZALDE, Silvia. Contextos que hablan. Revisiones del vínculo género/juventud: del caso María Soledad al #niunamenos. **Última décad.**, Santiago, v. 26, n. 50, p. 157-179, dic. 2018.

ERRÁZURIZ, Valentina. A digital room of their own: Chilean students struggling against patriarchy in digital sites. **Feminist Media Studies**, v. 21, n. 2, p. 281-297, 2021.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. Identidades culturais: uma discussão em andamento. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. **Cartografias dos estudos culturais**: uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 145-191.

FINE, Gary Alan. The Storied Group: Social Movements as Bundles of Narratives. In: DAVIS, Joseph E. **Stories of Change: Narrative and Social Movements**. Albany: State University of New York Press, 2002.

GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

GARCÍA-GONZÁLEZ, Lidia Á.; BAILEY, Olga Guedes. Análisis de la protesta global #UnVioladorEnTuCamino. **TRAMAS. Subjetividad y procesos sociales**, n. 53, p. 67-100, 2020.

GARCÍA-GONZÁLEZ, Lidia A.; GUEDES, Olga Bailey. Memes de Internet y violencia de género a partir de la protesta feminista #UnVioladorEnTuCamino. **Virtualis**, v. 11, n. 21, p. 109-136, 2020.

GIRALDO-LUQUE, Santiago; FERNÁNDEZ-GARCÍA, Núria; PÉREZ-ARCE, José-Cristian. La centralidad temática de la movilización #NiUnaMenos en Twitter. **Profesional de la Información**, v. 27, n. 1, p. 96-105, 2018.

GNU GPL. **IRaMuTeQ 0.7 alpha 2 2020**. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/>. Acesso em 2 dez. 2022.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set/Dez 2008a.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008b.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, nº 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

HALL, Stuart. Nascimento e morte do sujeito moderno. In: HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A; 2006.

HARAWAY, Donna J. **Manifesto ciborgue**: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do séc. XX, In: TADEU, T (org) *Antropologia ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2009.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HOOKS, bell. **“E eu não sou uma mulher?”**: Mulheres negras e feminismo. Trad. Bhuvan Libanio. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

IPU, Inter-Parliamentary Union. **Women in power in 2023: New data shows progress but wide regional gaps**. De 7 de março de 2023. Disponível em <https://www.ipu.org/news/press-releases/2023-03/women-in-power-in-2023-new-data-shows-progress-wide-regional-gaps>. Acesso em: 15 mar. 2023.

LAUDANO, Claudia. Movilizaciones# NiUnaMenos y# VivasNosQueremos en Argentina. Entre el activismo digital y# ElFeminismoLoHizo. In: **13th Women's Worlds Congress 30 de julio al 4 de agosto de 2017**. Florianópolis, Brasil. Transformations, Connections, and Movements. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2017.

LAVALLE, Adrian Gurza; BUENO, Natália S. Waves of change within civil society in Latin America: Mexico City and Sao Paulo. **Politics & Society**, v. 39, n. 3, p. 415-450, 2011.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Trad. Pê Moreira. Bazar do Tempo, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set. 2014. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 04 set. 2020.

MALINI, Fábio. **A palavra e as “coisas”**: como montar a sua lista de termos para coleta de dados em redes sociais. *Labic*. 5. out de 2020. Disponível em: <https://www.labic.net/blog/a-palavra-e-as-coisas/>. Acesso em 10 jan. 2023.

MALINI, Fábio. Narrativas no Twitter- o fenômeno no Brasil e suas implicações na produção de verdade. **Lugar Comum–Estudos de mídia, cultura e democracia**, n. 31, p.121-142, 2010.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARTÍN-BARBERO, J. Diversidade em convergência. **MATRIZES**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 15-33, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/90445>. Acesso em: 02 fev. 2023.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**. Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARTÍN-BARBERO, J. O que a pesquisa latino-americana de comunicação deve ao Brasil: relato pessoal de uma experiência intercultural. **MATRIZES**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 127-146, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/188795>. Acesso em: 02 fev. 2023.

MONTEIRO, Ester. **Lobby do Batom**: marco histórico no combate à discriminações. Agência Senado, 6. mar. 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discriminacoes>. Acesso em 5 fev.2023.

MATOS, M. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. Rev. Sociol. Polit., 2010 18(36), jun. 2010.

MATOS, M.; PARADIS, C. G. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cadernos Pagu**, n. Cad. Pagu, 2014 (43), jul. 2014.

MIGUEL, Ana de; BOIX, Montserrat. Os gêneros da rede: os ciberfeminismos. In: NATANSOHN, Leonor Graciela. **Internet em código feminino**: teorias e práticas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: La Crujía, 2013.

MIGUEL, Luis; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luis; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.18, n. 3, p. 653-679, set./dez., 2010.

MUSSI, Daniela; ZANINI, Débora. #Eles não! o confronto eleitoral feminino contra Trump e Bolsonaro. In: BIROLI, Flávia (Orgs.). **Mulheres, poder e ciência política**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2020.

NATANSOHN, Leonor Graciela. **Internet em código feminino**: teorias e práticas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: La Crujía, 2013.

NIUNAMENOS. **El grito en común**: ¡Vivas nos queremos!. 31. mai. 2016. Disponível em: <http://niunamenos.org.ar/manifiestos/el-grito-en-comun-vivas-nos-queremos/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

PAGEL, Geovana Cleni; MELLO, Christine Pires Nelson de. Redes Feministas:: a potência insurgente das hashtags# ChegadeFiuFiu,# PrimeiroAssédio e# EleNão. **Revista Eco-Pós**, v. 24, n. 2, p. 587-626, 2021.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 84-130.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, ano 17, n.47, 2002.

REVILLA, María Luisa Blanco. Del; Ni una más! al# NiUnaMenos: movimientos de mujeres y feminismos en América Latina. **Política y Sociedad** (Madr.) 56(1), p. 47-67, 2019.

ROSALES, María Belén. Ciberactivismo: praxis feminista y visibilidad política en #NiUnaMenos. **Pléyade (Santiago)**, Santiago, n. 22, p. 63-85, dic. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [online], 63 | 2002, publicado em 01 out. 2012. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/1285>; <https://doi.org/10.4000/rccs.1285>. Acesso em 03 fev. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento. In: SANTOS, Boaventura de Sousa.; MARTINS, Bruno Sena (Org.). **O pluriverso dos direitos humanos: a diversidade das lutas pela dignidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANTOS, Gustavo Souza. O cartaz# elenão como etiqueta comunicacional e de insurgência: Reflexões sobre agência e mobilizações em rede. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 26, n. 2, p. 122-141, 2020.

SANTOS, Gustavo Souza; PEREIRA, Anete Marília. Mobilizações em rede, territorialidades episódicas e identidades flutuantes: reflexões sobre o movimento# Elenão. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 44, p. 379-388, 2021.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, N. 1, p. 18-27, jan/abr 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Caderno Crh**, v. 21, p. 505-517, 2008.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista brasileira de ciência política**, p. 217-243, 2011.

SEGATO, Rita Laura. **Cenas de um pensamento incomodo: gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

SEGATO, Rita Laura. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SILVA, Ana Cláudia Milani; GORSODORF, Leandro Franklin. O direito à cidade entre os ecos do# elenão: a cidade como obra a partir dos corpos na rua. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, p. 645-665, 2020.

SILVEIRA, Éderson Luís; SANTANA, Wilder Kléber Fernandes de. Ele não” como ato de resistência: notas sobre Bakhtin, Foucault e a necessidade de dizer a verdade em atos responsáveis. **Bakhtin e o círculo em fronteiras do discurso**, v. 1, p. 87-115, 2019.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla; PEDRO, Joana (Orgs.) **Nova História das Mulheres do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

TSE, Tribunal Superior Eleitoral. **Eleitorado da eleição – perfil do eleitorado**. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/painel-perfil-eleitorado?session=207411368672225>. Acesso em: 22 fev. 2023.

UN WOMEN. **Gender Mainstreaming**. 2021. Disponível em: <https://www.un.org/womenwatch/osagi/gendermainstreaming.htm>. Acesso em 5 fev.2023.

WICKHAM, Hadley; GROLEMUND, Garrett. **R for data science: import, tidy, transform, visualize, and model data**. Paris: O'Reilly Media, Inc., 2016.

WIECZOREK, Gabriela Traple. O coletivo LASTESIS, o estallido social chileno e a mobilização em rede nos espaços urbanos e digitais. **Revista Discente Ofícios de Clio**, v. 6, n. 11, p. 77, 2021.